



**ALBERTO DINIS  
LOPES AMARAL**

**QUEM REPRESENTAM OS NOSSOS ELEITOS? UMA  
AVALIAÇÃO DO TRABALHO DOS DEPUTADOS EM  
PROL DO CÍRCULO ELEITORAL QUE OS ELEGU**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Jalali, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha mulher, Sónia, e aos meus filhos Dinis e Ana Dinis, os pilares da minha vida e as minhas verdadeiras fontes de inspiração.

## **o júri**

Presidente do Júri

Professor Doutor José Carlos Baptista da Mota  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Arguente Principal

Professor Doutor António Filipe Rodrigues  
Professor Auxiliar da Universidade Europeia

Orientador

Professor Doutor Varqa Carlos Jalali  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

O meu grande agradecimento vai para o orientador desta dissertação, Professor Doutor Carlos Jalali. De facto, a sua persistência, saber, rigor e total disponibilidade fizeram-me sempre acreditar e tornaram possível a concretização deste projeto.

Agradeço também ao Doutor João Marques, cujo contributo e disponibilidade marcaram toda a diferença nesta investigação.

Agradeço, em particular, aos meus pais, e a toda a restante família e amigos pelo apoio incondicional que sempre me demonstraram ao longo deste trajeto.

Agradeço, ainda, a todos os deputados que responderam às minhas solicitações.

**palavras-chave**

parlamento, representação, deputados, trabalho de círculo

**resumo**

A literatura internacional sugere que uma parte significativa dos deputados de diferentes parlamentos faz trabalho de círculo. Em Portugal, o comportamento individual dos deputados não tem merecido grande atenção por parte da comunidade académica. Esta investigação procura examinar o trabalho parlamentar dos deputados e os fatores que podem influenciar a orientação nacional-local dessa atividade. As conclusões deste trabalho confirmam que os deputados portugueses, individualmente considerados, devem ser tomados em conta. Este estudo permite, não só defender que eles fazem trabalho de círculo, como apontar que a importância do lugar na lista em que o deputado foi eleito, o tipo de partido a que pertence, e a posição do seu partido no parlamento, são os fatores que mais explicam a variação do grau de trabalho de círculo que eles fazem.

**keywords**

parliament, representation, MP, constituency work

**abstract**

The international literature confirms that a significant part of members of different parliaments do constituency work. In Portugal, the academic community hasn't given much attention to the MP's individual behavior. This investigation doesn't follow that pattern and looks to analyze the factors that could have influence in the national-local orientation of the MP's activity. The conclusions taken from this work confirm that the Portuguese MPs, considered individually, should be taken into account. This study allows, not only to defend that they do constituency work, but also to point that, the importance of the place on the list in/on which the MP was elected, the type of party he belongs, and also the position of his party in the parliament, are the main factors to explain the variations observed in their constituency work

## ÍNDICE

Capítulo 1 - Introdução .....	1
Capítulo 2 - Enquadramento Teórico .....	3
2.1 Estilos de Representação .....	5
2.2 A Seleção dos Candidatos, a Organização dos Partidos e o Sistema Eleitoral ...	7
2.3 A Análise do Trabalho de Círculo dos Deputados em Perspetiva Comparada ..	13
2.3.1 Estados Unidos da América .....	15
2.3.2 Inglaterra .....	16
2.3.3 Escócia, País de Gales e Alemanha .....	17
2.3.4 O Caso Português .....	19
2.4 Notas Finais .....	13
Capítulo 3 - Hipóteses e Universo de Aplicação .....	22
3.1 Hipóteses .....	23
3.2 Universo de Aplicação .....	32
3.2.1 Objeto de Estudo .....	32
3.2.2 Período Temporal .....	37
3.2.3 Limitações do Objeto de Estudo e do Período Temporal .....	38
3.3 Notas Finais .....	39
Capítulo 4 - Metodologia e Recolha de Dados .....	40
4.1 Metodologia .....	40
4.2 Recolha de Dados .....	43
4.3 Operacionalização das variáveis independentes .....	44
4.4 Operacionalização da variável dependente .....	49
4.5 Notas Finais .....	55
Capítulo 5 - Análise Empírica .....	56
5.1 Testes das hipóteses .....	56
5.2 Análise de regressão .....	101
5.3 Análise ao longo do tempo .....	102
5.4 Notas Finais .....	104
Capítulo 6 - Conclusões .....	105
Bibliografia .....	108

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Elementos que influenciam a atividade dos deputados .....	8
Tabela 2: Número de registos de deputados por legislatura .....	34
Tabela 3: Situação dos deputados na AR .....	35
Tabela 4: Classificação dos poderes dos deputados .....	36
Tabela 5: Indicadores de base recolhidos .....	44
Tabela 6: Lista de variáveis independentes em estudo .....	45
Tabela 7: Classificação das variáveis: Cargos de Elite Locais, Distritais e Nacionais ...	46
Tabela 8: Exemplo de Requerimento replicado .....	51
Tabela 9: Exemplo de validação de conteúdo como TRABALHO DE CÍRCULO a partir do título do documento .....	52
Tabela 10: Exemplo 1 de validação de conteúdo como TRABALHO DE CÍRCULO a partir do conteúdo do documento .....	53
Tabela 11: Exemplo de validação 2 de conteúdo como TRABALHO DE CÍRCULO a partir do título do documento .....	53
Tabela 12: Estatísticas descritivas - Cargo de Direção na Bancada Parlamentar e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	58
Tabela 13: Cargo de direção na bancada parlamentar .....	59
Tabela 14: Estatísticas descritivas - Lugar na Lista em que foi eleito (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	53
Tabela 15: Lugar na lista em que foi eleito (3 grupos) .....	54
Tabela 16: Estatísticas descritivas - Lugar na Lista em que foi eleito (2 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	62
Tabela 17: Lugar na lista em que foi eleito (2 grupos) .....	63
Tabela 18: Estatísticas descritivas - Antiguidade (medida pelo Número de Legislaturas cumpridas) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	65
Tabela 19: Antiguidade (medida pelo Número de Legislaturas cumpridas) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	66
Tabela 20: Estatísticas descritivas - Cargos políticos agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	68

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 21: Cargos políticos agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	68
Tabela 22: Estatísticas descritivas - Cargos políticos de Governo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	70
Tabela 23: Cargos de Governo agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	70
Tabela 24: Cargos de Governo desagregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	71
Tabela 25: Estatísticas descritivas - Cargos em órgãos nacionais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	72
Tabela 26: Cargos em órgãos nacionais do partido agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	73
Tabela 27: Cargos em órgãos nacionais do partido desagregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	73
Tabela 28: Estatísticas descritivas - Cargos de presidente de órgãos distritais ou locais do partido (agregada) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados ....	74
Tabela 29: Cargos em órgãos distritais ou locais do partido agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	75
Tabela 30: Estatísticas descritivas - Cargos de presidente em órgãos distritais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	75
Tabela 31: Cargo de presidente em órgãos distritais do partido agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	76
Tabela 31(a): Estatísticas descritivas - Cargo de presidente em órgãos locais do partido agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	77
Tabela 32: Cargo de presidente em órgãos locais do partido agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	77
Tabela 33: Estatísticas descritivas - Partido do Governo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	79
Tabela 34: Partido do Governo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	80

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 35: Estatísticas descritivas - Posicionamento ideológico dos partidos na escala esquerda/direita e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	82
Tabela 36: Posicionamento ideológico dos partidos (escala esquerda/direita) .....	83
Tabela 37: Estatísticas descritivas - Presença nos órgãos de informação locais, regionais ou nacionais e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	84
Tabela 38: Presença nos media (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	85
Tabela 39: Presença nos media (2 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	85
Tabela 40: Estatísticas descritivas - Naturalidade e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	87
Tabela 41: Naturalidade e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	88
Tabela 42: Estatísticas descritivas - Eleito sempre pelo mesmo círculo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	89
Tabela 43: Eleito sempre pelo mesmo círculo (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	89
Tabela 44: Eleito sempre pelo mesmo círculo (2 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	90
Tabela 45: Estatísticas descritivas - Número de círculos eleitorais pelos quais o deputado já foi eleito e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	91
Tabela 46: Número de círculos eleitorais pelos quais o deputado já foi eleito e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	92
Tabela 47: Estatísticas descritivas - Experiência autárquica e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	93
Tabela 48: Qualquer experiência autárquica e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	94
Tabela 49: Estatísticas descritivas - Experiência como presidente de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	95

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 50: Experiência como presidente de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	96
Tabela 51: Estatísticas descritivas - Experiência como presidente de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	97
Tabela 52: Experiência como presidente de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	97
Tabela 53: Estatísticas descritivas - Experiência como vereador de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	98
Tabela 54: Experiência como vereador de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	99
Tabela 55: Estatísticas descritivas - Experiência como membro de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	100
Tabela 56: Experiência como membro de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	100
Tabela 57: Modelo da análise de regressão .....	102

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Deputados efetivos registados na X Legislatura .....	43
Gráfico 2: Posicionamento dos partidos na escla esquerda/direita .....	48
Gráfico 3: Exemplo de cálculos para obtenção da importância do lugar na lista .....	49
Gráfico 4: Número de requerimentos e de perguntas apresentados na X Legislatura ...	50
Gráfico 5: Comparação do número total de requerimentos e de perguntas apresentados a X legislatura e do número total de requerimentos e de perguntas DIFERENTES apresentados na X legislatura .....	51
Gráfico 6: Número total de requerimentos e de perguntas com conteúdo de TRABALHO DE CÍRCULO apresentados na totalidade e em cada Sessão da X legislatura ..	54
Gráfico 7: Estatísticas descritivas - Cargo de Direção na Bancada Parlamentar e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	58
Gráfico 8: Estatísticas descritivas - Lugar na Lista em que foi eleito (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	60
Gráfico 9: Estatísticas descritivas - Lugar na Lista em que foi eleito (2 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	62
Gráfico 10: Estatísticas descritivas - % de Perguntas e Requerimentos dos deputados por Lugar na Lista em que foi eleito (2 grupos) e por partido .....	63
Gráfico 11: Estatísticas descritivas - Antiguidade (medida pelo Número de Legislaturas cumpridas) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	65
Gráfico 12: Estatísticas descritivas - Cargos políticos agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	67
Gráfico 13: Estatísticas descritivas - Cargos políticos de Governo (variável agregada) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	69
Gráfico 14: Estatísticas descritivas - Cargos políticos de Governo (variável desagregada) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	69
Gráfico 15: Estatísticas descritivas - Cargos em órgãos nacionais do partido (agregados) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	71
Gráfico 16: Estatísticas descritivas - Cargos em órgãos nacionais do partido (desagregados) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	72

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 17: Estatísticas descritivas - Cargo de presidente de órgãos distritais ou locais do partido (agregados) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .	74
Gráfico 18: Estatísticas descritivas - Cargo de presidente de órgãos distritais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	75
Gráfico 19: Estatísticas descritivas - Cargo de presidente de órgãos locais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	76
Gráfico 20: Estatísticas descritivas - Partido do Governo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	79
Gráfico 21: Estatísticas descritivas - Posicionamento ideológico dos partidos na escala esquerda/direita e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	81
Gráfico 22: Estatísticas descritivas - Presença nos órgãos de informação locais, regionais ou nacionais e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	84
Gráfico 23: Estatísticas descritivas - Naturalidade e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	87
Gráfico 24: Estatísticas descritivas - Eleito sempre pelo mesmo círculo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	88
Gráfico 25: Estatísticas descritivas - Número de círculos eleitorais pelos quais o deputado já foi eleito e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	91
Gráfico 26: Estatísticas descritivas – Experiência autárquica e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	93
Gráfico 27: Estatísticas descritivas - Experiência como presidente de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	95
Gráfico 28: Estatísticas descritivas - Experiência como presidente de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	96
Gráfico 29: Estatísticas descritivas - Experiência como vereador de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	98
Gráfico 30: Estatísticas descritivas - Experiência como membro de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados .....	99
Gráfico 31: Análise ao longo do tempo - Perguntas e requerimentos por partido ao longo das quatro sessões .....	103



## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

O trabalho e o comportamento individual (atividade parlamentar) dos deputados de diversos parlamentos internacionais têm sido alvo de profundos estudos. O que a teoria nos diz é que, seja por motivações de caráter eleitoralista, ou outros motivos, particularmente nas democracias representativas, os deputados “despendem uma quantidade de tempo substancial a fazer trabalho de círculo” (Young et al., 2005: 1). E a literatura aponta vários fatores estruturais (por exemplo, o sistema eleitoral, a organização dos partidos, a seleção dos candidatos, entre outros) que justificam esse comportamento (Norris, 2003; Young et al., 2005; Pasquino, 2010; Norris 2013).

O trabalho de círculo tem merecido, portanto, a atenção das academias internacionais. Contudo, em Portugal, por não existirem incentivos que levem os deputados a desenvolver trabalho de círculo (Freire et al., 2010: 40), sabe-se pouco sobre o assunto, e o que se sabe aponta apenas indícios de que os deputados portugueses valorizam o trabalho junto do seu eleitorado (Leston-Bandeira, 2002: 216).

Tendo em conta que o trabalho de círculo aumenta a relação entre eleitos e eleitores, e que o baixo grau de qualidade que é atribuído pelos cidadãos à democracia portuguesa é, sobretudo, influenciado pela perceção de que “os eleitos não atendem às expectativas e interesses dos eleitores” (Magalhães, 2009: 3), aprofundar o conhecimento sobre o trabalho de círculo que é feito em Portugal poderá contribuir para uma melhoria das perceções dos cidadãos portugueses e, conseqüentemente, para um aumento da qualidade da democracia. É, precisamente este, o ponto de arranque desta investigação, que tem como objetivo principal apurar o grau de trabalho que os deputados desenvolvem em prol do círculo eleitoral que os elegeram.

Sendo a Assembleia da República a casa da democracia e os seus 230 deputados os legítimos representantes dos eleitores, e sabendo-se que em Portugal os eleitores escolhem partidos, ou programas eleitorais de partidos, e não escolhem candidatos, importa perceber até que ponto esta relação de delegação democrática de poder ‘conta’ nas intenções dos deputados. Dito de outra maneira, pretendeu-se investigar até que ponto os deputados portugueses valorizam o trabalho de círculo e que fatores mais contribuem para um maior ou menor trabalho de círculo dos deputados.

De uma maneira geral, as conclusões deste estudo permitem afirmar que os deputados portugueses fazem trabalho de círculo. O que varia entre deputados e entre partidos é o seu grau, que é influenciado, sobretudo, por três fatores: a posição do seu partido no parlamento; a importância do seu lugar na lista em que foi eleito; e o tipo de partido a que pertence.

Para concretizar este estudo, recorri à utilização de uma metodologia de investigação mista (análise de conteúdo e análise quantitativa), utilizada na sistematização da análise dos mais de 21 mil documentos (requerimentos e perguntas) apresentados pelos deputados portugueses na X Legislatura, e na obtenção dos resultados que sustentam as conclusões deste estudo.

Esta dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma. No capítulo seguinte, efetua-se o enquadramento teórico desta questão de investigação, definem-se os principais conceitos utilizados e apresenta-se uma perspetiva comparada entre o caso do parlamento português e de diversos parlamentos internacionais, inseridos em diferentes sistemas políticos. No terceiro capítulo apresentam-se as seis hipóteses de base desta investigação, acompanhadas da respetiva base teórica, delimita-se o objeto de estudo e o período temporal e elencam-se as principais limitações identificadas. No quarto capítulo expõe-se a metodologia utilizada, a recolha dos dados utilizados e revela-se a forma como se operacionalizaram as variáveis em estudo. No quinto capítulo apresenta-se a análise empírica, composta por um conjunto de testes com as variáveis individualizadas, por uma análise de regressão final, e por uma análise ao longo do tempo. No sexto e último capítulo expõem-se e articulam-se as conclusões retiradas da análise empírica com as variáveis vitais desta investigação.

## CAPÍTULO 2 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Após 40 anos de democracia em Portugal, têm-se sucedido os estudos sobre o Parlamento nacional, mas tem sido dada pouca relevância à atividade individual dos deputados. E parecem existir bons motivos para isso. Como defende Barreto (1992: 161), “os deputados, individualmente considerados, quase não têm direitos, devendo considerar-se como simples delegados de partido ou serventes dos líderes”, o que poderá indiciar que os deputados do parlamento nacional estão, aparentemente, reduzidos à insignificância individual. Ao argumento de Barreto, Leston-Bandeira junta outro, defendendo que “individualmente considerados, os deputados têm um papel diminuto no parlamento, o que explica, entre outros aspetos, a forte disciplina partidária” (Leston-Bandeira, 2002: 211).

Esta forte influência dos partidos, no parlamento português, assim como na generalidade dos parlamentos democráticos europeus, definida por Braga da Cruz (1988: 105) como *partidocracia*, levou Gianfranco Pasquino a defender a necessidade de se classificar os parlamentos de duas formas: *Parlamentos de Deputados*, onde os deputados gozam de grande autonomia e liberdade de voto, e *Parlamentos de Partidos*, onde se verifica pouca autonomia dos deputados e estes estão submetidos à disciplina rigorosa do voto (Pasquino, 2010: 228). Esta distinção resulta, essencialmente, da forma como os parlamentares são eleitos, isto é, são os sistemas eleitorais<sup>1</sup>, aqui entendidos como a forma de transformação dos votos em mandatos que definem estruturalmente a composição dos parlamentos.

Como defende Pasquino (2010), um *Parlamento de deputados* tende a resultar de eleições que decorrem em círculos uninominais<sup>2</sup>, porque, “neste caso, as suas qualidades pessoais e a sua capacidade de angariar financiamentos para as suas campanhas eleitorais são relevantes” (Pasquino, 2010: 228), o que, de alguma forma, obriga os partidos a ter isso em consideração. O Congresso dos EUA, como salienta o mesmo autor, “constitui, por certo, o exemplo mais significativo de um *Parlamento de deputados*, apesar das disciplinas

---

<sup>1</sup> Para um entendimento mais abrangente do conceito de Sistema Eleitoral e das suas principais implicações em critérios como a governabilidade, a proporcionalidade da representação, a estabilidade política ou a aproximação dos eleitores aos seus representantes, ver Jalali (2007: 265-269).

<sup>2</sup> Círculos uninominais são círculos onde apenas um representante/deputado é eleito.

partidárias e de voto ali praticadas” (Pasquino, 2010: 228). O *Parlamento de Partidos*, por seu lado, reflete a existência de partidos fortes e tende a resultar de eleições que decorrem em círculos plurinominais<sup>3</sup>, através do sistema de listas fechadas e bloqueadas, onde ao eleitor não cabe votar num candidato, mas sim num partido. Este sistema de listas tem uma implicação vital no relacionamento entre eleitos e eleitores, uma vez que é de todos, o sistema que menor intervenção permite ao eleitor na escolha dos candidatos a deputados (Freire et.al, 2002: 85; Freire, 2003: 184), e também condiciona a atividade parlamentar dos deputados, que vêm a sua reeleição depender mais diretamente dos partidos do que dos eleitores.

Contudo, os *Parlamentos de Partidos* também podem resultar de atos eleitorais disputados em círculos uninominais. O parlamento inglês é um desses casos. Apesar da disputa eleitoral se efetuar em círculos uninominais, o parlamento inglês é um “ótimo exemplo de um *Parlamento de Partidos*, uma vez que tanto o processo de seleção dos candidatos (confiado em grande medida aos partidos) como o procedimento eleitoral propriamente dito são controlados pelas organizações partidárias locais e nacionais” (Pasquino, 2010: 228-229). Nesta última forma de parlamento, defende Manuel Ramirez, os selecionados pelo partido que os colocou na cadeira parlamentar “encontram reduzida e suprimida a sua liberdade de optar na hora das respetivas votações, tendo de seguir as instruções que neste sentido recebem do partido” (Ramirez: 1979, 17).

Sendo o sistema eleitoral português de Representação Proporcional<sup>4</sup>, com eleições disputadas em círculos plurinominais, através do sistema de listas fechadas e bloqueadas, e verificando-se a existência de partidos fortes, dado que, após a democratização do país, quatro partidos (CDS; PSD; PS e PCP) “têm dominado a escolha política em Portugal e continuamente alcançado representação parlamentar” (Jalali, 2003: 549), partidos a que se juntou, ainda mais à esquerda, desde 1999, o Bloco de Esquerda (BE), pode afirmar-se que estamos perante um *Parlamento de Partidos*.

---

<sup>3</sup> Círculos plurinominais são círculos onde se elegem, de forma mais ou menos proporcional, vários representantes/deputados de várias listas de partidos

<sup>4</sup> Lijphart (1999: 143) defende que o objetivo básico da representação proporcional é o de representar as maiorias e as minorias, em vez de sobre-representar ou sub-representar qualquer uma das partes, traduzindo proporcionalmente os votos em assentos

## 2.1 Estilos de representação

Tanto nos *Parlamentos de Partidos* como nos *Parlamentos de Deputados*, os representantes podem adotar diferentes estilos de representação, o que levou Hanna Pitkin a questionar: o representante deve fazer o que os seus eleitores querem, ou o que ele acha que é melhor? (Pitkin, 2006: 30). Como evidencia a autora, Edmund Burke é um dos teóricos que defendem a independência dos parlamentares, ou seja, que estes, ainda que eleitos por um círculo eleitoral, devem atuar tendo em conta o interesse geral (nacional) e não os interesses particulares (locais). Eles devem, defende a autora, desempenhar o seu papel como *fiduciários* (Pitkin, 2006: 30). Burke, num célebre discurso em Bristol, aos seus eleitores, colocou a sua perspetiva em evidência:

O Parlamento não é um *Congresso* formado por Embaixadores de interesses diferentes e hostis, que cada um deve sustentar como Agente e Advogado contra outros Agentes e Advogados. O Parlamento é uma Assembleia *deliberativa* de uma Nação, com *um* Interesse, o interesse do todo – onde os preconceitos locais não devem servir de guia, mas sim o Bem geral, que resulta do Juízo geral do todo. É verdade que os senhores escolhem um membro; mas ele, uma vez escolhido, não é um Membro de Bristol, é um Membro do Parlamento (Burke, 1774: 11-12)

Tendo em conta que a relação de cada parlamentar é com a nação, como um todo, “ele não se encontra numa relação especial com o seu eleitorado; ele representa a nação, não aqueles que o elegeram”, diz Pitkin (2006: 31). Esta posição, defende a autora, “está de acordo com o entendimento mais geral de Burke de que o governo é um *fiduciário*” (Pitkin, 2006: 31).

O Rei é um representante do Povo; assim também são os Lordes; assim são os Juizes. Eles são todos fiduciários (*trustees*) do Povo, assim como os Comuns; pois nenhum poder é dado para o bem exclusivo daquele que o recebe (Burke, 1770: 118)

Para além do *fiduciário*, o papel dos representantes pode ser interpretado como o de um *delegado*. Como destaca Pitkin (2006: 34), mesmo no tempo de Burke, “os teóricos do liberalismo nos dois lados do Atlântico estavam articulando uma teoria da representação de pessoas que têm interesses”. Ou seja, na América o enfoque da representação estava cada vez mais colocado nos interesses das pessoas. Estes interesses, defende a autora, passaram

a ser vistos como “um mal inevitável, só domesticado por um governo forte” (Pitkin, 2006: 34). Na Inglaterra, “o utilitarismo não apenas favorecia a representação de pessoas como fazia do interesse um conceito cada vez mais pessoal” (Pitkin, 2006: 34).

Alexander Hamilton, John Jay e James Madison, autores de *O Federalista*, são figuras históricas que exploram o papel do representante como *delegado*. Para estes, defende Pitkin (2006: 35), “o conceito de interesse é muito mais plural e instável do que para Burke, e é essencialmente pejorativo”. A autora recupera a ideia dos federalistas, que identificam os interesses como *facção* e como um *mal*. Por *facção*, Hamilton, Jay e Madison (1787-8: 25) entendem ser “um número de cidadãos, seja no valor de uma maioria ou uma minoria do todo, que estão unidos e movidos por algum impulso comum de paixão, ou de interesse, adverso aos direitos de outros cidadãos, ou ao interesse permanente e agregado da comunidade”. Pitkin (2006: 35), enfatiza que os federalistas apontam a representação como a “cura de todos os males”, e que só ela “pode assegurar o bem público sem a distração de vários interesses particulares conflitantes, ou facções”. Como defende a autora, a representação vista pelos federalistas “é também um meio de trazer conflitos sociais perigosos para um fórum central único, no qual podem ser controlados e tornados inofensivos pelo equilíbrio” (Pitkin (2006: 37). O equilíbrio necessário acontecerá, explica a autora, se cada parlamentar se preocupar verdadeiramente com os interesses dos seus eleitores (Pitkin (2006: 35). Dito de outra forma, este equilíbrio só acontecerá se o parlamentar assumir o papel de *delegado*.

Gianfranco Pasquino refere-se estes dois estilos de representação de forma sucinta. No caso do estilo de *delegado*, o parlamentar promete ser fiel aos interesses dos eleitores do círculo eleitoral que o elegeu. No estilo *fiduciário* o deputado garante assegurar a sua total autonomia no exercício da sua atividade (Pasquino, 2010: 238). Contudo, o autor acrescenta-lhes um terceiro estilo de representação, o de verdadeiro *político*, onde o representante procurará conciliar o seu papel de delegado com o dos interesses do seu partido. Aqui, os parlamentares “procuram o ponto de equilíbrio entre as exigências do partido e os compromissos perante o eleitorado do seu círculo eleitoral” (Pasquino, 2010: 238-239).

Como se referiu anteriormente, os partidos são vistos como sendo mais importantes e influentes no parlamento português do que os deputados individualmente. Deste modo, como sustenta Braga da Cruz (1988: 105), quando se analisam as relações entre os partidos

e o parlamento português “verifica-se a supremacia dos partidos na formação da vontade eleitoral e parlamentar”. Mas não se trata de uma realidade única, porque, à semelhança do que acontece em Portugal, os modernos parlamentos europeus “não são conjuntos inorgânicos de deputados, mas conjuntos estruturados de grupos parlamentares” (Braga da Cruz, 1988: 106).

Tendo em conta que, nestes casos, são os partidos que escolhem os candidatos, que posteriormente levam ao escrutínio dos eleitores, a relação que resulta do ato eleitoral, ou seja, a relação de representação, deixa de acontecer entre eleitos e parlamentares e passa a ser entre partidos e eleitores (Braga da Cruz, 1988: 106). Os deputados podem, portanto, estar mais interessados em não conflitar com o seu partido do que a agradar ao seu eleitorado. É que, como defende Pasquino (2010), “os deputados são sensíveis às modalidades que levam à sua seleção prévia e que levarão, no futuro, à sua nova inclusão nas listas do partido pelo qual foram eleitos” (Pasquino, 2010: 230).

## **2.2 A seleção dos candidatos, a organização dos partidos e o sistema eleitoral**

Ao avaliar a atividade ou o comportamento dos deputados deve ter-se presente que “os políticos têm objetivos, interesses e valores próprios” e que eles, uma vez eleitos, “podem preocupar-se tanto com o interesse público quanto em serem reeleitos” (Manin et al, 2006: 106-108). Neste último caso, a literatura (ver Norris, 2003; Norris, 2013; Pasquino, 2010), identifica (ver tabela 1) a relevância de alguns elementos que podem condicionar, ou redirecionar, o sentido da atividade dos parlamentares, dando particular destaque à forma como estes são selecionados pelos partidos, à organização dos próprios partidos, e aos efeitos do sistema eleitoral.

**TABELA 1 - Elementos que influenciam a atividade dos deputados**

<i>Variáveis independentes</i>	<i>Caraterísticas</i>
Seleção dos candidatos	Centralizada ou descentralizada, eleições primárias (abertas ou fechadas), veto dos líderes
Organização partidária	Organização centralizada ou federal
Sistema eleitoral	Colégios uninominais ou plurinominais, voto de preferência ou listas fechadas

**Fontes:** Construção própria a partir de Norris (2003), Norris (2013) e Pasquino (2010)

Na tabela 1 apresentam-se três fatores que influenciam a atividade dos deputados e que, de um modo geral, estão diretamente relacionados com os partidos. Neste capítulo, Pippa Norris destaca que, aos partidos cabe a função clássica de apontar os candidatos para lugares políticos de destaque e de governo (Norris, 2013: 11). Deste ponto de vista, o recrutamento político para posições de eleição, ou cargos de governo, está diretamente dependente dos partidos e pode provocar conflitos intrapartidários, isto é, os membros de um partido tenderão a disputar, de forma acesa, o acesso a um desses lugares. Portanto, quanto mais centralizada for esta seleção, isto é, quanto mais ela depender dos elementos que constituem o principal núcleo do partido, e quanto mais ela depender da aprovação do seu líder, mais o deputado tenderá a fazer a vontade futura aos seus promotores.

Mas, o grau de centralização dos processos de seleção não é igual em todos os partidos e depende muito da organização da sua estrutura. Em organizações centralizadas, como por exemplo o PLD do Japão, o PASOK da Grécia, ou os Democratas Cristãos dos Países Baixos, os líderes partidários “têm consideráveis poderes nas relações de patronagem” (Norris, 2013: 14) que lhes permitem escolher e impor os candidatos, tanto para lugares privilegiados nas listas, como para lugares de governo. Ao contrário, em partidos descentralizados, que cultivam a democracia interna, a seleção dos candidatos pode acontecer regional ou localmente, ainda que os eleitores votem posteriormente em partidos. Contudo, também aqui os líderes partidários podem ter uma palavra a dizer nas decisões internas sobre a seleção dos candidatos, mesmo que os eleitores possam votar, não em partidos, mas em candidatos (Norris, 2003: 2).

Se a seleção do candidato é fruto de mecanismos internos, como eleições primárias, isto é, resultou da sua eleição democrática dentro do partido, ou até mesmo dentro e fora

do partido, confere-lhe outra legitimidade que pode acabar por influenciar a sua forma de atuar enquanto parlamentar. Como defende Norris (2003: 14) nos processos mais descentralizados, a seleção local dos candidatos cabe “a toda a massa de filiados, que vota em primárias fechadas, ou mesmo ficam nas mãos de toda a população em primárias abertas”.

Em Portugal a seleção dos candidatos está entregue à vontade dos partidos, ou seja, na ausência de uma lei que regule esta seleção, é aos partidos que cabe escolher a forma como seleciona os seus candidatos. E o modelo que cada um adota está, de forma “mais ou menos transparente, mais ou menos flexível” (Freire, 2003: 229-230), plasmado nos seus Estatutos internos. Neste sentido, tendo em conta a forma como quatro principais partidos portugueses (PCP, PS, PSD e CDS-PP) estão estruturados, pode dizer-se que o processo de recrutamento, ou de seleção de candidatos é centralizado. Para além de mais, trata-se de um processo, pouco democrático, que não privilegia a participação dos militantes, onde as cúpulas dos partidos “se reservam a capacidade de veto total ou parcial sobre as listas” (Freire, 2003: 230). A estes quatro partidos centralizados pode juntar-se o Bloco de Esquerda, cujo processo de seleção de candidatos é, em quase tudo, idêntico ao dos anteriores partidos.

Deste ponto de vista, tendo em conta que as maiores forças políticas do país são o PS e o PSD, pois têm dividido alternadamente a governação de Portugal, pode afirmar-se que os *partidos mais pequenos* (PCP, CDS-PP e BE) são os mais centralizados, e Freire (2003), aponta duas justificações para este facto. Na hora de selecionar os seus candidatos, estes partidos adotam medidas mais centralizadoras porque “os lugares a repartir são escassos” (Freire, 2003: 231). Ao mesmo tempo, com esta centralização, os partidos tentam assegurar o controlo da composição da bancada parlamentar, para que esta não inclua nenhum deputado pouco produtivo que, dado o pequeno número de colegas de bancada, os obrigaria a fazer trabalho suplementar (Freire, 2003: 231).

Tendo em conta a forma como os partidos portugueses estão estruturados, pode dizer-se que o PCP é o partido mais centralizado, havendo quem o classifique como um partido de “centralismo democrático” (Jalali 2007: 158). Esta centralização é profunda, e pode ser identificada nos processos de seleção de candidatos à Assembleia da República. Apesar de estatutariamente não estar explícito, na hora de selecionar os candidatos ao parlamento é aos órgãos superiores do partido que, em nome do partido e de uma direção

ideológica nacional, compete internamente discutir e aprovar as listas, ficando reservada aos órgãos distritais apenas a sua auscultação pelos órgãos executivos nacionais (Freire, 2003: 232).

O CDS-PP é um partido que, apesar de apresentar estruturas concelhias, distritais e regionais, esta última para as regiões autónomas (artº 9º dos Estatutos do CDS-PP)<sup>5</sup>, reflete uma organização partidária frágil ao nível local e regional. Por isso, depende, em larga medida, das capacidades do seu líder, a quem está reservada “uma função mais executiva” (Jalali 2007: 137), que reflete, de alguma maneira, uma maior centralização do poder. Esta centralização está, ainda, evidenciada no processo de seleção dos candidatos à Assembleia da República, uma vez que a única referência ao assunto que consta dos seus Estatutos é pouco esclarecedora, remetendo para o Conselho Nacional a aprovação da regulamentação que respeite o primado da vontade dos militantes no processo de escolha de candidatos do partido (Artº 29º, nº 1, i dos Estatutos do CDS-PP)

O PSD é um partido que apresenta uma estrutura organizacional forte, particularmente na base, onde a organização partidária local e distrital marcam pontos, particularmente nos períodos de campanha eleitoral. Apesar de sensível a líderes fortes, trata-se do partido português mais descentralizado (Freire, 2003: 231-232), cujas escolhas dos candidatos ao parlamento estão estatutariamente definidas. É às Comissões Políticas Distritais que compete escolher os candidatos e apresentar a lista à Comissão Política Nacional, mas é a esta que cabe apresentar as listas ao Conselho Nacional. Trata-se de “disposições vagas e imprecisas” que obrigam à flexibilidade das diversas estruturas no sentido de se “acomodarem diferentes facções e interesses locais” (Jalali 2007: 148-149). Fruto desta flexibilidade, as bancadas parlamentares do PSD são aquelas que mais dirigentes locais e regionais têm integrado (Freire, 2003: 232). Trata-se de um facto que reflete, de alguma maneira, a maior descentralização do partido.

O PS é um partido mais descentralizado do que CDS, mas menos do que o PSD, e apresenta uma estrutura organizacional forte, com as Comissões Políticas Concelhias a comporem a base piramidal do partido. É também o partido com assento parlamentar que deu, recentemente, e pela primeira vez em Portugal, através da introdução de eleições primárias, um sinal de descentralização do poder na escolha do seu atual secretário-geral

---

<sup>5</sup> Para uma visão completa dos Estatutos do partido, ver Estatutos do CDS-PP, com as alterações aprovadas no XXV Congresso Nacional, em 11 de janeiro de 2014

António Costa. Por outro lado, diz (Jalali 2007: 156), o PS é o partido que tem os estatutos onde se pode identificar mais claramente quem escolhe os candidatos para o parlamento, cabendo às Federações Distritais elaborar as listas, reservando 30 por cento dos lugares elegíveis para nomes apontados pela Comissão Política Nacional, sob proposta do líder do partido. Mas este sinal de descentralização, na verdade, parece não dar assim tanto poder aos órgãos distritais, particularmente se tivermos em conta que estes 30% podem corresponder aos primeiros lugares, afinal os mais seguros, de cada lista (Freire, 2003: 232).

O Bloco de Esquerda é o mais novo partido aqui estudado. Trata-se de uma força política que aparenta ter a mais frágil organização interna dos cinco partidos, a que não é alheio, do ponto de vista estrutural, a sua débil base local de apoio. Na hora de escolher os seus candidatos à Assembleia da República é, também por isso, um partido mais centralizador como demonstram, de forma clara, as regras estatutárias que atribuem à Mesa Nacional do partido a decisão sobre os cabeças de lista para círculos que determinem a eleição de três deputados, e sobre o primeiro quinto dos lugares nos restantes círculos, deixando as restantes vagas a cargo das escolhas das Assembleias Distritais e Regionais do partido. (artº 10º, nº5 dos Estatutos do BE)<sup>6</sup>.

Como se disse até aqui, a forma como os deputados são selecionados pelos partidos e a organização dos próprios partidos podem influenciar a sua atividade. Mas existe um terceiro fator (ver tabela 1) que deve ser levado em conta - o Sistema Eleitoral.

O Sistema Eleitoral é um fator determinante na atividade dos deputados. Particularmente a magnitude dos círculos eleitorais e o tipo de boletim de voto. De círculos uninominais, onde se elege apenas um parlamentar, resulta um vencedor a quem facilmente se podem pedir contas e assacar responsabilidades. Neste sentido, os deputados possuem um forte incentivo para fazer trabalho de círculo, ou seja, procuram não só oferecer benefícios individuais aos eleitores do seu círculo, como também “promover políticas voltadas ao distrito - *pork* - pensadas para estreitar e fortalecer o apoio que recebem dos eleitores daquele local” (Norris, 2013: 27). Este deputado tem, assim, que ter em conta não

---

<sup>6</sup> Para uma visão completa dos estatutos do partido, ver Estatutos do BE, aprovados na IX Convenção Nacional, de 22 e 23 de novembro de 2014

só a vontade do partido pelo qual foi eleito, como está obrigado a defender os interesses dos eleitores do seu círculo, sob pena de, em próximo ato eleitoral, vir a sofrer as respectivas consequências.

Parlamentares que resultam de círculos plurinominais com listas fechadas têm a vida mais facilitada. É o partido que os escolhe e ordena em listas bloqueadas, e é o partido que, no fundo, voltará a ser julgado. Neste sistema, cabe ao eleitor escolher não um deputado, mas um programa, oferecido pelos candidatos, onde são sugeridos benefícios coletivos. Neste caso, como acontece em Portugal, a relação entre eleitores e eleitos tenderá a ser menor, o que, de certa forma, permite que o deputado desenvolva uma atividade parlamentar exclusivamente de acordo com os interesses do seu partido.

Já com o voto preferencial, onde os eleitores podem escolher mais do que um candidato, os parlamentares têm incentivos para promover benefícios individuais em busca da distinção direta dos seus adversários. Detentores de uma maior margem de negociação junto dos líderes, estes deputados tenderão a desenvolver um trabalho que, de alguma forma, lhes permita manter os seus índices de credibilidade elevados junto do eleitorado de quem dependem.

Por fim, o voto misto, onde os eleitores podem votar tanto em círculos uninominais, onde escolhem o candidato, como plurinominais, onde escolhem o partido, através de listas fechadas. Aqui, os efeitos do sistema eleitoral misto dependem do número de cadeiras destinadas aos deputados eleitos pelos círculos uninominais e pelos plurinominais. Mais cadeiras para deputados de círculos uninominais significam mais voto no candidato. Mais cadeiras para deputados de círculos plurinominais traduzem-se em mais voto no partido.

É verdade, como recordam Manin et al. (2006), que em nenhum sistema democrático os políticos, no exercício da sua atividade parlamentar, são legalmente obrigados a executar as suas promessas. Uma vez eleitos desenvolvem a sua atividade, restando aos eleitores aguardar pelo próximo ato eleitoral onde poderão sancionar ou premiar esses comportamentos. Contudo, como se disse atrás, no caso português quem vai a julgamento são os partidos e não os deputados individualmente. Talvez por isso o trabalho e o comportamento individual dos deputados portugueses não tenham ainda despertado muito a atenção de grande parte da comunidade académica, uma posição que procura contrariar-se com esta investigação.

Do ponto de vista teórico, como se viu até aqui, o parlamento português é um *parlamento de partidos* (Braga da Cruz, 1988; Pasquino, 2010), onde os parlamentares desenvolvem a sua atividade de acordo com os interesses do seu partido que é, afinal, quem os seleciona, ou não, num próximo ato eleitoral. Dito de outra forma, o parlamentar não tem qualquer incentivo a desenvolver o que a teoria denomina de *constituency service* (Norris, 2003), indo ao encontro da génese da sua posição constitucional que estabelece que “os deputados não representam os círculos pelos quais são eleitos, representam, sim, o país como um todo” (art.º 152º da Constituição da República Portuguesa).

No fundo, o que a literatura nos diz é que, a forma como os candidatos são selecionados, como os partidos se organizam, e o sistema eleitoral, moldam a composição dos parlamentos e o comportamento dos deputados, particularmente no que diz respeito às suas preocupações com o seu círculo eleitoral. Contudo, tanto em *parlamentos de partidos* como em *parlamentos de deputados* alguns parlamentares fazem trabalho de círculo. O que varia é o grau de trabalho de círculo que estes desenvolvem.

Nesse sentido, tornou-se vital efetuar uma análise comparada do trabalho de círculo desenvolvido por deputados de parlamentos cujo funcionamento e composição resultam de diferentes sistemas eleitorais, de diferentes sistemas partidários, e de diferentes tipos de partidos.

### **2.3 Análise do trabalho de círculo dos deputados em perspetiva comparada**

O trabalho e o comportamento individual dos deputados de diversos parlamentos (atividade parlamentar) tem sido alvo de profundos estudos (para o caso do Congresso Americano, ou do Parlamento Britânico, ver, por ex., Cain, Ferejon e Fiorina, 1984; Norris, 1997; Norton, 1997 e 2012; para o caso da Alemanha, ver Patzelt, 2007; para o caso da Escócia e do País de Gales, ver Bradbury e Mitchell, 2007; para o caso de Portugal, ver Bandeira, 2002). O que a teoria nos diz é que os deputados podem adotar diferentes estilos de representação e que esta inclui a capacidade de *resposta política*, de *resposta simbólica*, de *resposta de serviço* e de *resposta de alocação* (Eulau e Karps, 1997:

241-247)<sup>7</sup>. Seja por motivações de caráter eleitoralista, ou outros motivos, particularmente nas democracias representativas, “o trabalho de círculo é uma das principais formas através das quais os representantes eleitos respondem às pessoas (às suas reivindicações) que eles representam” (André, et al., 2014: 129).

A atividade parlamentar dos deputados é-nos apresentada por Marangoni e Tronconi (2011) debaixo de um chapéu a que chamaram 'dilema'. Este, defendem os autores, “reside no fato de que um órgão legislativo é, normalmente, destinado a representar o interesse nacional como um todo, mas é composto de indivíduos eleitos por áreas geográficas específicas e intrinsecamente ligados aos grupos que os originam” (Marangoni e Tronconi, 2011: 417). Parece estar-se, portanto, perante um paradoxo que levou os mesmos autores a questionar até que ponto será concebível admitir que os deputados priorizem os interesses dos seus eleitores locais? Ou, como os próprios salientam, “será que pode perceber-se o interesse nacional como a soma dos interesses locais?” (Marangoni e Tronconi, 2011: 417).

Na realidade, um deputado “é, ao mesmo tempo, tanto um agente da sua localidade, como um governador da nação” (Pitkin, 1967: 218) e, como as teorias da escolha racional sugerem, este calcula os custos e benefícios do trabalho de círculo “nos contextos de oportunidade que enfrenta na sua carreira política” (Norris, 1997: 30). Dito de outra forma, os deputados podem investir no trabalho de círculo com o objetivo de se promoverem e ganharem a confiança do seu eleitorado, ou dos responsáveis do partido que o poderão vir a selecionar. Neste último caso, o trabalho de círculo do deputado tenderá a ser tanto maior quanto maior for o seu risco da sua não seleção pelos responsáveis do seu partido local. No fundo, os parlamentares “acreditam que o trabalho de círculo assíduo pode ser um talismã que os protege das críticas do seu partido local”, particularmente dos seus líderes, os verdadeiros selecionadores locais do partido (Norris, 1997: 32).

---

<sup>7</sup> Eulau e Karps (1997: 241-247), que observam a representação como a capacidade de resposta dos parlamentares, defendem que esta inclui, para além da “capacidade de **resposta política**, onde o alvo são as grandes questões públicas que agitam o processo político”, e da “**resposta simbólica**, que envolve uma espécie de gestos públicos que criam um senso de confiança e apoio na relação entre representantes e representados”, a “**capacidade de resposta de serviço**, que envolve os esforços do representante para garantir benefícios particularizados para indivíduos ou grupos da sua circunscrição”, e a “**capacidade de resposta de alocação**, que se refere aos esforços do representante para a obtenção de benefícios para seu eleitorado, através de intercâmbios eleitoralistas no processo de dotação, ou por meio de intervenções administrativas”.

Tendo em conta que, em virtude dos incentivos que percebe, dos seus objetivos, interesses e valores pessoais, um deputado pode adotar diferentes estilos de representação para desenvolver a sua atividade parlamentar, e que existem diferentes tipos de parlamentos, conduziu-se esta investigação a uma comparação entre o parlamento e os deputados portugueses e os mesmos de outros cinco países que apresentam sistemas eleitorais, sistemas de partidos e tipos de partidos diferentes.

### *2.3.1 Estados Unidos da América*

No caso americano, cujo sistema eleitoral é maioritário, a uma volta, onde os candidatos disputam a eleição em círculos eleitorais uninominais, isto é, o candidato mais votado ganha, excluindo todos os outros, os eleitores votam diretamente nos representantes que querem ver sentados no Congresso Americano, que se divide em duas Câmaras - a Câmara dos Representantes e o Senado. Particularmente, no caso da Câmara dos Representantes, os deputados sabem que os “laços locais ajudam significativamente os congressistas, quando estes buscam a sua reeleição”, logo estes têm a perceção da oportunidade “de agir como agentes parlamentares da comunidade local” (Marangoni e Tronconi, 2011: 417). Neste capítulo, uma das realidades mais reconhecidas aponta que os deputados americanos dedicam grande parte da sua atividade ao trabalho de círculo, dando primazia a “tratamento de casos como as prestações de segurança social e benefícios a veteranos” (Cain et al., 1984: 115).

Mas não é apenas o sistema eleitoral que influencia o comportamento dos deputados norte-americanos. Existem outros fatores que potenciam, igualmente, o trabalho de círculo dos deputados. Desde logo a inexistência de partidos fortes nos EUA, onde os partidos “oferecem estruturas organizacionais fracas e recursos institucionais mínimos” (Norris, 2013: 14), que se traduzem num constrangimento menos acentuado dos deputados, que passam a depender de outras formas de apoio. Depois, porque nos EUA os partidos têm pouca influência na escolha dos seus candidatos, devido ao sistema de eleições primárias vigente, que enfraquece os partidos. Em organizações centralizadas “os líderes partidários têm consideráveis poderes nas relações de patronagem” (Norris, 2013: 14), que

lhes permite impor os seus escolhidos em posições favoráveis, particularmente em lugares seguros nas listas eleitorais do partido. Já em processos mais descentralizados, como se verifica nos EUA, as escolhas locais são feitas por todos os filiados, que votam “em primárias fechadas, ou mesmo ficam nas mãos de toda a população em primárias abertas” (Norris, 2013: 14).

Por último, existem, ainda, mais dois fatores que influenciam o comportamento dos deputados americanos. Por um lado, o financiamento das campanhas eleitorais, que depende, quase exclusivamente, dos candidatos e não dos partidos. Note-se que, o sucesso eleitoral dos candidatos depende, em larga medida, dos apoios não-partidários, que traçam as linhas orientadoras relativamente à cobertura, à publicidade e aos apoios fornecidos pela comunicação social. Mas também depende do apoio financeiro vindo de outras organizações e do apoio à campanha, “como voluntários e escritórios, fornecidos por sindicatos associados, grupos profissionais, empresariais e comunitários” (Norris, 2013: 13-14). Por outro lado, uma vez eleitos, o seu comportamento é diretamente influenciado pelas condições e recursos auxiliares que o próprio passa a ter disponíveis - “uma equipa de funcionários (*staff*), escritórios, ajudas de custo para o escritório, ajudas de custo especiais e pessoais, viagens” (Fenno, 1977: 891). A cada deputado cabe escolher como usar estes recursos, mas destas escolhas, defende o autor, a mais valiosa prende-se com a forma como ele utiliza o seu *staff* (Fenno, 1977: 891).

### 2.3.2 Inglaterra

Realidade um pouco diferente acontece no Parlamento Britânico. Apesar de se tratar, como nos EUA, de um parlamento bicameral, composto pela Câmara dos Comuns (câmara baixa) e pela Câmara dos Lordes (câmara alta - para a qual não há eleições, ao contrário do que acontece para o Senado, nos EUA), e de os representantes diretos do povo disputarem a eleição para a Câmara dos Comuns em círculos (distritos) eleitorais uninominais, através de sistema eleitoral maioritário, a uma volta, historicamente, os deputados têm sido vistos como “tropas sem rosto nas fileiras do partido, que votam de

acordo com o chicote do partido” (Cain et al., 1984: 111). Segundo estes autores, uma vez eleitos, os deputados têm “pouco, ou nenhum, poder pessoal” (Cain et al., 1984: 111), logo não têm motivações para efetuar trabalho de círculo. Contudo, estudos mais recentes apontam evidências que vão no sentido contrário. Segundo estas correntes, sem esquecer o seu papel de representantes do seu partido, os deputados britânicos têm vindo a dedicar, cada vez mais, grande parte do seu tempo de atividade ao trabalho de círculo, “com vista a manter o seu voto pessoal” (Norris, 1997: 30), uma vez que este voto pessoal lhes proporciona “uma modesta, mas significativa, margem de segurança” (Cain et al., 1984: 111). A partir de meados da década de 1960 as preocupações dos deputados ingleses com os eleitores do seu círculo eleitoral aumentaram e, se em 1971 a maioria dos deputados passava cerca de 11 horas por semana a fazer trabalho de círculo, uma década depois esse número aumentou para 16 horas, sendo que 25% dos deputados afirmaram ter passado 30 horas, ou mais, a efetuar trabalho de círculo (Norris, 1997: 30). Ou seja, os eleitos agem como importantes elos de ligação entre os cidadãos, ou grupos de cidadãos, do círculo eleitoral e o governo, dando particular atenção aos interesses dos constituintes e às suas reivindicações (Norris, 1997: 29).

Apesar destas últimas evidências, não pode dizer-se que os deputados britânicos atuam como os congressistas americanos. Por um lado, porque estes últimos têm como principais tarefas apresentar e votar propostas legislativas com base nos interesses do seu círculo eleitoral. Por outro lado, porque, na Inglaterra, onde há um parlamento com mais de 700 anos de história, continuam a existir partidos mais fortes do que nos EUA, que dominam a política inglesa, conduzindo os eleitores a votar em partidos e não em candidatos, cuja seleção está nas mãos das associações locais do partido, que também procuram financiamento para a campanha eleitoral que depois executam. Uma vez eleito, o deputado britânico “segue a linha do partido” (Norton, 1997: 18).

### *2.3.3 Escócia, País de Gales e Alemanha*

Nos casos da Escócia e do País de Gales, a composição do Parlamento e da Assembleia Nacional, respetivamente, resulta de sistema eleitoral misto proporcional, ou

seja, uma parte maioritária, disputada a uma volta, em círculos eleitorais uninominais, onde ganha o candidato que obtiver mais votos, e outra parte proporcional, onde os candidatos disputam a eleição em círculos eleitorais plurinominais, através de listas de partidos. Para estes dois países, Bradbury e Mitchell (2007), revelam-nos particulares diferenças que descobriram no comportamento dos deputados eleitos por um, e por outro métodos. Os autores defendem que, os membros eleitos através do sistema maioritário realizam, mais amplamente, trabalho de círculo, do que os seus colegas eleitos através do sistema de representação proporcional, em listas de partidárias fechadas (Bradbury e Mitchell, 2007: 117), entendendo-se, aqui, por trabalho de círculo, as atividades desenvolvidas pelos deputados “no sentido de lidar com os problemas levantados pelos constituintes individuais” (Bradbury e Mitchell, 2007: 118), embora se reconheça, dizem os mesmos autores, “que esse trabalho de círculo também vai abraçar questões mais amplas de preocupação local” (Bradbury e Mitchell, 2007: 118).

O caso alemão apresenta-se como um dos mais paradigmáticos da literatura que se tem debruçado no estudo do comportamento dos deputados em democracias cujo sistema eleitoral é misto proporcional, isto é, contempla uma parte maioritária e outra parte de representação proporcional. Apesar de, nestas eleições, os cidadãos disporem de um único boletim de voto para fazerem as suas escolhas, este contempla duas modalidades de eleição para um único parlamento, o Bundestag, que é composto por dois tipos de deputados - os distritais, ou de círculo, que são eleitos através do sistema maioritário, em círculos distritais uninominais, e os eleitos através de listas de partidos a nível de cada Land. Como conclui Bradbury (2007: 150), os primeiros apresentam “um nível de compromisso significativo com o seu círculo eleitoral”. Contudo, Patzelt sugere que, apesar de tudo, os deputados alemães eleitos através de listas de partidos “também o fazem, embora em menor grau” (Patzelt, 2007: 47). De uma forma geral, defende o mesmo autor, os deputados só têm dois caminhos a seguir quando buscam a sua reeleição. Podem dedicar-se ao trabalho de círculo e tornar-se conhecidos como os *reis do círculo eleitoral*, ou podem tentar ganhar o apoio direto dos selecionadores do partido, ao nível da região onde se situa o distrito eleitoral pelo qual concorre, para fazerem uma carreira no parlamento (Patzelt, 2007: 52). Até, mesmo “os principais políticos enfrentam problemas com a (re)nomeação para um lugar seguro direto, caso não tenham conseguido apoio pessoal no distrito de votação, através do trabalho de círculo eficaz” (Patzelt, 2007: 52).

#### 2.3.4 O caso português

Em Portugal, como vimos, os parlamentares têm como missão constitucional representar o país como um todo, e têm poucos, ou quase nenhuns, incentivos para se dedicarem ao trabalho de círculo, isto é, para agradar aos seus eleitores. Contudo, parecem existir algumas evidências que apontam no sentido inverso. Os 230 deputados do parlamento português são eleitos através de um sistema de lista fechada e bloqueada, segundo o método da média mais alta de Hondt, através de 22 círculos eleitorais – 18 em Portugal continental, dois no estrangeiro (na Europa e fora da Europa) e um em cada umas das regiões autónomas dos Açores e da Madeira (Jalali, 2007: 274-275).

Apesar das “modalidades de eleição dos parlamentos, ou melhor, dos deputados, determinarem grandes diferenças na maneira como estes últimos entendem o seu papel e exercem as suas funções de representação” (Pasquino, 2010: 228), e da modalidade que existe em Portugal não fornecer “especiais incentivos ao trabalho de círculo, pelos seus deputados” (Freire et al., 2010: 40), em Portugal, como defende (Leston-Bandeira, 2002: 201) “verifica-se um conjunto de indicadores surpreendentes reveladores de uma valorização por parte dos deputados do relacionamento com os seus círculos”. Na verdade, atesta a autora, “um número significativo de deputados encara o seu papel de representante dos interesses locais” (Leston-Bandeira, 2002: 216) e não apenas o papel constitucional que lhe está reservado.

Um dos exemplos demonstrativos desta realidade comportamental de, pelo menos, uma parte dos deputados, pode ser verificado nas Propostas de Alteração (PPAs) locais apresentadas pelos deputados aquando da discussão do Orçamento do Estado. Na VI legislatura, diz Leston-Bandeira (2002: 203), o PS “atribuiu um ênfase particular, por exemplo, a este vínculo com o círculo eleitoral existente por detrás de certas Propostas de Alteração (PPAs) locais” demonstrando que “uma porção significativa das PPAs socialistas foram mesmo apresentadas na comissão, ou no plenário, pelos deputados dos respetivos círculos enquanto representantes locais” (Leston-Bandeira, 2002: 203). A autora reforça esta ideia com uma análise ao número de PPAs locais apresentadas pelos deputados das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, durante as III, IV, V e VI Legislaturas. Neste período, diz Leston-Bandeira (2002: 204), os principais proponentes deste tipo de

PPAs foram os deputados do PSD que denotaram um “verdadeiro sentido de representação de círculo”, contrariamente ao que está previsto na Constituição da República.

Quando procuramos saber quem representam, afinal, os deputados portugueses, o comportamento desviante do constitucionalmente estabelecido de alguns é ainda reflexo de alterações regulamentares ou regimentais da própria Assembleia da República, onde se “desenvolveram pequenas ações visando uma maior proximidade com os cidadãos, à medida em que os parlamentares sentiram uma maior necessidade de estabelecer uma relação direta com os seus eleitores” (Leston-Bandeira, 2002: 215). Uma dessas ações aponta para “a necessidade de se prever um tempo para os deputados contactarem os seus círculos” (art.º 57º do RAR, 2007), com o objetivo de se aproximarem dos seus eleitores, de quem querem conhecer as preferências.

Se o voto destes eleitores é, sobretudo, motivado pela identificação partidária, “então o trabalho local desenvolvido pelo candidato poderá fazer pouca diferença” (Curtice e Shively, 2003: 365). Contudo, se os eleitores valorizam os representantes eleitos que atuam como seus verdadeiros intermediários, “os partidos têm um incentivo para colocarem no topo das suas listas aqueles candidatos que gozam de uma reputação de eficiência no desempenho desse papel” (Curtice e Shively, 2003: 366).

Em jeito de conclusão, pode dizer-se que: i) o Parlamento português é um *Parlamento de Partidos*; ii) os deputados, que representam constitucionalmente todos os portugueses, não têm incentivos para desenvolver trabalho de círculo; iii) ainda assim, existem autores que sugerem que alguns deputados valorizam o seu papel de representantes locais dos círculos que os elegeram; e iv) o trabalho individual dos deputados continua por ser devidamente estudado.

### **2.3 Notas finais**

De forma sucinta, como vimos neste capítulo, existem dois tipos de parlamentos – os *parlamentos de deputados* e os *parlamentos de partidos*. Nos primeiros, do ponto de vista da sua autonomia individual face aos próprios partidos, os deputados assumem um papel relevante. Nos outros, os partidos fazem a diferença e os deputados alinham pelos

interesses do partido. Um e outro são, essencialmente, o resultado do sistema e das regras eleitorais através dos quais os deputados são eleitos. Uma vez ali, os deputados adotam diferentes estilos de representação, ou seja, podem estar interessados em representar e defender os interesses do seu eleitorado, ou do seu partido, ou tentar agradar a ambos. Tudo depende dos incentivos que percebe, da sua vontade, dos seus valores e dos objetivos pessoais. Por isso, o comportamento dos parlamentares, que querem voltar a ser selecionados num próximo ato eleitoral, é influenciado por diversos fatores - o sistema eleitoral, o sistema partidário, a natureza do partido (mais ou menos centralizado na forma como os seus candidatos são selecionados), as suas motivações individuais, as condições e recursos auxiliares que o deputado passa a ter disponíveis para trabalhar. Apesar disso, o trabalho de círculo é uma das principais formas que os deputados usam para manter contato direto com o seu eleitorado. Nos parlamentos estudados, existem evidências de que os deputados praticam trabalho de círculo durante a sua atividade parlamentar. Só não podemos afirmar que o fazem com o mesmo grau. Ainda menos em Portugal, onde este estudo continua por aprofundar.

É neste sentido que se propõe desenvolver, nos capítulos seguintes, uma análise sistematizada do trabalho efetuado pelos parlamentares portugueses, com o objetivo de apurar o grau de trabalho de círculo que estes fazem.

### **CAPÍTULO 3 - HIPÓTESES E UNIVERSO DE APLICAÇÃO**

Sabemos que os deputados não agem todos da mesma maneira. Uma vez chegados ao parlamento, eles enfrentam um trilema de representação política: colocar nas suas prioridades os interesses dos eleitores que os elegeram; priorizar os interesses do seu partido; ou tentar conjugar os dois. Como vimos no capítulo anterior, a maneira como o decidem, ou seja, a sua ação, depende, em grande medida, da forma como os candidatos são selecionados para os atos eleitorais, do tipo de organização dos partidos, e do sistema eleitoral, logo do tipo de arena parlamentar em que estão inseridos. Mas também depende dos seus valores, interesses e objetivos pessoais.

Tendo como ponto de partida que a relação de representação pode ser entre eleitos e eleitores, ou entre partidos e eleitores, é aos eleitores que cabe, num próximo ato eleitoral, decidir se renovam, ou não, a confiança depositada nos partidos ou nos deputados. Portanto, quer uns, quer os outros, podem estar interessados em manter algum tipo de relacionamento de proximidade com seu eleitorado. E a literatura confirma isso, apontando que o trabalho de círculo é uma das formas através das quais os deputados estabelecem contacto com o eleitorado que os elegeu. Apenas não o fazem no mesmo grau.

É aqui que se encontra centrada esta investigação, na qual se pretende analisar o trabalho parlamentar dos deputados portugueses com o objetivo de apurar qual o grau de trabalho de círculo que eles desenvolvem junto dos seus eleitores. A resposta a esta pergunta surgirá do relacionamento do trabalho e das ações parlamentares individuais desenvolvidos pelos deputados, enquanto representantes dos eleitores, e das características individuais de cada um. A partir desta questão de investigação definiram-se as seguintes hipóteses:

### 3.1 Hipóteses

**H1:** *Os deputados que estão mais próximos do líder do partido fazem menos trabalho de círculo do que os outros.*

Como se destacou no capítulo anterior, é aos partidos políticos portugueses que cabe, de uma maneira geral, selecionar os candidatos, através de decisões onde os órgãos da cúpula do partido (o PCP é disso exemplo em Portugal) e, em alguns casos, também o seu líder, assumem um papel decisivo. Nos partidos em que o líder pode fazer a diferença, como são os casos do PS e do PSD, por exemplo, quanto mais forte for a liderança maior será a sua influência na hora de indicar as escolhas. Dito de outra forma, “os líderes partidários podem exercer uma grande influência na hora do partido selecionar os candidatos a um próximo ato eleitoral” (Pasquino, 2010: 230).

Por este motivo, os deputados mais próximos do líder poderão não ter necessidade de fazer trabalho de círculo, pois a possibilidade de virem a ser selecionados como candidatos é maior do que a dos seus colegas de partido.

Para testar esta hipótese, a proximidade ao líder foi definida através dos cargos políticos de elite desempenhados pelos deputados dentro das diversas estruturas do partido, ou do governo, e da posição na lista em que o deputado foi eleito, considerando-se, para o efeito, as seguintes variáveis independentes: Cargo de Direção da bancada parlamentar, Posição na lista em que o deputado foi eleito; Número de legislaturas cumpridas; Presidente de órgãos locais do partido; Presidente de órgãos distritais do partido; Presidente de órgãos nacionais do partido; e Cargo de elite em anteriores governos.

Desta forma, subdividiu-se H1 em sete outras hipóteses, determinadas pelas novas variáveis independentes encontradas.

**H1a:** *Os deputados que pertenceram à direção da sua bancada parlamentar na X Legislatura, fazem menos trabalho de círculo do que os restantes.*

Tendo em conta que o parlamento português é um parlamento de partidos, a atividade de cada grupo parlamentar tenderá a defender os interesses centrais do seu partido. Pode esperar-se, portanto, que os deputados com responsabilidades de direção da

bancada parlamentar estejam mais próximos do seu líder, logo que sintam não ter necessidade de fazer trabalho de círculo, em virtude da sua futura seleção para um novo ato eleitoral poder ser alcançada pelo lado do partido e do líder.

Esta suposição, aliás, é confirmada por alguma literatura mais contemporânea, que salienta que “ao aumento da responsabilidade do deputado no parlamento, não corresponde um aumento das suas preocupações locais, ou do seu interesse em fazer trabalho de círculo” (Brouard et al., 2013: 148-149).

**H1b:** *Quanto mais importante for o lugar do deputado na lista pela qual foi eleito, menos trabalho de círculo ele faz.*

Os órgãos nacionais dos partidos portugueses têm uma forte influência nas escolhas dos candidatos à Assembleia da República, e é a estes que está reservada, na maior parte dos casos, a seleção dos que ocupam os lugares seguros, ou seja, os lugares que garantirão uma futura cadeira no parlamento. A este argumento pode juntar-se outro, que nos diz que, em partidos centralizados, como acontece no caso português, “os líderes partidários têm consideráveis poderes nas relações de patronagem, habilitando-os a impor os seus escolhidos em distritos, posições, disputas ou grupos eleitoralmente favoráveis, ou em posições seguras nas listas eleitorais partidárias” (Norris, 2013: 14).

Tendo em conta estes dois pressupostos, pode dizer-se que os deputados que concorreram nos primeiros lugares das listas, ou seja, nos lugares seguros, são aqueles que estão mais próximos do líder. Por este motivo, tendo em conta a sua futura seleção, estes poderão ter menos necessidade de fazer trabalho de círculo dos que ocuparam os lugares mais inseguros da lista, que não beneficiam da proximidade ao líder do partido.

**H1c:** *Quanto mais antiguidade tem o deputado na Assembleia da República, menos trabalho de círculo ele faz.*

A influência da antiguidade dos deputados no grau de trabalho de círculo que eles fazem tem dividido as opiniões. De um lado estão os que defendem que a antiguidade conta, ou seja, que os deputados com mais anos de experiência parlamentar fazem menos trabalho de círculo do que os mais jovens (Norris, 1997: 44; Russo, 2011: 294). Do outro

estão os que defendem que a antiguidade do deputado não influencia o grau de trabalho de círculo que este faz. No caso francês, a antiguidade não afeta, significativamente, o enfoque da atividade dos parlamentares franceses (Brouard et al., 2013: 154). Na mesma linha, mas para o caso irlandês, um investigador aponta que “a antiguidade não tem nenhum efeito robusto” (Martin, 2011: 485) na forma como os deputados se relacionam com o seu círculo eleitoral.

Nesta hipótese, o pressuposto é que, quanto mais antigo for o deputado no parlamento, mais próximo ele está do seu líder, logo menos necessidade terá de fazer trabalho de círculo do que um deputado jovem, sem experiência política que, não sendo próximo do líder, tenderá a cultivar a sua imagem junto do círculo eleitoral que o elegeu.

**H1d:** *Os deputados que exerceram cargos de elite em anteriores governos fazem menos trabalho de círculo do que os outros.*

**H1e:** *Os deputados que já ocuparam cargos de elite como presidentes de órgãos locais do partido fazem menos trabalho de círculo do que os outros.*

**H1f:** *Os deputados que já ocuparam cargos de elite como presidentes de órgãos distritais do partido fazem menos trabalho de círculo do que os outros.*

**H1g:** *Os deputados que já ocuparam cargos de elite como presidentes de órgãos nacionais do partido fazem menos trabalho de círculo do que os outros.*

Como refere a literatura, deputados que nunca exerceram cargos políticos de elite no passado “podem estar interessados em fazer trabalho de círculo para ter um amplo consenso a nível local, que pode ser um recurso valioso para ganhar a seleção do partido” (Russo, 2011: 294-295). Por outras palavras, quanto mais altos cargos políticos tiver desempenhado o parlamentar, menos interesse em fazer trabalho de círculo ele terá.

Neste sentido, para formular às hipóteses H1d; H1e; H1f e H1g, procedeu-se à classificação dos deputados de acordo com os cargos políticos que desempenharam, ou que, na época, estavam a desempenhar. Para o efeito, utilizou-se o modelo que Frederico Russo (2011) aplicou para o caso italiano, que contempla três grandes grupos: “Os

parlamentares de nível superior, isto é, aqueles que ocuparam cargos de liderança do partido ou no parlamento, ou foram membros do governo; os parlamentares de nível médio, isto é, os deputados que nunca ocuparam os cargos do nível superior, mas que desempenharam cargos políticos no partido, imediatamente abaixo dos anteriores; e os parlamentares de nível inferior, isto é, aqueles que nunca desempenharam as funções anteriores” (Russo, 2011: 294-295).

Dada a informação disponível, tentou-se adaptar este modelo a esta investigação e introduziram-se as alterações que se julgaram necessárias e que acabaram por permitir a classificação dos deputados portugueses em cinco grandes grupos - os que exerceram cargos de elite em anteriores governos; os que ocuparam cargos de elite como presidentes de órgãos nacionais do partido; os que ocuparam cargos de elite como presidentes de órgãos distritais do partido; os que ocuparam cargos de elite como presidentes de órgãos locais do partido; e os que nunca ocuparam qualquer destes cargos. O primeiro é o mais relevante, e aquele que significa maior proximidade ao líder, e o último o menos relevante, que reflete um maior afastamento do líder.

Tendo em conta a proximidade ao líder, os deputados que ocuparam cargos de elite de nível inferior poderão estar mais interessados em fazer trabalho de círculo do que os que estão mais próximos do líder.

**H2:** *Os deputados de partidos que estão no Governo fazem menos trabalho de círculo do que os que estão na oposição.*

Quando avaliamos a atividade dos parlamentares, devemos ter em atenção que os deputados devem ser divididos em dois grupos porque, como sustenta Manin et al. (2006: 130) “os cidadãos têm dois agentes, não apenas um: os representantes que governam e a oposição, que quer tornar-se governo”. Deste ponto de vista, dependendo da posição do seu partido no parlamento, pode esperar-se que os deputados atuem de maneira diferente relativamente ao seu círculo eleitoral.

Brouard et al., (2013: 154), por exemplo, defendem que os deputados franceses “da oposição, são menos comprometidos com o trabalho parlamentar do que os deputados do partido do governo, que podem ter influência nas decisões nacionais”. Logo, os deputados franceses da oposição estarão mais interessados em desenvolver um trabalho mais

direcionado para a defesa dos interesses, sejam particular ou coletivos, do seu círculo eleitoral.

Esta ideia foi, aliás, apontada por Martin (2011) num estudo que levou a efeito sobre o parlamento irlandês. Inicialmente, o autor salientou que, do ponto de vista teórico, seria crível que, o facto de um deputado irlandês ser, ou não, partido do governo, podia ter um impacto importante no padrão das suas perguntas parlamentares (Martin, 2011: 483), justificando que, os deputados do partido do governo podiam “ser obrigados a passar mais tempo no trabalho das comissões” (Martin, 2011: 483), pelo que deveriam fazer menos trabalho de círculo do que os deputados da oposição. Contudo, no caso irlandês as conclusões deste estudo demonstraram outra realidade. Segundo Martin (2011), “a percentagem de questões locais perguntadas por membros do partido do governo (ou partidos) é de oito pontos percentuais superior à percentagem de questões locais perguntadas por membros da oposição” (Martin, 2011: 483).

Tendo em conta esta dicotomia, o que se pretende aqui investigar é se o grau de trabalho de círculo dos deputados de partidos que estão no governo é menor do que o dos seus adversários que, por serem da oposição, poderão estar mais interessados em contestar as opções do governo, tomadas relativamente aos seus círculos eleitorais.

**H3:** *Os deputados que representam partidos ideologicamente à direita do espectro político português, fazem mais trabalho de círculo do que os deputados de esquerda.*

Como aponta a literatura, a influência do fator ideologia política no grau de trabalho de círculo desenvolvido pelos deputados tem dividido os investigadores em ciência política. Uns argumentam que, tendo em conta que a maior parte das queixas dos eleitores se prende com o estado de bem-estar, os partidos de esquerda terão sido pensados para favorecer o tratamento de casos, mais do que partidos de direita (Young et al., 2005). Outros defendem que “os partidos à direita do espectro ideológico são mais compreensivos com as reclamações dos constituintes” (Lancaster, 2002, in André et al., 2014: 144). No fundo, a literatura aponta que a ideologia política é um fator que explica a orientação nacional-local dos deputados.

No caso da França, por exemplo, “mesmo que seja esperado que os deputados representem a nação como um todo, e finjam fazê-lo, eles estão realmente envolvidos no trabalho de círculo” (Costa et al., 2012: 297), como acontece com os deputados ingleses ou americanos. Contudo, “os deputados de direita e os de esquerda não têm a mesma abordagem para com o seu círculo eleitoral, ou a mesma forma de lidar com os seus principais” (Brouard et al., 2013: 148-149). Num estudo empírico levado a cabo em 2012, com base em 227 entrevistas a deputados franceses, os investigadores começaram por construir uma *escala de orientação nacional-local*, que criaram com base nas respostas recolhidas relativamente às preocupações dos deputados com o seu círculo eleitoral. Depois de atribuírem uma posição a cada deputado no índice criado, os investigadores avançaram com o teste de hipóteses, com o objetivo de apurar que fatores, dos quatro em análise - incentivos eleitorais, ideologia política, condições de trabalho e ambição -, mais contribuíam para a orientação nacional-local dos deputados. Depois de apurar que em França, os deputados de partidos de direita, “são significativamente mais orientados para o trabalho de círculo do que os deputados de partidos de esquerda” (Brouard et al., 2013: 154), os autores concluem que a ideologia política, as condições de trabalho e a ambição são fatores que influenciam o grau de trabalho de círculo que os deputados franceses fazem.

Partindo desta análise, o que se pretende investigar com esta hipótese é se, de facto, a orientação ideológica dos deputados portugueses influencia o grau de trabalho de círculo que estes fazem.

**H4:** *Os deputados que fazem mais trabalho de círculo são aqueles que têm menos ‘tempo de antena’ nos órgãos de informação locais, regionais ou nacionais.*

Os políticos que marcam presença regular nos meios de comunicação social, particularmente na TV, cimentam a sua popularidade junto dos eleitores. Mas nem todos têm esse privilégio, e os que têm gozam de uma visibilidade mediática que se tem relevado “um meio estruturante da identidade pública” (Lopes, 2005: 232). De tal forma que, há quem afirme que “quem não aparece nos media não existe para a realidade política e quem aparece esporadicamente e com uma imagem disfuncional será um elemento marginal”,

(Noriega, 1997, in Lopes, 2005: 232). Neste sentido, na busca de uma maior visibilidade no seu círculo eleitoral, os deputados que não aparecem regularmente nos media terão maiores incentivos para trabalhar em prol dos seus eleitores.

Tendo em conta esta afirmação, o que se pretende investigar com esta hipótese é se os deputados que não dispõem desta visibilidade, por não estarem regularmente presentes nos órgãos de informação locais, regionais, ou nacionais, são os que revelam um maior grau de trabalho de círculo.

**H5:** *Os deputados com fortes ligações ao seu círculo eleitoral fazem mais trabalho de círculo do que aqueles que ali caem de “para-quedas”.*

Quando elaboram as listas, os partidos podem incluir candidatos naturais do círculo eleitoral ou vindos de fora. E não existe apenas um modelo de seleção para os partidos portugueses, como se viu no capítulo anterior. Apesar disso, todos se reservam no direito de impor algumas escolhas, particularmente nos lugares de topo das listas. Portanto, como comprova a literatura, existem deputados que apenas dependem dos órgãos de cúpula do partido, ou do seu líder, para serem selecionados a concorrer num lugar seguro a um novo ato eleitoral (Norris, 2013).

Estes, que tradicionalmente são colocados em lugares de topo nas listas, e que não são oriundos do círculo eleitoral pelo qual concorrem, e que até podem já ter sido eleitos por diversos círculos eleitorais, são comumente designados por “para-quedistas”, no jargão político nacional. Aos outros, que também podem ser impostos pelo partido, ou pelo seu líder, mas que têm ligações ao círculo eleitoral, que entraram nas listas através das quotas dos órgãos distritais ou regionais do partidos, das juventudes partidárias, ou de uma concelhia do partido determinante no círculo eleitoral, chamamos “naturais do círculo”.

Tratando-se de parlamentares que podem estar na mesma lista, que estes têm ligações diferentes ao círculo eleitoral, e que os seus objetivos, interesses e valores pessoais devem ser levados em conta, tornou-se necessário classificá-los de acordo com as seguintes características - naturalidade; eleito sempre pelo mesmo círculo; número de círculos pelos quais já foi eleito -, que determinaram a sub-divisão de H5 em três novas hipóteses.

**H5a:** *Os deputados da naturalidade do círculo eleitoral por onde foram eleitos fazem mais trabalho de círculo do que os restantes.*

**H5b:** *Os deputados eleitos sempre pelo mesmo círculo eleitoral fazem mais trabalho de círculo do que os restantes.*

**H5c:** *Os deputados já eleitos por diversos círculos eleitorais fazem menos trabalho de círculo do que os deputados eleitos regularmente pelo mesmo círculo.*

Quando investigamos a importância da naturalidade, ou das fortes ligações do deputado ao seu círculo eleitoral, na orientação da sua atividade, a literatura aponta-nos duas versões rivais. De um lado estão os teóricos que defendem que a naturalidade não influencia a atividade dos deputados. Norris (1997: 44), por exemplo, para o caso inglês, demonstra que “a naturalidade (*local origins*) não tem um impacto significativo no trabalho de círculo que os membros do parlamento britânico fazem”.

Do outro lado, temos os que defendem que o índice de localidade influencia a orientação do trabalho parlamentar do deputado. No caso italiano, por exemplo “o facto do deputado nascer ou viver no círculo eleitoral pelo qual foi eleito mais que duplica a quantidade de trabalho de círculo por ele realizado” (Russo, 2011: 299). Ao contrário, argumenta o mesmo autor, parlamentares eleitos por um círculo eleitoral “no qual não têm fortes raízes pessoais, não dedicam muito esforço para representar esse círculo” (Russo, 2011: 299).

Partindo deste dilema, o que se pretende investigar com estas três hipóteses é se existem diferenças no grau de trabalho de círculo que estes deputados fazem.

**H6:** *Os deputados que exerceram cargos autárquicos no passado fazem mais trabalho de círculo do que os que nunca tiveram essa experiência.*

Uma parte significativa dos deputados já passou por experiências autárquicas anteriores. Como aponta a literatura, em Portugal, “a passagem pelo poder local é cada vez

mais um ponto importante na carreira dos deputados” (Freire, 2002: 42). A experiência autárquica passou a ser, portanto, uma característica de cerca de metade, ou mais, como é o caso da legislatura em estudo, dos deputados portugueses, sendo que “em todos os partidos políticos há uma clara tendência para a subida do peso relativo das carreiras autárquicas como porta de acesso ao parlamento, exceto no caso do CDS” (Freire, 2002: 48). No caso italiano, assegura Russo (2011), as funções políticas em cargos autárquicas “adquiriram mais visibilidade do que no passado” (Russo, 2011: 294), e o valor político desses “cargos de eleitos locais aumentou consideravelmente” (Russo, 2011: 294).

Foi este enquadramento teórico, aliado à assunção de que a experiência em diferentes cargos autárquicos não tem o mesmo peso nos políticos, isto é, um deputado que foi presidente de Câmara estará mais sensível às questões locais do que, por exemplo, um deputado que foi membro de Assembleia Municipal, que resultaram na subdivisão de H6 em cinco novas hipóteses, de acordo com as seguintes variáveis: qualquer experiência autárquica; presidente de Câmara Municipal; presidente da Assembleia Municipal, vereador de Câmara Municipal e Deputado de Assembleia Municipal.

**H6a:** *Os deputados que já tiveram uma qualquer experiência autárquica anterior fazem mais trabalho de círculo do que os outros deputados.*

**H6b:** *Os deputados que já tiveram uma experiência anterior como presidente de Câmara Municipal fazem mais trabalho de círculo do que os outros deputados.*

**H6c:** *Os deputados que já tiveram uma experiência anterior como presidente de Assembleia Municipal fazem mais trabalho de círculo do que os outros deputados.*

**H6d:** *Os deputados que já tiveram uma experiência anterior como vereador de Câmara Municipal fizeram mais trabalho de círculo do que os outros deputados.*

**H6e:** *Os deputados que já tiveram uma experiência anterior como membros de Assembleia Municipal fazem mais trabalho de círculo do que os outros deputados.*

Sabendo-se que existem deputados que surgem de experiências autárquicas anteriores, e partindo do pressuposto de que estes estarão mais sensíveis para atender às questões locais, o que se procura analisar com estas hipóteses é se essa experiência autárquica de contacto direto com as questões locais, de alguma maneira, influencia a sua atividade enquanto parlamentares. Por outras palavras, pretende apurar-se se os deputados que já tiveram experiências autárquicas são mais motivados para fazer trabalho de círculo do que os outros.

### **3.2 Universo de aplicação**

Se, no desenvolvimento das complexas dimensões da representação, “as condições estruturais - isto é, os sistemas eleitorais, as organizações partidárias, a configuração do parlamento e os seus mecanismos de voto, a existência de grupos de interesse incidentes sobre a formação da representação democrática – são relevantes, são-no igualmente as expectativas e os comportamentos concretos dos deputados” (Pasquino, 2010: 229-230). Marginalizando-se, propositadamente, as condições estruturais, é esta relevância do comportamento dos deputados que pretende aqui investigar-se.

Como se referiu anteriormente, o objetivo central deste estudo é apurar o grau de trabalho de círculo que os deputados portugueses fazem. Nesse sentido, e formuladas as hipóteses, foi necessário balizar esta investigação, desde logo no que dizia respeito ao objeto de estudo e ao período temporal.

#### *3.2.1 Objeto de estudo*

Tendo em conta que esta investigação se centra numa avaliação sistematizada do trabalho parlamentar dos deputados da Assembleia da República portuguesa, foi necessário estabelecer, desde logo, quem e quantos indivíduos iríamos estudar, bem como que parte do trabalho parlamentar deveria ser investigada.

Para seleccionar quem e quantos indivíduos deveríamos incluir nesta investigação, recorreu-se ao levantamento da informação institucional de caracterização da Assembleia da República, que é atualmente composta por 230 deputados, cujo mandato tem início com “a primeira reunião da Assembleia da República após eleições e o fim com a primeira reunião após as eleições subsequentes, sem prejuízo da suspensão ou da cessação individual do mandato” (Estatuto dos Deputados, artº2, nº1).

Numa primeira abordagem à informação de caracterização individual dos deputados que está patente no sítio do Parlamento português, concluiu-se que os dados disponibilizados dizem respeito ao período entre a VI e a XII legislaturas, não existindo acesso direto à mesma informação relativa a legislaturas anteriores. Trata-se de um período com início em 1991, precisamente o ano em que o parlamento viu reformada a sua composição, passando de 250 para 230 deputados.

Como se verifica na Tabela 2, a legislatura que contemplou menos deputados registados foi a XI (260 parlamentares). Tratou-se de uma legislatura com início em 15/10/2009, que teve a duração de 612 dias, e que, após o Presidente da República, Cavaco Silva, ter aceitado o pedido de demissão de José Sócrates e ter assinado o decreto de dissolução do parlamento, foi interrompida a meio da segunda sessão legislativa. A par desta, também a VIII e IX legislaturas foram incompletas, pelo mesmo motivo, com o decreto de dissolução do parlamento a ser assinado por Jorge Sampaio. No primeiro caso, que aconteceu após o pedido de demissão de António Guterres, registaram-se 329 deputados e a duração da legislatura foi de 892 dias. No segundo, que aconteceu por iniciativa própria do Presidente da República, que dissolveu um parlamento onde não houve quebra de coligações e cujo mandato era mais recente que o seu, constituindo, por isso, “um caso único nos regimes semipresidenciais europeus no pós-guerra” (Jalali, 2007: 254), o parlamento registou a presença de 339 deputados em 1069 dias.

Considerando que a atual XII legislatura ainda está a decorrer, todas as outras foram completas. A VI legislatura (4/11/91 a 26/10/95) teve uma duração de 1452 dias e registaram-se 348 deputados, a VII legislatura (27/10/95 a 24/10/99) registou 362 deputados e durou 1458 dias. A X legislatura (13/10/2005 a 14/10/2009) é, de todas as completas aqui analisadas, a mais recente, tendo durado 1462 dias e registado 352 parlamentares.

**TABELA 2 - Número de registos de deputados por Legislatura**

<b>Legislatura</b>	<b>Deputados registados</b>	<b>Tipo de Legislatura</b>	<b>Duração da Legislatura (em dias)</b>
VI (4/11/91 a 26/10/95)	348	Completa	1452
VII (27/10/95 a 24/10/99)	362	Completa	1458
VIII (25/10/99 a 4/4/2002)	329	Incompleta	892
IX (5/4/2002 a 9/3/2005)	339	Incompleta	1069
X (13/10/2005 a 14/10/2009)	352	Completa	1462
XI (15/10/2009 a 19/06/2011)	260	Incompleta	612
XII (20/6/2011 - a decorrer)	310	A decorrer	-

**Fonte:** Sítio da Assembleia da República

Como se demonstra na Tabela 2, durante uma Legislatura completa, aqui entendida como o período temporal de quatro anos a que corresponde o mandato dos parlamentares, o número de deputados registados que exercem atividade durante esse período é bastante superior aos 230 inicialmente eleitos. Nesse sentido, foi necessário perceber como é que os deputados são institucionalmente classificados relativamente à sua situação no Parlamento, ao longo de uma Legislatura, podendo dividir-se em 11 categorias.

Assim, a análise da classificação da situação dos deputados na Assembleia da República ajudou-nos a definir o critério que conduziu à escolha da categoria de deputados a incluir neste estudo. Como se demonstra na Tabela 3, apenas as categorias Ativo, Inativo, Efetivo, Suspenso Eleito e Renunciou podem ser atribuídas aos 230 deputados efetivamente eleitos. Todas as outras dizem exclusivamente respeito aos deputados que chegaram ao parlamento para substituir outros, motivo pelo qual as afastámos deste estudo. Tendo em conta esta decisão, verificámos ainda que as categorias Ativo, Inativo e Renunciou podiam incluir alguns deputados suplentes, motivo pelo qual também as afastámos. Sobraram as categorias Efetivo e Suspenso Eleito. Assim, tratando-se de uma legislatura já terminada, e verificando-se que os deputados Suspensos Eleitos fazem parte da lista de deputados Efetivos, a categoria foi encontrada.

Em suma, sabendo que o ato eleitoral determina a eleição de 230 deputados, e que podemos dizer que todos os outros membros das listas, que chegam ao parlamento em regime de substituição dos inicialmente eleitos, são os deputados suplentes, optou-se por centrar esta investigação nos deputados Efetivos registados, ou seja, nos deputados efetivamente eleitos na legislatura.

**TABELA 3 - Situação dos Deputados na AR**

ATIVO	Deputados em funções no momento (para 1 dia específico=230 deputados)
INATIVO	Deputado em situação de suspensão de mandato, ou que já esteve em funções substituindo outros
EFETIVO	Deputado eleito na legislatura
EFETIVO DEFINITIVO	Deputado que substituiu outro deputado que tenha renunciado ao seu mandato
EFETIVO TEMPORÁRIO	Deputado que substituiu outro deputado que requereu a suspensão temporária do mandato
SUPLENTE	Candidato na Lista Eleitoral apresentada a sufrágio e que não foi eleito
SUSPENSO ELEITO	Deputado efetivo que se encontra com o mandato suspenso temporariamente
SUSPENSO EFETIVO DEFINITIVO	Deputado efetivo definitivo que se encontra com o mandato suspenso temporariamente
SUSPENSO NÃO ELEITO	Deputado suplente em funções que está na situação de mandato suspenso temporariamente
IMPEDIDO	Deputado suplente que por motivo relevante da sua vida pessoal ou profissional não pode substituir temporariamente outros deputados
RENUNCIOU	Deputado que suspendeu definitivamente o seu mandato

**Fonte:** Sítio da Assembleia da República

A escolha da parte do trabalho parlamentar a observar neste estudo foi o passo seguinte. Na investigação que deu o mote a este trabalho, Leston-Bandeira (2002), centrou uma parte da sua investigação na análise das Propostas de Alteração apresentadas pelos deputados aquando das discussões do Orçamento de Estado, onde identificou existirem indícios de que alguns deputados portugueses valorizam o trabalho de círculo. Tendo em conta que o objetivo da autora não era apurar o grau de trabalho de círculo dos deputados, investigar as PPA's poderia, numa primeira análise, ser o caminho a seguir. Contudo, esta escolha apresentava algumas limitações. Desde logo porque delimitava, no tempo, a análise da atividade dos deputados. Ou seja, tendo em conta que o Orçamento de Estado não se debate durante todo o ano, ficaria de fora a maior parte do tempo durante o qual os deputados desenvolvem a sua atividade parlamentar.

Nesse sentido, tendo em conta o número de poderes que estão reservados aos deputados no Regimento da Assembleia da República, optou-se por observar a parte do trabalho parlamentar que: estivesse disponível para consulta no sítio do parlamento; que cobrisse a maior parte possível do tempo de atividade dos deputados (atividade exercida com regularidade ao longo de toda a legislatura); e onde se julgasse poder ser mais evidente a constatação do trabalho de círculo.

Para o efeito, em primeiro lugar, analisou-se o Artigo 4º do Regimento da Assembleia da República (RAR, 2007), onde estão plasmados todos Poderes dos

Deputados, e procedeu-se à sua classificação de acordo com os três critérios atrás mencionados. Dos 15 poderes dos deputados, apresentados na Tabela 4, e de acordo com a classificação que esta investigação lhe atribuiu, verifica-se que, em apenas três é plausível encontrar-se, de forma mais evidente, trabalho de círculo. Contudo, ao contrário das Propostas de Alteração, que apenas podem surgir aquando da discussão do Orçamento de Estado, só os poderes de fazer Perguntas e de apresentar Requerimentos são suscetíveis de serem exercidos ao longo de toda a legislatura, e não apenas de forma pontual num determinado período da Legislatura.

**TABELA 4 - Classificação dos poderes dos deputados**

Poderes dos deputados	Disponível no sítio da AR	Atividade regular	Possível trabalho de círculo
Apresentar projetos de revisão constitucional;	x	-	-
Apresentar projetos de lei, de Regimento ou de resolução, designadamente de referendo, e propostas de deliberação, e requerer o respetivo agendamento;	x	x	-
Participar e intervir nos debates parlamentares, nos termos do Regimento;	x	x	-
Fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer atos deste ou da Administração Pública, salvo o disposto na lei em matéria de segredo de Estado;	x	x	x
Requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato;	x	x	x
Requerer a constituição de comissões parlamentares de inquérito;	x	-	-
Apresentar propostas de alteração;	x	-	x
Requerer a apreciação de decretos-leis para efeitos de cessação de vigência ou de alteração;	x	x	-
Requerer a urgência do processamento de qualquer projeto ou proposta de lei ou de resolução ou de projeto de deliberação, bem como da apreciação de qualquer decreto-lei para efeitos de cessação de vigência ou de alteração;	x	-	-
Apresentar moções de censura ao Governo;	x	-	-
Participar nas discussões e votações;	x	x	-
Propor a constituição de comissões parlamentares eventuais;	x	-	-
Propor a realização de audições parlamentares;	x	-	-
Requerer ao Tribunal Constitucional a fiscalização da constitucionalidade e da legalidade de normas nos termos dos artigos 278.º e 281.º da Constituição;	x	-	-
Interpor recurso para o Tribunal Constitucional da deliberação do Plenário da Assembleia que confirma a declaração de perda de mandato, ou a declara, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 223.º da Constituição e da lei.	x	-	-

**Fonte:** Construção do autor

Assim, concluiu-se que a análise sistematizada das *Perguntas* (Artigo 4.º, nº1, alínea d), e dos *Requerimentos* (Artigo 4.º, nº1, alínea e), apresentados pelos deputados ao Governo, ou aos órgãos de qualquer entidade pública, oferece a esta investigação o alcance integral da atividade parlamentar dos deputados. Por outro lado, tendo em conta que os deputados podem exercer este poder de forma singular, não dependendo, portanto, da sua bancada parlamentar para o efeito, é plausível que os deputados usem este poder para questionar o Governo sobre os assuntos relacionados com os seus círculos eleitorais. Por fim, a informação relacionada com esta atividade dos deputados está disponível no sítio do parlamento.

### 3.2.2 *Período temporal*

Uma vez selecionado o nosso objeto de estudo (os indivíduos e os indicadores de trabalho de círculo), houve necessidade balizar esta investigação num período temporal que tornasse este estudo exequível.

Como se aponta na Tabela 2, a informação disponível no sítio da Assembleia da República abarca sete Legislaturas (da VI à atual XII), e a primeira opção passou por centrar o nosso estudo em apenas uma Sessão Legislativa da atual Legislatura, entendendo-se por Sessão Legislativa o período de tempo correspondente a “um ano, com início a 15 de setembro” (Reg. A.R., 2007: artº49, nº 1 e nº2). Contudo, compreendendo-se a atualidade da abordagem à atual Legislatura, particularmente pelo mais fácil acesso aos dados e aos protagonistas, concluiu-se que a escolha de apenas uma Sessão limita o estudo e não nos permite investigar o comportamento dos deputados ao longo de um período mais alargado de tempo.

Optou-se, pois, por colocar o enfoque deste trabalho numa Legislatura completa. Colocada de parte a XII Legislatura, incompleta, e ainda em exercício, das restantes seis atrás mencionadas, a VI, a VII e a X Legislaturas foram integralmente cumpridas. Analisadas as três, optou-se por estudar a X Legislatura. Por um lado, porque esta Legislatura foi a última a ser exercida de forma integral, isto é, a última onde se verificou o exercício de todo o mandato. Por outro lado, porque nos permite alargar o estudo às quatro

Sessões e perceber se existem alterações no comportamento dos deputados ao longo de uma Legislatura.

Tratando-se de uma legislatura que decorreu de 13 de outubro de 2005 a 14 de outubro de 2009, deve registar-se que a ‘figura’ das *Perguntas* entrou em vigor, precisamente, em 2007, isto é, a meio da Legislatura, pelo que, como mais à frente se comprovará, o número total de *Requerimentos* analisados nesta investigação acabou por ser muito superior ao número total de *Perguntas*.

### *3.2.3 Limitações do objeto de estudo e do período temporal*

Esta investigação centra-se na análise das perguntas e requerimentos feitos pelos deputados Efetivos registados na X Legislatura. Mas, como ocorreria em qualquer outra opção, existem algumas limitações, que não invalidam a escolha, mas que importa evidenciar.

Desde logo porque as eleições para a X Legislatura se traduziram numa maioria parlamentar absoluta de um só partido, o Partido Socialista (PS), então liderado por José Sócrates, que conseguiu eleger 121 dos 230 deputados que vieram a ocupar um assento no Parlamento português. Trata-se de uma maioria parlamentar monopartidária que apenas se registou no Portugal democrático, isto é, após 1976, em mais duas ocasiões: em 1987, quando o Partido Social Democrata (PSD), de Aníbal Cavaco Silva, elegeu 148 deputados para os 250 lugares disponíveis na V Legislatura; e em 1991, quando, também o PSD, sob a mesma liderança, elegeu 135 deputados para os 230 lugares que passou a ter o Parlamento português, na VI legislatura.

Tendo-se apenas registado três maiorias absolutas de um só partido nas 12 Legislaturas que já tiveram lugar em Portugal, desde 1976, e sendo a X Legislatura uma destas três, pode concluir-se que o objeto de estudo escolhido não faz parte da *regra*, ou seja, não tem as mesmas características da maioria das Legislaturas (75%), cujas *cadeiras* do Parlamento foram ocupadas de uma forma mais equitativa entre partidos.

O facto desta investigação se centrar em apenas uma Legislatura pode ser, por si só, limitador a dois níveis. Primeiro, porque, apesar de abarcar quatro Sessões, que nos

permitem ter uma leitura da evolução do trabalho parlamentar dos deputados ao longo de quatro anos, não nos permite ir muito mais além na inferência dos resultados. Segundo, porque não sabemos se o comportamento dos atores muda caso os protagonistas troquem de posições, isto é, o PS apareça na oposição e o PSD domine com uma maioria parlamentar monopartidária.

### **3.3 Notas finais**

Neste capítulo apresentaram-se as hipóteses desta investigação, através das quais se pretende investigar o grau de trabalho de círculo que os deputados fazem no parlamento português, e expuseram-se os argumentos que as sustentam. Posteriormente, com recurso à informação disponível no sítio da Assembleia da República, delimitou-se o objeto de estudo e justificaram-se as opções tomadas.

De forma sucinta, para apurar o grau de trabalho de círculo optou-se por analisar as perguntas e requerimentos feitos pelos deputados. Trata-se de dois dos poderes que lhes estão assegurados no Regimento da Assembleia da República, cuja informação se encontra disponível no sítio do parlamento, que são possíveis exercer com regularidade durante toda a legislatura, e onde é plausível encontrar trabalho de círculo. O período temporal escolhido é a mais recente Legislatura completa cumprida, que decorreu entre outubro de 2005 e outubro de 2009, sob uma maioria parlamentar monocolor do Partido Socialista.

Esta investigação centra-se na análise sistematizada das perguntas e requerimentos apresentados pelos 230 deputados Efetivos (deputados eleitos), registados na X Legislatura, e nas suas características e experiências políticas pessoais.

## **CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA E RECOLHA DE DADOS**

Este capítulo tem como objetivo apresentar os métodos utilizados nesta investigação bem como explicar a forma como os dados foram recolhidos e analisados.

Na sua estrutura, este capítulo está dividido em três secções. Na primeira, serão explicadas as opções metodológicas aqui utilizadas. Na segunda e na terceira, serão apresentados os dados recolhidos bem como a operacionalização de todas as variáveis desta investigação.

### **4.1 Metodologia**

Desenvolver um projeto de investigação científica implica, entre outros, a utilização de uma metodologia de análise e tratamento dos dados recolhidos no âmbito da pesquisa. Esta metodologia é frequentemente dividida em qualitativa e quantitativa. De forma sucinta, “a pesquisa quantitativa procura estabelecer relações de causa e efeito, ao passo que os estudos qualitativos se preocupam mais com a visualização de pessoas ou eventos que ocorrem naturalmente” (Brians et al., 2010: 83). Mas mais ainda, “a investigação quantitativa preocupa-se com conclusões generalizáveis a grandes populações, o trabalho qualitativo está mais preocupado em obter perceções sobre casos específicos a partir das quais eles podem construir um entendimento detalhado de fenómenos gerais” (Brians et al., 2010: 83).

No âmbito desta investigação, os dados que se utilizam são, sobretudo, numéricos, logo, a utilização da análise quantitativa parecia a mais aconselhável, tanto mais que “os métodos quantitativos enfatizam fenómenos de observação e documentação destacados numericamente” (Brians et al., 2010: 81). Por outro lado, a metodologia quantitativa parece a mais adequada em virtude de se tratar de um método que permite ao investigador utilizar tanto os dados quantitativos como os qualitativos, sendo que, neste último caso, a metodologia exige a transformação dos dados qualitativos em números.

Para além do mais, como defende Franklin (2008), as potencialidades da metodologia quantitativa e as capacidades do investigador aumentam à medida que o

número de casos estudados ( $N$ ) também aumenta. Assim, o autor sugere que, para se ter um  $N$  grande a investigação deve estudar entre 30 e 300 casos (Franklin, 2008: 242-243). É o que acontece nesta investigação, que tem um  $N=198$  deputados, que nos deverá permitir obter análises mais refinadas, podendo verificar-se onde existem exceções, e, mais importante ainda, podendo explicá-las. Por outro lado, defende o mesmo autor, tendo em conta que o número de casos desta investigação é grande, teremos mais capacidade para obter resultados causais entre variáveis: a) mais significativos, isto é, que são algo que não acontece por acaso; b) mais fortes no que diz respeito à correlação entre as variáveis; c) e mais *widespread*, isto é, acontecem independentemente de outras coisas (Franklin, 2008: 243).

Tendo em conta que a “formulação e testagem de hipóteses são uma característica das investigações de tipo quantitativo” (Fernandes, 1991: 2) e que estas hipóteses se realizam com variáveis traduzidas em números, os resultados que são apresentados são números, estatísticas, ou coeficientes, como determina Franklin (2008: 249). Estes resultam de testes, “mais ou menos poderosos, normalmente reconhecidos como eficazes” (Fernandes, 1991: 2).

Para além dos testes que permitem ao investigador aferir se existe, ou não, associação entre variáveis, existem outros, como a análise de regressão, cujos resultados permitem ao investigador calcular os efeitos das variáveis independentes sobre a variável dependente. Como defende Franklin (2008), os coeficientes indicam a existência e o sentido da correlação entre duas variáveis, isto é se os seus valores tendem a mover-se no mesmo sentido (positiva), ou em sentido contrário (negativa). Por outro lado, o valor de  $r$  numa análise bivariada, isto é, apenas com duas variáveis, ou do  $R^2$  numa análise multivariada, isto é, onde existe mais do que uma variável independente, indica-nos o total da variação na variável dependente que é explicada pelas variáveis independentes da regressão. Contudo, existem diferenças substanciais na análise dos resultados. Numa análise com dados individuais, por exemplo, um coeficiente entre 0,35 e 0,49 indica a existência de uma correlação *forte* entre variáveis. O mesmo coeficiente, numa análise de dados agregados, indica a existência de uma correlação *moderada* entre variáveis (Franklin, 2008: 253-254).

O ponto de partida da análise quantitativa passa pela produção de uma matriz de dados, onde consta toda a informação recolhida pelo investigador, obrigatoriamente

transformada em números. Neste sentido, tendo em conta que a base desta investigação esteve nas biografias dos deputados e nos milhares de documentos relativos aos requerimentos e perguntas por eles apresentados durante a X Legislatura, foi necessário articular a análise quantitativa com a metodologia de análise de conteúdo, com o objetivo de se interpretar e traduzir toda a informação recolhida em números.

A análise de conteúdo consiste numa “técnica de análise de dados que vem sendo utilizada com frequência nas pesquisas qualitativas no campo da administração, assim como na psicologia, na ciência política e, principalmente, na sociologia” (Mozzato & Grzybovski 2011: 733), e caracteriza-se por ser uma análise “sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo de uma mensagem” (Neuendorf, 2002: 1). Trata-se de um “método de codificação de texto (ou conteúdo) de um pedaço de escrita em vários grupos (ou categorias), dependendo dos critérios selecionados” (Milne & Adler, 1999: 237). Esta codificação, defende o autor, pode derivar em escalas quantitativas que permitirão “uma análise mais aprofundada” (Milne & Adler, 1999: 237).

Krippendorf (1980) defende que a análise de conteúdo permite alguma flexibilidade ao investigador, nomeadamente quando os antecedentes ou consequências “não são diretamente observáveis” (Krippendorf, 1980: 21). Nesta situação, considera o autor, o analista “deve fazer inferências” (Krippendorf, 1980: 21).

Apesar de interpretativa, como qualquer outro método de investigação, trata-se de uma técnica que “permanece empírica, o que significa que os casos de certos significados e ênfases podem ser identificados e levantados para demonstração” (Altheide, 2000: 290). Embora a generalização inicial não seja o seu objetivo principal, “a generalização pode ser realizada numa fase posterior da investigação se forem usadas estratégias de amostragem apropriada” (Altheide, 2000: 290).

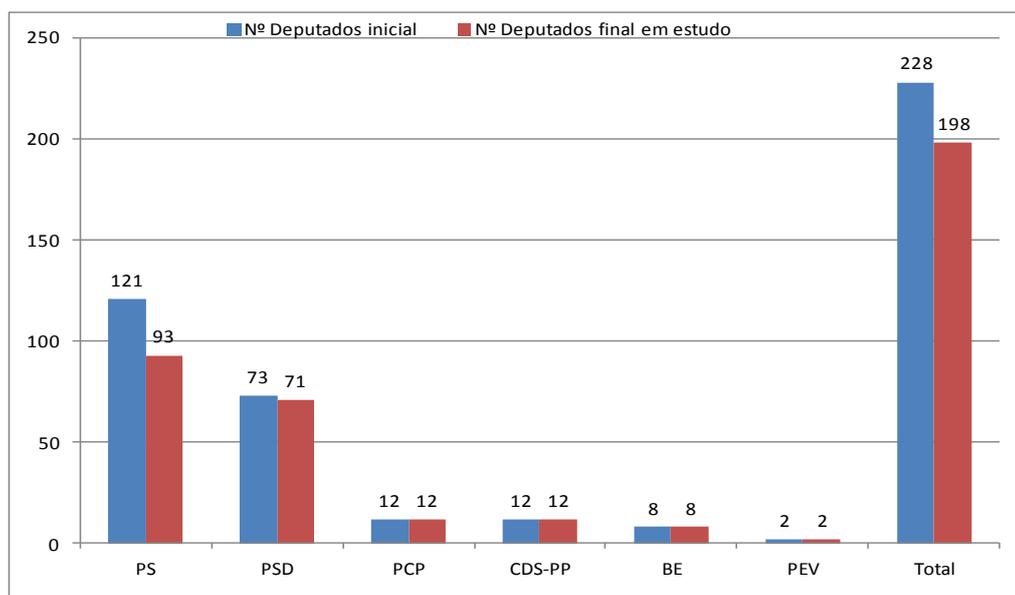
Em suma, como se impunha, para realizar esta investigação recorreu-se à utilização de uma metodologia mista (análise de conteúdo e análise quantitativa) que se revelou eficiente, particularmente, como a seguir se comprovará, na sistematização da análise dos requerimentos e perguntas apresentados pelos deputados portugueses na X Legislatura.

## 4.2 Recolha de dados

Para colocar em prática esta investigação, começou-se por identificar e caracterizar, com recurso à informação disponível no sítio da Assembleia da República Portuguesa, a população em estudo.

Como se identifica no Gráfico 1, a nossa população a estudar era, inicialmente, de 228 deputados Efetivos registados na X Legislatura, menos dois do que os 230 inicialmente previstos. De facto, tendo em conta que as eleições determinam a eleição de 230 deputados, significa que dois deputados não tomaram posse e que foram imediatamente substituídos por dois suplentes, cuja categoria se exclui, como se disse no capítulo anterior, do nosso estudo. Depois de uma análise pormenorizada dos dados individuais recolhidos dos 228 deputados, verificou-se que, 21 dos casos seleccionados acabaram por exercer funções no Governo - em Secretarias de Estado, ou em Ministérios -, tendo ocupado os lugares na Assembleia da República num período de tempo reduzido, no primeiro caso, durante quatro dias, e no segundo durante dois dias. Verificou-se, ainda, que um deputado eleito ocupou o cargo de Presidente da Assembleia da República. Assim, em virtude destes casos não terem produzido qualquer trabalho parlamentar, cuja inclusão nesta investigação poderia resultar no enviesamento das conclusões, optou-se por retirá-los da nossa análise, aos quais se juntaram mais oito casos de deputados que exerceram menos de 100 dias do seu mandato, cujo trabalho parlamentar foi nulo, ou quase nulo.

**GRÁFICO 1 - Deputados efetivos registados na X Legislatura**



Delimitámos assim o nosso objeto de estudo a 198 deputados, que foram eleitos diretamente, isto é, que não entraram no parlamento para substituir outro deputado, que cumpriram mais de 100 dias do mandato, e que não ocuparam nenhum cargo de Governo em Secretarias de Estado ou Ministérios, ou de Presidente da Assembleia da República durante a X Legislatura. Este total é composto por 93 deputados do PS, 71 do PSD, 12 do PCP, 12 do CDS-PP, 8 do BE e 2 do PEV. Tendo em conta as variáveis independentes das hipóteses desta investigação, procedeu-se à recolha e tratamento dos indicadores de caracterização destes deputados.

### 4.3 Operacionalização das variáveis independentes

Como se demonstra na tabela 5, o número de indicadores recolhidos, no sítio da Assembleia da República, para a construção das variáveis independentes em estudo foi 10. Contudo, se alguns destes indicadores iniciais se traduziram numa única variável, outros foram operacionalizados através de um conjunto de variáveis.

**TABELA 5 - Indicadores de base recolhidos**

Nome do deputado
Círculo eleitoral
Grupo parlamentar
Naturalidade do deputado
Número de legislaturas cumpridas
Deputado eleito sempre pelo mesmo círculo eleitoral
Número de círculos eleitorais pelos quais o deputado já foi eleito
Experiência autárquica do deputado
Cargos políticos de elite já exercidos pelo deputado
Presença nos órgãos de informação locais, regionais ou nacionais

Na tabela 6 apresentam-se as 20 variáveis independentes, cuja obtenção obedeceu a estratégias díspares.

Variáveis como o *Círculo Eleitoral do Deputado*; *Grupo Parlamentar do Deputado*; *Número de Legislaturas cumpridas pelo Deputado até 2009*; *Deputado eleito*

*sempre pelo mesmo Círculo Eleitoral; e Número de Círculos Eleitorais pelos quais o Deputado já foi eleito, até 2009*, resultaram diretamente dos indicadores recolhidos no sítio da Assembleia da República, ou no sítio do Governo de Portugal, que estão expressos, com os mesmos nomes, na tabela 5. As variáveis *Deputado do Partido do Governo; e Deputado eleito pela primeira vez em 2005*; foram obtidas com base nos indicadores da tabela 5: grupo parlamentar e deputado eleito sempre pelo mesmo círculo eleitoral, respetivamente.

Outras variáveis resultaram não só das duas fontes mencionadas atrás, mas também de informação recolhida no sítio da Direção Geral da Administração Interna. São os casos das variáveis: *Deputado com Qualquer experiência autárquica das analisadas, antes de 2005; Deputado que já foi presidente de Câmara Municipal, antes de 2005; Deputado que já foi presidente de Assembleia Municipal, antes de 2005; Deputado que já foi vereador de Câmara Municipal, antes de 2005; e Deputado que já foi Membro de Assembleia Municipal, antes de 2005*. Todas estas variáveis resultaram da subdivisão do indicador experiência autárquica do deputado, que se encontra na tabela 5.

**TABELA 6 - Lista de Variáveis independentes em estudo**

Círculo eleitoral
Grupo parlamentar
Do partido do Governo
Número de legislaturas cumpridas, até 2009
Eleito pela primeira vez em 2005
Eleito sempre pelo mesmo círculo eleitoral
Número de círculos eleitorais pelos quais foi eleito, até 2005
Experiência em Cargos de Elite em anteriores Governos
Experiência como Presidente de CM, antes de 2005
Experiência como Presidente de AM, antes de 2005
Experiência como vereador de CM, antes de 2005
Experiência como deputado de AM, antes de 2005
Qualquer experiência autárquica das analisadas
Cargo de Elite em Órgãos locais do partido
Cargo de Elite em Órgãos distritais do partido
Cargo de Elite em Órgãos nacionais do partido
Presença confirmada na comunicação social, antes de 2005
Cargo de direção na bancada parlamentar, na X Legislatura
Localização do partido na escala esquerda/direita do espectro político
Importância do lugar do deputado na Lista pela qual foi eleito

Noutros casos, como o das variáveis *Deputado que já ocupou Cargo de Elite como presidente de Órgãos Locais do partido*; *Deputado que já ocupou Cargo de Elite como presidente de Órgãos Distritais do partido*; e *Deputado que já ocupou Cargo de Elite como presidente de Órgãos Nacionais do partido*, que resultaram da subdivisão do indicador cargos políticos de elite exercidos pelo deputado apresentado na tabela anterior, foi diferente. Note-se que, na Tabela 7 se apresentam os Órgãos ou Cargos políticos considerados na classificação destas variáveis.

Uma vez que a informação disponibilizada nos sítios atrás mencionados era insuficiente, optou-se por efetuar uma abordagem direta, enviando, por email, um questionário aos 63 deputados da atual (XII) Legislatura, que fizeram parte da X Legislatura, em estudo, no qual se solicitou a resposta a três questões que ajudaram a completar a nossa base de dados, particularmente no que diz respeito à variável *Deputado com presença confirmada nos meios de comunicação social, antes de 2005*, que resulta diretamente do indicador da tabela 5 com o mesmo nome. Em virtude da taxa de respostas ao primeiro email, enviado a 12 de março, ter sido insuficiente (foram rececionadas 12 respostas de deputados), optou-se por reenviar o mesmo email por mais duas vezes (a 17 de março e a 25 de março), tendo-se obtido mais 10 respostas no segundo contacto e mais 7 respostas no terceiro, perfazendo um total de 29 respostas rececionadas aos 63 contactos efetuados.

**TABELA 7 - Classificação das variáveis: Cargos de Elite Locais, Distritais e Nacionais**

<b>Variável</b>	<b>Órgãos, ou cargos políticos considerados</b>
Deputado que já ocupou Cargo de Elite como presidente de Órgãos Locais do partido	Comissão Política Concelhia
Deputado que já ocupou Cargo de Elite como presidente de Órgãos Distritais do partido	Comissão Política Distrital; Federação Distrital; Direção Distrital; Conselho de Jurisdição Distrital
Deputado que já ocupou Cargo de Elite como presidente de Órgãos Nacionais do partido	Presidente do partido; Secretário-Geral; Presidente da Mesa Nacional, Membro da Direção Nacional ou do Comité Central; Fundador do Partido

Já para o caso da variável *Deputado que pertenceu à Direção da sua Bancada Parlamentar na X Legislatura*, isto é, que exerceu o cargo de presidente, vice-presidente, ou membro da Direção da Bancada Parlamentar, que se enquadra da subdivisão do

indicador cargos políticos de elite exercidos pelo deputado, referenciado na Tabela 5, esta investigação recorreu a dois tipos de fontes. Primeiro foi efetuada uma abordagem telefónica com as secretarias dos seis Grupos Parlamentares estudados, a quem foi solicitada a informação relativa à composição da direção da respetiva bancada parlamentar. Desta tentativa, apenas BE, CDS-PP e PCP forneceram a informação solicitada, pelo que se efetuou um segundo contacto, agora via *email*, às secretarias das restantes bancadas parlamentares a solicitar a informação. Desta segunda tentativa, apenas o PEV respondeu à solicitação. Tendo em conta a demora das respostas do PS e do PSD, e após vários contactos telefónicos, recorreu-se a outra fonte, optando-se pelos serviços do Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República, cuja diretora, Manuela Magalhães, prontamente forneceu a informação em falta, relativa às bancadas parlamentares do PS e PSD.

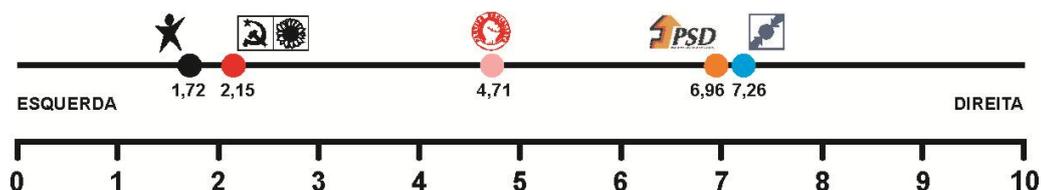
Quanto à variável *Localização do Partido na escala Esquerda/Direita do espetro político*, importa destacar as opções que nortearam a sua operacionalização. Assim, para a classificação dos partidos com assento na Assembleia da República entre 2005 e 2009 - BE, CDS, PCP, PEV, PS e PSD -, utilizaram-se os dados do inquérito sobre a posição dos partidos, levado a efeito após as eleições legislativas de 2005, pelo projeto “Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses” (CEAPP)<sup>8</sup>. Estes dados fornecem a posição atribuída pelos cidadãos aos partidos, numa escala de 0 a 10, onde 0 significa esquerda e 10 significa direita.

Como reflete o Gráfico 2, numa escala onde 0 significa totalmente à esquerda e 10 totalmente à direita, o Bloco de Esquerda (BE) é o partido que se posiciona mais à esquerda do espetro político português (1,72). A coligação CDU, que engloba os partidos PCP e PEV, situa-se imediatamente a seguir (2,15), sendo o PS o partido que se encontra mais ao centro (4,71). Segue-se o PSD, à direita (6,96), e o CDS-PP (7,26), o partido mais à direita de todos em 2005.

---

<sup>8</sup> O projeto CEAPP, que decorreu entre 2001 e 2005, sob coordenação de António Barreto, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, foi o responsável pela realização do Inquérito Pós-Eleitoral de 2005. Tratou-se de um trabalho de campo levado a efeito pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP), da Universidade Católica, onde foram entrevistados 2801 indivíduos.

**GRÁFICO 2 - Posicionamento dos partidos na escala esquerda/direita**



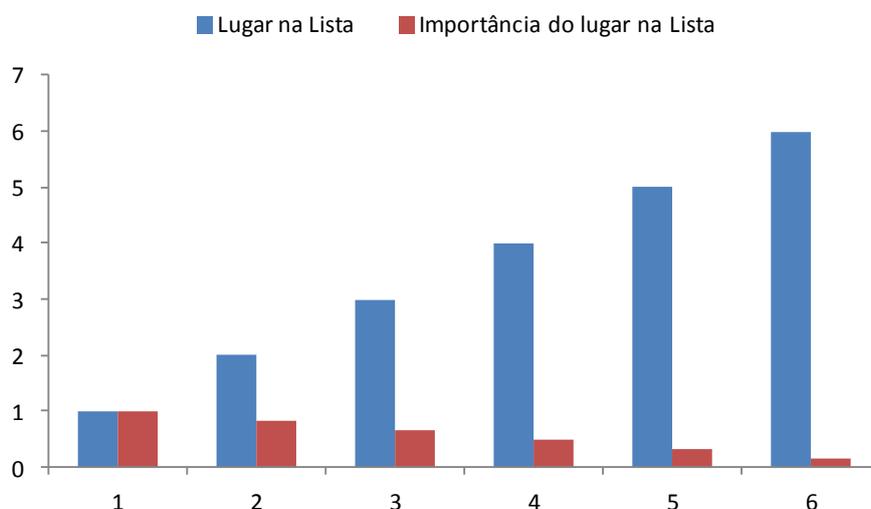
Fonte: Construção própria a partir de (CEAPP 2005)

Por fim, importa salientar a operacionalização da variável: *Importância do lugar do Deputado na Lista*. Primeiro, analisaram-se os resultados das Eleições Legislativas de 2005, por círculo eleitoral e por partido. Segundo, procedeu-se à construção de uma base de dados onde constam todos os deputados eleitos, agrupados por círculo eleitoral e por partido.

Analisando as variáveis pretendidas e os dados recolhidos, e tendo em conta que a importância do lugar na lista não é igual em todos os círculos eleitorais - por exemplo, ser o segundo deputado eleito num círculo eleitoral onde o partido elegeu três deputados, não é a mesma coisa do que ser o segundo num círculo eleitoral onde o partido elegeu 23 -, foi necessário calcular a importância atribuída ao lugar de cada deputado eleito por cada partido específico, em cada círculo eleitoral. Neste sentido, a opção desta investigação passou por atribuir o valor 1 aos deputados eleitos na primeira posição das listas de todos os partidos, em todos os círculos eleitorais. Em seguida, para calcular a importância dos restantes lugares em cada lista, aplicou-se a seguinte fórmula: Ao número de mandatos eleitos pelo partido no círculo somou-se o valor atribuído ao primeiro e subtraiu-se a posição de eleição do deputado. Por fim, dividiu-se o valor apurado pelo número de mandatos eleitos pelo partido no círculo eleitoral.

Assim, a título de exemplo, num círculo eleitoral onde o partido elegeu seis deputados a fórmula seria:  $(6 + 1 - \text{lugar do deputado}) / 6$ , dando origem aos resultados do Gráfico 3.

**GRÁFICO 3 - Exemplo de cálculos para obtenção da Importância do lugar na lista**



Assim, neste exemplo, o segundo deputado eleito pelo partido tem um valor de 0,833, correspondente a  $(6+1-2)/6 = 5/6 = 0,833$ . Como se demonstra no Gráfico 3, para o terceiro lugar seria  $(6+1-3)/6 = 4/6 = 0,667$ ; para o quatro  $(6+1-4)/6 = 3/6 = 0,5$ ; para o quinto  $(6+1-5)/6 = 2/6 = 0,333$ ; e para o sexto  $(6+1-6)/6 = 1/6 = 0,167$ .

Como se viu nesta secção, foram operacionalizadas 20 variáveis independentes, que resultaram da informação dos 10 indicadores inicialmente recolhidos. Algumas resultaram diretamente destes indicadores, as outras foram operacionalizadas com recurso a informação obtida diretamente com os deputados, com as secretarias dos Grupos Parlamentares, com os serviços de Arquivo da Assembleia da República, ou em plataformas digitais.

Todas estas variáveis foram traduzidas em indicadores numéricos, posteriormente introduzidos na nossa base de dados de trabalho, à qual se juntou a variável dependente Perguntas e Requerimentos, operacionalizada na secção seguinte.

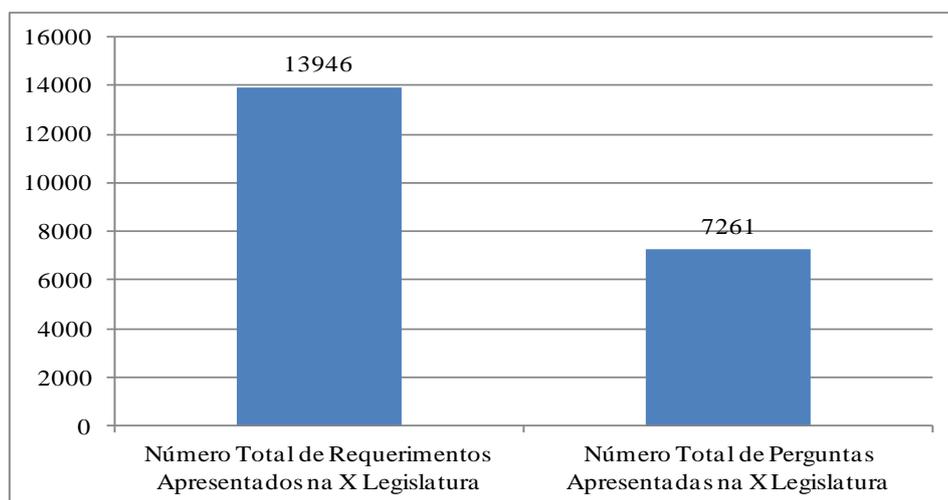
#### **4.4 Operacionalização da variável dependente**

À matriz de dados atrás referida juntou-se a variável perguntas e requerimentos, isto é, o poder dos deputados que reuniu os três requisitos por nós estabelecidos no capítulo

anterior, através da qual se sistematizou o trabalho parlamentar dos deputados com o objetivo de apurar o grau de trabalho de círculo que eles fazem.

Chegados aqui, centrámos, uma vez mais, o nosso estudo na informação disponível no sítio da Assembleia da República. Ao todo, como se demonstra no Gráfico 4, contabilizou-se a recolha e consulta da informação disponível em 13946 requerimentos e em 7261 perguntas. Contudo, de uma primeira análise ao conteúdo da informação recolhida, verificou-se a existência de casos em que, um só deputado, noutros casos, vários deputados, apresentaram o mesmo requerimento, ou a mesma pergunta, de forma replicada, isto é, cujo conteúdo se aplicava a dezenas ou centenas de instituições, de freguesias, de concelhos ou de distritos, entre outros.

**GRÁFICO 4 - Número de requerimentos e de perguntas apresentados na X legislatura**



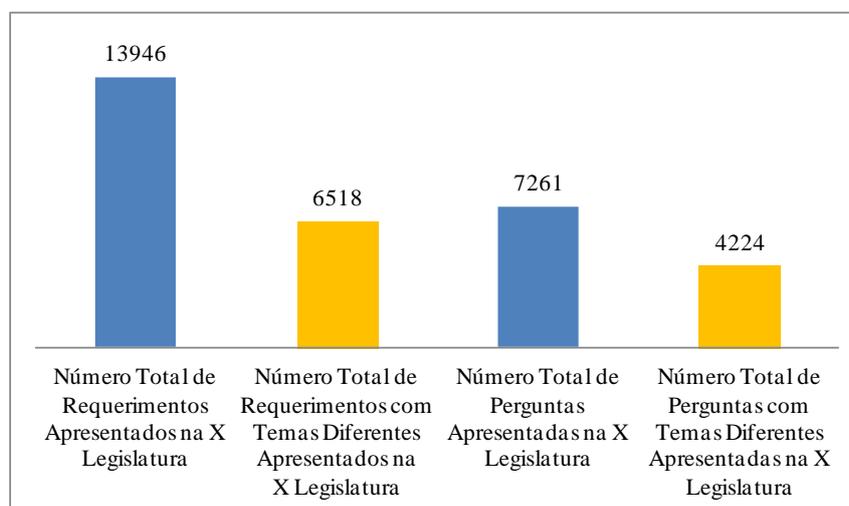
Como se percebe na Tabela 8, trata-se de um caso onde um deputado efetuou um requerimento, que foi posteriormente replicado pelo mesmo deputado e aplicado a diversas instituições, tudo no mesmo dia. Ora, como se trata de informação replicada, que era suscetível de enviesar a nossa investigação, optou-se, como abaixo se exemplifica, por, nestes casos, contabilizar a informação como apenas um requerimento ou pergunta efetuados, por um, ou por vários deputados.

**TABELA 8 - Exemplo de Requerimento replicado**

Nome do deputado	ID do Requerimento	Título do documento	Data
Álvaro Castello-Branco	779/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	776/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	771/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	739/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	714/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	699/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	689/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	687/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	673/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	656/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	622/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	621/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	618/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	615/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	606/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	598/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	555/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	540/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	539/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	531/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005
Álvaro Castello-Branco	527/AL/X/1	Limitação de mandatos	14-07-2005

Com o refinar desta informação, passámos a considerar, como se verifica no Gráfico 5, como válidos para o nosso estudo, 6518 requerimentos e 4224 perguntas. Contudo, tendo em conta que o nosso objetivo é estudar o trabalho de círculo efetuado por cada deputado, foi necessário apurar quantos destes requerimentos e perguntas revelam conteúdo de trabalho de círculo.

**GRÁFICO 5 - Comparação do número total de requerimentos e de perguntas apresentados na X legislatura e do número total de requerimentos e de perguntas DIFERENTES apresentados na X legislatura**



Depois de termos encontrado a totalidade dos documentos com temas diferentes foi necessário estabelecer os critérios que nos nortearam durante esta análise, no sentido de apurarmos quantos se relacionavam com o trabalho de círculo. Assim, num primeiro passo analisaram-se todos os títulos dos documentos disponíveis. Num segundo passo analisou-se o conteúdo desses mesmos documentos.

Debaixo do *chapéu* do nosso primeiro passo estabelecido, que fixava a obrigatoriedade do título do documento mencionar o nome ou uma referência direta a um concelho ou a uma instituição do círculo eleitoral do deputado em estudo, analisaram-se todos os documentos relativos a um determinado deputado atribuindo-lhe a classificação 0, se o conteúdo do título não validasse o critério, e 1 se se verificasse o critério.

Como se verifica nos casos selecionados da Tabela 9, foi possível classificar aqueles documentos com recurso ao conteúdo do seu título. Veja-se o primeiro exemplo: Um **deputado** eleito pelo **círculo eleitoral de Bragança**, apresentou um requerimento com o título: *“Situação de explicações para os baixos níveis de atribuição do complemento solidário para idosos (CSI) no distrito de Bragança”*. Como facilmente se comprova, o conteúdo do título deste documento trata de um assunto que diz diretamente respeito ao círculo eleitoral do deputado que o apresentou. Assim, foi validado como trabalho de círculo.

**TABELA 9 - Exemplo de validação de conteúdo como TRABALHO DE CÍRCULO a partir do título do documento**

<b>Círculo Eleitoral do deputado</b>	<b>Título do documento</b>
Bragança	Situação de explicações para os baixos níveis de atribuição do complemento solidário para idosos (CSI) no <b>distrito de Bragança</b>
Bragança	Colocação de um helicóptero do INEM em <b>Macedo de Cavaleiros</b>
Leiria	Unidade de Cuidados Continuados da <b>Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos</b>
Leiria	Estância Termal das <b>Caldas da Rainha</b>
Porto	Instalação e equipamentos na unidade de saúde de Vermoim, <b>Concelho da Maia</b>
Porto	Serviço de Finanças - <b>Carvalhos, Vila Nova de Gaia</b>
Viana do Castelo	Situação atual da ponte Eifel em <b>Viana do Castelo</b>
Viana do Castelo	Contaminação do <b>Rio Vez</b> por crómio

Feito este trabalho, deu-se o segundo passo e analisar o conteúdo dos documentos classificados com 0, isto é, cujo conteúdo do título não validava o nosso critério, mas cujo conteúdo interno desconhecíamos. Assim, optámos por analisar, individualmente, os conteúdos desses documentos, como se demonstra nos exemplos das Tabelas 10 e 11, reclassificando-os da mesma forma, ou seja: os documentos cujos conteúdos revelaram o nome de um concelho, freguesia, instituição, empresa, estrada, entre outros, diretamente relacionados com o círculo eleitoral do deputado, foram classificados com 1, isto é, como trabalho de círculo, e os restantes com 0, ou seja, não foram considerados como trabalho de círculo.

**TABELA 10 - Exemplo 1 de validação de conteúdo como TRABALHO DE CÍRCULO a partir do conteúdo do documento**

Nome do deputado	Círculo Eleitoral	Título do documento
António Carlos Monteiro	Lisboa	Acordo com o Ministério da Educação, relativo a actividade de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico
<b>Conteúdo</b> válido que permitiu classificação do documento como trabalho de círculo	"Requerimento 88 X (2ª) AL à <b>Câmara Municipal de Loures</b> Assunto: Acordo com o Ministério da Educação, relativo a actividade de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico"...	

**TABELA 11 - Exemplo 2 de validação de conteúdo como TRABALHO DE CÍRCULO a partir do conteúdo do documento**

Nome do deputado	Círculo Eleitoral	Título do documento
Melchior Moreira	Viseu	Prejuízos com intempéries na Região do Douro
<b>Conteúdo</b> válido que permitiu classificação do documento como trabalho de círculo	Requerimento 2293 X (1ª) ALAssunto: Prejuízos com intempéries na Região do Douro No passado dia 14 de Junho, a Região do Douro foi assolada por uma tempestade de chuva intensa e trovoadas, entre as 21h30 e as 23h00, e de "blocos de gelo" que caíram aproximadamente durante 15 minutos. O mau tempo afetou, essencialmente, os <b>concelhos de São João da Pesqueira, Tabuaço, Alijó e Sabrosa</b> "...	

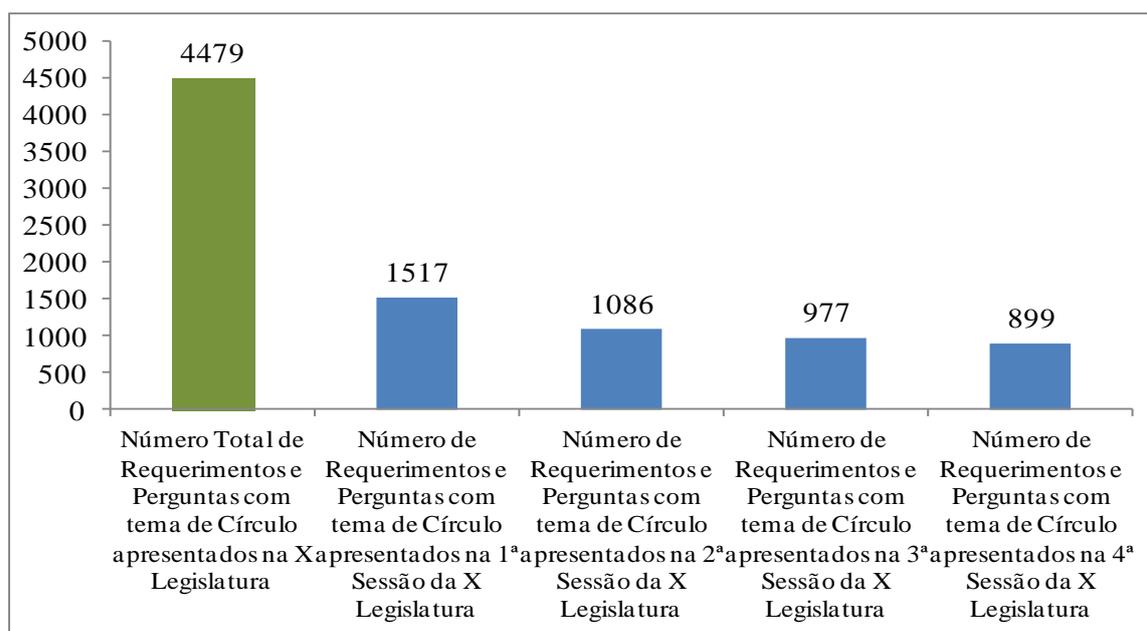
Como se demonstra nas duas tabelas acima, através de uma análise do título não seria possível classificar aqueles documentos, contudo, com recurso à análise do conteúdo dos requerimentos e perguntas foi possível classificar os respetivos documentos. Veja-se o

primeiro exemplo. Um deputado do círculo eleitoral de Lisboa apresentou um requerimento sob o título: “Acordo com o Ministério da Educação, relativo a actividade de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico”. Ora, tratando-se de um título que, por não fazer referência direta, ou indireta, ao círculo eleitoral do deputado em questão, não nos permitiu classificar o documento, optou-se por analisar o seu conteúdo, verificando-se que, no interior do requerimento o deputado faz alusão ao mau tempo que “afetou, essencialmente, os concelhos de São João da Pesqueira, Tabuaço, Alijó e Sabrosa”... Trata-se, portanto, de uma preocupação com os concelhos do seu círculo eleitoral, facto que nos permitiu validar o documento como trabalho de círculo.

Note-se que, o que se pretende investigar com esta investigação é o grau de trabalho de círculo que os deputados fazem em prol do círculo eleitoral que os elegeu. Nesse sentido, salienta-se que, de fora desta análise ficaram os documentos cujos títulos ou conteúdos podiam ser classificados como trabalho de círculo, mas que diziam respeito a outro círculo eleitoral que não o do deputado que os apresentou.

Feito este trabalho, no Gráfico 6 pode identificar-se o volume global de requerimentos e de perguntas cujo teor classificámos como trabalho de círculo efetuado pelos deputados durante a X Legislatura.

**GRÁFICO 6 - Número total de requerimentos e de perguntas com conteúdo de TRABALHO DE CÍRCULO apresentados na totalidade e em cada Sessão da X legislatura**



Trata-se de um total de 4479 requerimentos e perguntas que, por terem características de natureza idênticas, isto é, fins do mesmo tipo e procedimentos de apresentação que são utilizados pelos deputados da mesma forma, se agregaram pela soma. Ao mesmo tempo, aproveitámos para os classificar cronologicamente, ao longo das quatro Sessões da Legislatura. Desta forma poder-se-á, também, aferir se existem variações no comportamento dos deputados, ou se, ao invés, ao longo de toda a legislatura existe um padrão comportamental ao nível do trabalho de círculo feito pelos deputados.

#### **4.5 Notas finais**

Tendo em conta os dados de caracterização individual dos deputados aqui utilizados e o teor dos títulos e conteúdos das perguntas e requerimentos analisados, neste estudo utilizou-se uma metodologia de investigação mista, isto é, recorreu-se à análise de conteúdo e à análise quantitativa dos dados recolhidos.

Neste capítulo, justificou-se a delimitação do objeto de estudo deste trabalho aos 198 deputados que foram diretamente eleitos na X Legislatura, e expuseram-se os critérios que balizaram a classificação dos 4479 requerimentos e perguntas com tema de círculo que os deputados fizeram.

Feita e justificada a operacionalização das 20 variáveis independentes em análise, construiu-se uma base de dados que permitiu avançar com a análise empírica que se apresenta no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 5 - ANÁLISE EMPÍRICA

Tendo-se exposto a metodologia e as hipóteses deste trabalho nos capítulos anteriores, passamos agora para a análise de resultados com o objetivo de responder à questão de investigação através da qual se pretende apurar o grau de trabalho de círculo que os deputados portugueses fazem.

Neste capítulo são apresentados todos os testes realizados e interpretados os respetivos resultados obtidos. Numa primeira fase, com recurso ao teste Kolmogorov-Smirnov, analisou-se a normalidade da distribuição das perguntas e requerimentos feitos pelos 198 deputados em estudo, verificando-se, com um nível de significância elevado (0,000), a *anormalidade* da distribuição da nossa variável dependente.

Posteriormente, tendo em conta a *anormalidade* da distribuição, a que se junta a redução dos casos em análise, por impossibilidade de usarmos toda a nossa amostra em alguns testes, e a exigência dos próprios testes não-paramétricos, levaram-se a efeito, com recurso ao software SPSS - Statistical Package for the Social Sciences, os testes não-paramétricos, isoladamente, para cada uma das variáveis independentes em estudo. No caso das variáveis onde se verifica a classificação da população em estudo em apenas dois grupos, utilizou-se o Teste U de Mann-Whitney. Para os casos das variáveis com três ou mais grupos usou-se o Teste Kruskal Wallis. Num caso apenas, usou-se o Teste Correlação ró de Spearman. Por fim, tendo em conta que podíamos usar a totalidade da nossa amostra, realizou-se uma análise de regressão.

### 5.1 Testes das Hipóteses

Como se disse acima, o trabalho de círculo aqui investigado resulta da análise dos Requerimentos e Perguntas que os deputados fizeram na X Legislatura. Esta é, portanto, a nossa variável dependente de todas as variáveis independentes testadas nas seguintes hipóteses.

**H1:** *Os deputados que estão mais próximos do líder do partido fazem menos trabalho de círculo do que os outros.*

Os parlamentares têm o objetivo de voltar a ser reeleitos, mas, para isso, sabem que primeiro terão de ser selecionados. Em Portugal, como se disse no Capítulo 3, é aos partidos que cabe selecionar os candidatos a incluir nas listas concorrentes às Eleições Legislativas. Contudo, aos seus líderes, particularmente aos mais fortes, está reservado um papel decisivo. Por isso, a distância que separa os deputados do líder do seu partido pode fazer a diferença, na hora da sua possível *convocatória*.

Deste ponto de vista, testou-se se existe associação entre as variáveis que se consideraram poderem refletir a proximidade ou o afastamento dos deputados ao líder e o grau de trabalho de círculo que aqueles fazem, que poderá indicar uma maior preocupação do deputado com o eleitorado que o elegeu.

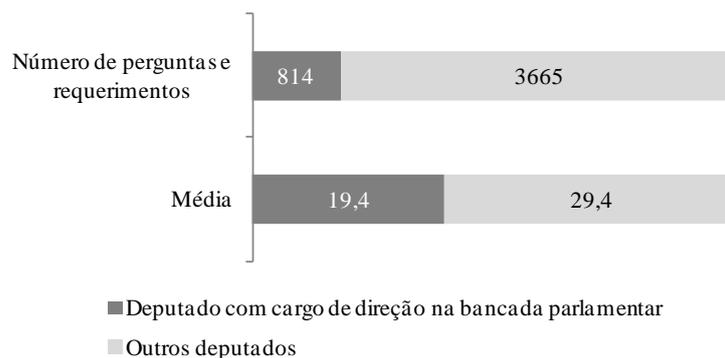
**H1a:** *Os deputados que pertenceram à direção da sua bancada parlamentar na X Legislatura fizeram menos trabalho de círculo do que os restantes.*

Como demonstra a Tabela 12, dos 198 deputados aqui analisados, 42 desempenharam funções de direção na bancada parlamentar do seu partido, durante a X Legislatura, e 156 não exerceram qualquer desses cargos. No Gráfico 7 pode ver-se que, este último grupo efetuou um total de 3665 perguntas e requerimentos, a uma média de 29,4 perguntas e requerimentos por deputado. Os 42 deputados que foram dirigentes da bancada parlamentar fizeram 814 perguntas e requerimentos, a uma média de 19,4 perguntas e requerimentos por deputado.

Uma primeira análise destes dados sugere que os deputados que exerceram cargos de direção na bancada parlamentar fizeram, em média, menos perguntas e requerimentos do que os outros. Contudo, como se verifica na Tabela 12, esta conclusão está enviesada, desde logo porque os dois grupos apresentam um desvio padrão muito diferente. O desvio padrão para o grupo de deputados que não exerceu cargos de direção é de 27, e o do outro grupo é de 56,6, ou seja, existe muita mais dispersão na quantidade de perguntas feitas pelos deputados do grupo dos dirigentes, do que dos deputados não dirigentes. De forma sucinta, no grupo dos não dirigentes existem muitos deputados cuja quantidade de

perguntas e requerimentos apresentados está, mais do dobro, distante da média do seu grupo, tanto para cima, como para baixo, do que se verifica no grupo dos dirigentes, logo esta média induz em erro. Assim, devemos antes considerar a mediana, que apresenta um valor 5 (ver tabela 12) para cada um dos grupos, que nos revela um equilíbrio entre os dois grupos de deputados analisados.

**GRÁFICO 7 - Estatísticas descritivas - Cargo de Direção na Bancada Parlamentar e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 12 - Estatísticas descritivas - Cargo de Direção na Bancada Parlamentar e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
Outros deputados	156	5	405	0	56,6
Deputado que exerceu cargo de direção na bancada parlamentar	42	5	110	0	27

Na Hipótesela sugere-se que os deputados que pertenceram à direção da sua bancada parlamentar na X Legislatura, fizeram menos trabalho de círculo do que os restantes. Para testar esta hipótese confrontou-se a quantidade de trabalho de círculo realizada pelos 42 deputados que exerceram funções de direção na sua bancada parlamentar e a realizada pelos 156 deputados que não assumiram essa responsabilidade.

Como se demonstra na Tabela 13, a média de ordenação apresentada para cada grupo (99,97 para o grupo não, e 97,75 para o grupo sim), praticamente não difere, aliás, como se comprova pelo baixo grau de significância obtido no teste (0,823). Neste sentido, as evidências estatísticas que resultam do nosso teste sugerem que não existem diferenças entre os dois grupos em estudo. Por outras palavras, o facto de um deputado ter pertencido

à direção da sua Bancada Parlamentar não parece influenciar a quantidade de trabalho de círculo que ele fez.

No estudo desta hipótese, tendo em conta a sua proximidade ao líder, entendeu-se que os deputados que ocuparam funções de direção da bancada parlamentar poderão estar menos interessados em fazer trabalho de círculo do que os outros, como aponta uma parte da literatura. Contudo, a nossa conclusão aponta noutro sentido, mais alinhado com a perspectiva de Brouard et al. (2013: 148-149), que argumentam que o interesse dos deputados em fazer trabalho de círculo não é influenciado pelo aumento das suas responsabilidades na bancada parlamentar.

**TABELA 13 - Cargo de Direção na Bancada Parlamentar e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Cargo de direção na Bancada Parlamentar	Não	156	99,97	0,823
	Sim	42	97,75	
Total		198		

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

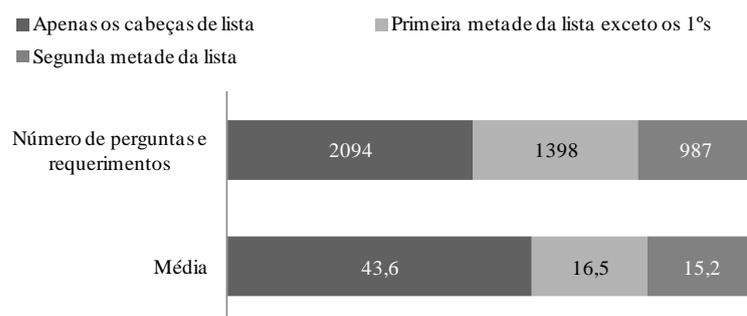
**H1b:** *Quanto mais importante for o lugar do deputado na lista pela qual foi eleito, menos trabalho de círculo ele faz.*

Para testarmos esta hipótese considerou-se que, quanto mais no topo da lista estiver o deputado, maior proximidade ao líder ele pode ter. Assim, classificaram-se os 198 deputados em estudo em três grupos (ver Tabela 14): o grupo dos cabeças de lista, que reúne 48 deputados; o grupo dos deputados eleitos na primeira metade da lista, exceto os primeiros, que conta com 85 deputados; e o grupo dos 65 deputados que foram eleitos na segunda metade da lista. De acordo com o Gráfico 8, o primeiro grupo foi o que apresentou mais perguntas e requerimentos (2094), seguindo-se o segundo grupo, com 1398, e o

terceiro grupo, com 987 perguntas e requerimentos. Em relação à média, a tendência repete-se, com os cabeças de lista a revelarem a média (43,6) de perguntas e requerimentos por deputado mais alta. O segundo e o terceiro grupos apresentam médias de perguntas e requerimentos por deputado de 16,5 e 15,2. Contudo, como se demonstra na Tabela 14, o desvio padrão indica que existem diferenças substanciais dentro de cada grupo. O grupo dos deputados eleitos na segunda metade da lista, embora com um desvio padrão de 25,1, é o que apresenta menor dispersão de perguntas e requerimentos dentro do grupo. Nos outros dois casos esta dispersão é mais evidente. No grupo dos cabeças de lista o desvio padrão é de 36,3, e o grupo “primeira metade da lista exceto os primeiros” é o mais heterogéneo, com um desvio padrão de 85,9.

Perante estes resultados, pode afirmar-se que a média está longe de traduzir a realidade dos três grupos, particularmente dos deputados eleitos como cabeças de lista e dos deputados eleitos na “primeira metade da lista exceto os primeiros”. Neste caso, analisar o valor da mediana ajuda a resolver o problema e a identificar a principal diferença entre os três grupos. De facto, com uma mediana de 15,5 (ver Gráfico 8), o grupo dos deputados eleitos como cabeças de lista distingue-se dos outros dois, que apresentam valores mais baixos (3 e 5).

**GRÁFICO 8 - Estatísticas descritivas - Lugar na Lista em que foi eleito (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 14 - Estatísticas descritivas - Lugar na Lista em que foi eleito (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
Apenas os cabeças de lista	48	15,5	405	0	85,9
Primeira metade da lista exceto os 1ºs	85	3	284	0	36,3
Segunda metade da lista	65	7	153	0	25,1

A Hipótese1b sugere que, quanto mais no topo das listas forem eleitos os deputados, menos trabalho de círculo eles fazem. Para verificar esta hipótese, testou-se o número de requerimentos e perguntas feitos pelos deputados nos três grupos em análise.

Como se observa na Tabela 15, a média de ordenação mais alta pertence ao grupo dos cabeças de lista (115,98). Segue-se o grupo segunda metade da lista (101,82) e a média de ordenação mais baixa pertence ao grupo dos deputados eleitos na primeira metade da lista. Avaliando o nível de significância do teste (0,026), numa primeira análise pode concluir-se existirem evidências estatísticas que comprovam que, pelo menos um dos grupos apresenta diferenças dos outros dois. Nesse sentido, tendo em conta que as médias de ordenação da Tabela 15 sugerem que os cabeças de lista são os que mais trabalho de círculo fazem, isolámos este grupo e agrupámos os outros dois, que incluímos num novo teste.

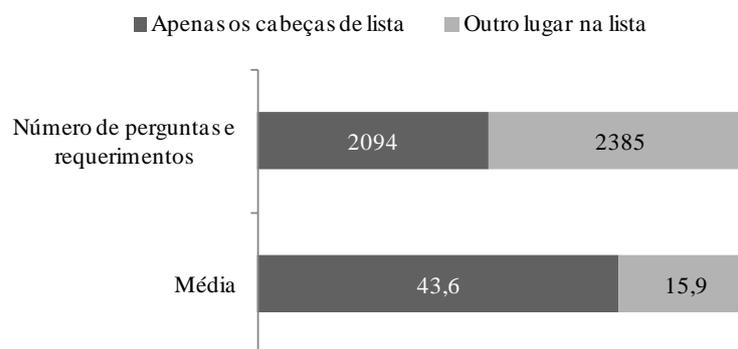
**TABELA 15 - Lugar na Lista em que foi eleito (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Lugar na lista em que o deputado foi eleito	Apenas os cabeças de lista	48	115,98
	1ª metade da lista exceto os 1ºs	85	88,42
	2ª metade da lista	65	101,82
	Total	198	

**Teste Kruskal Wallis:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

Recorde-se que mantivemos o grupo dos cabeças de lista intocável, isto é, com 48 deputados, e que agregámos todos os outros no grupo de eleitos em outro lugar na lista, que agora conta com 150 deputados. Da observação do Gráfico 9, pode verificar-se que continuam a existir diferenças significativas nas médias dos dois grupos em análise - 43,6 para o cabeças de lista e 15,9 para os outros deputados. Excluída a análise da média, pelos mesmos motivos atrás descritos, a mediana (ver Tabela 16) revela a também existência de uma diferença substancial entre os grupos. A mediana para os cabeças de lista é de 15,5 perguntas e requerimentos por deputado, e de 4 para os restantes deputados, o que parece indicar que os cabeças de lista fazem mais trabalho de círculo do que os outros deputados.

**GRÁFICO 9 - Estatísticas descritivas - Lugar na Lista em que foi eleito (2 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 16 - Estatísticas descritivas - Lugar na Lista em que foi eleito (2 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
Apenas os cabeças de lista	48	15,5	405	0	85,9
Outro lugar na lista	150	4	284	0	31,9

Os resultados da Tabela 17 atestam esta diferença. A média de ordenação dos cabeças de lista é 115,98, superior à média de ordenação dos outros deputados, de 94. Os resultados do teste efetuado confirmam existirem, de facto, diferenças estatisticamente significativas, a um nível de significância de 5%, que indicam a existência de diferenças entre a população em estudo, com os primeiros eleitos a fazerem mais trabalho de círculo do que os restantes. Dito de outra forma, os dados indicam que os deputados eleitos em primeiro lugar na lista, ou os cabeças de lista, foram os *carregadores do piano* no que diz respeito ao trabalho de círculo nesta Legislatura.

Contudo, uma análise do Gráfico 10 oferece-nos uma visão mais profunda desta conclusão. Assim, pode verificar-se que, dos cinco partidos que tiveram cabeças de lista, só os do PCP e os do CDS fizeram mais trabalho de círculo do que os outros deputados do mesmo partido. Neste capítulo, foram os cabeças de lista do PCP que mais fizeram a diferença, tendo produzido, sozinhos, 26,84% das perguntas e requerimentos totais da Legislatura, isto é, mais do que os cabeças de lista de todos os outros partidos juntos.

No grupo dos outros deputados o PSD fez mais trabalho de círculo (26,86%). Veja-se, também, que os deputados comunistas não cabeças de lista apresentaram 10,18% do

total de perguntas e requerimentos. Trata-se de um valor que fica abaixo do apresentado pelo PSD, mas acima de todos os outros partidos, agora com o PEV incluído.

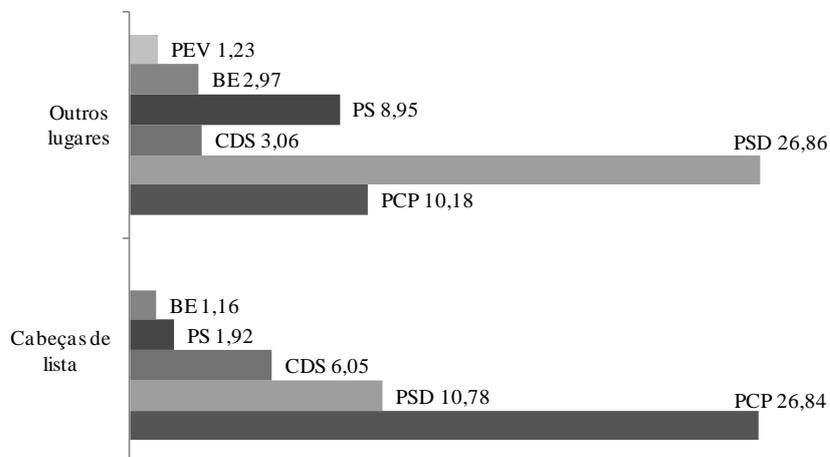
Tendo em consideração o que aqui se pretendia apurar, pode dizer-se que existe associação, de facto, entre o lugar na lista em que os deputados foram eleitos e a quantidade de trabalho de círculo que eles fazem. Contudo, são os deputados do PCP os principais responsáveis por isso. Desta forma, a haver *carregadores do piano* eles estão, maioritariamente, do lado do PCP. Trata-se de uma situação que pode ser o reflexo de, pelo menos, dois fatores. Por um lado, trata-se de um partido que apenas elegeu um deputado em quatro dos sete círculos eleitorais onde elegeu deputados, cabendo a estes fazer todo o trabalho em prol do seu círculo. Por outro lado, como se trata de um partido centralizado, estes resultados podem estar a refletir a sua organização e sua linha de orientação para a proximidade local.

**TABELA 17 - Lugar na Lista em que foi eleito (2 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Lugar na lista em que o deputado foi eleito	Apenas os cabeças de lista	48	115,98	0,021*
	Outro lugar na lista	150	94	
Total		198		

Teste U de Mann-Whitney: Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

**GRÁFICO 10 - Estatísticas descritivas - % de Perguntas e Requerimentos dos deputados por Lugar na Lista em que foi eleito (2 grupos) e por partido**



**H1c:** *Quanto mais antiguidade tem o deputado na Assembleia da República, menos trabalho de círculo ele faz.*

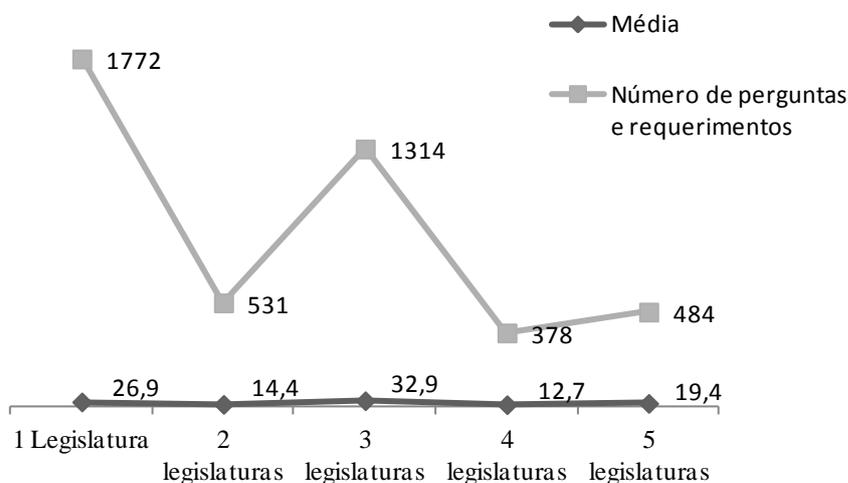
Com esta hipótese analisa-se a correlação entre a antiguidade, traduzida pelo número de legislaturas que os deputados cumpriram entre a VI e a X legislaturas, inclusive, e as perguntas e requerimentos apresentados pelos deputados, ou o grau de trabalho de círculo que eles fazem.

A Tabela 18 mostra-nos que os mais antigos são os 25 deputados que cumpriram 5 legislaturas. Depois, por ordem decrescente de antiguidade, 30 cumpriram 4 legislaturas, 40 cumpriram 3 legislaturas, 37 duas, e 66 que chegaram ao parlamento pela primeira vez. Se analisarmos o Gráfico 11, verificamos que os deputados recém-chegados ao parlamento e os deputados com 3 legislaturas foram os que fizeram mais trabalho de círculo - os primeiros fizeram, em média, 26,9 perguntas e requerimentos, e os segundos 32,9. Os outros deputados estão abaixo da média de 20 perguntas e requerimentos.

Contudo, também aqui, como se comprova na Tabela 18, o alto desvio padrão reflete a dispersão da quantidade de perguntas e requerimentos dentro de cada grupo. Veja-se, por exemplo, os casos dos deputados que estão a cumprir a primeira e a terceira legislaturas, que são os que apresentam os valores mais altos de desvio padrão, 50,3 e 87,9, respetivamente. Como se comprova na mesma tabela, no grupo de deputados que estão a cumprir a primeira legislatura o máximo de perguntas e requerimentos apresentados foi de 405 e o mínimo de 0. No caso dos deputados que estão a cumprir a terceira legislatura o máximo de perguntas e requerimentos apresentados foi de 284 e o mínimo de 0.

Como se observa no Gráfico 10, é possível associar-se a tendência de diminuição da quantidade de perguntas e requerimentos ao aumento da antiguidade. Se olharmos para a média dos cinco grupos essa tendência não é evidente, mas se analisarmos os valores da mediana de cada grupo pode dizer-se que ela existe.

**GRÁFICO 11 - Estatísticas descritivas - Antiguidade (medida pelo Número de Legislaturas cumpridas) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 18 - Estatísticas descritivas - Antiguidade (medida pelo Número de Legislaturas cumpridas) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
1 Legislatura	66	7	284	0	50,3
2 Legislaturas	37	7	68	0	19,9
3 Legislaturas	40	3,5	405	0	87,9
4 Legislaturas	30	4	63	0	17,9
5 Legislaturas	25	1	151	0	33

A Hipótese 1c sugere que, quanto mais anos de Parlamento tiverem os deputados, menos trabalho de círculo eles fazem. Para verificar esta hipótese, testou-se a correlação entre o número de requerimentos e perguntas feitos pelos deputados e os cinco grupos em que estes foram divididos.

Como se observa na Tabela 19, os resultados obtidos pelo teste permitem analisar evidências estatísticas que comprovam a existência de uma correlação entre a antiguidade e o número de perguntas e requerimentos que os deputados apresentam. A correlação negativa aqui evidenciada (-0,151) comprova que, quanto mais legislaturas cumprem os deputados, menos trabalho de círculo eles fazem.

Uma parte da literatura alega que a antiguidade não tem qualquer efeito na forma como os deputados agem (Brouard et al., 2013 e Martin, 2011), contudo, a nossa conclusão

alinha com a parte da literatura dos que apontam a antiguidade como uma importante explicação das atitudes e do comportamento dos parlamentares (Norris, 1997 e Russo, 2013).

**TABELA 19 - Antiguidade (medida pelo Número de Legislaturas cumpridas) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

Antiguidade, medida pelo Número de Legislaturas cumpridas	Coeficiente de correlação	-0,151
	Sig. (2 extremidades)	0,034*
	N	198

**Teste Correlação  $\rho$  de Spearman:** Os níveis de Significância são: \*\*\*= $<0,001$ ; \*\*= $<0,01$  e \*= $<0,05$

**H1d:** *Os deputados que exerceram cargos de elite em anteriores governos fazem menos trabalho de círculo do que os outros.*

**H1e:** *Os deputados que já ocuparam cargos de elite como presidentes de órgãos locais do partido fazem menos trabalho de círculo do que os outros.*

**H1f:** *Os deputados que já ocuparam cargos de elite como presidentes de órgãos distritais do partido fazem menos trabalho de círculo do que os outros.*

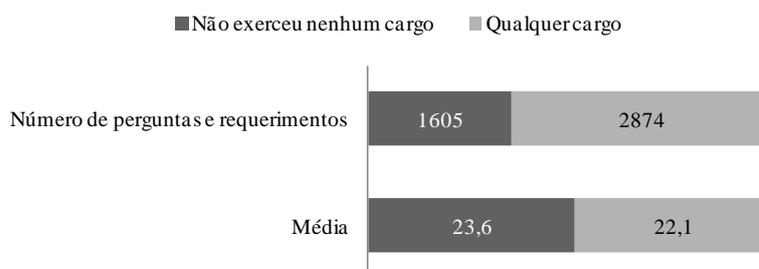
**H1g:** *Os deputados que já ocuparam cargos de elite como presidentes de órgãos nacionais do partido fazem menos trabalho de círculo do que os outros.*

Como se justificou no Capítulo 3, o desempenho de cargos políticos de elite dá visibilidade aos deputados. Neste sentido, eles poderão estar menos interessados em fazer trabalho de círculo do que aqueles que nunca exerceram qualquer cargo. Sem a visibilidade dos cargos políticos de elite, defende uma parte da literatura, estes tendem a fazer mais trabalho de círculo para obter o seu reconhecimento local, que pode tornar-se um instrumento decisivo na hora do partido escolher os seus candidatos (Russo, 2011: 294-295).

Assim, com base no modelo que Frederico Russo (2011) utilizou para o caso italiano, classificaram-se os deputados da X Legislatura de acordo com a sua experiência no desempenho de cargos políticos de elite: em anteriores governos; em órgãos nacionais do partido; em órgãos distritais do partido; em órgãos locais do partido; e sem qualquer destas experiências no desempenho dessas funções. Foi esta experiência dos deputados em cargos políticos de elite que testámos, juntamente com as perguntas e requerimentos que fizeram, com o objetivo de investigar se existe algum tipo de associação entre ambas.

Como se verifica na Tabela 20, primeiro testámos todas as variáveis de forma agregada, identificando-se 68 deputados que não desempenharam qualquer cargo de elite no Governo, ou nos órgãos nacionais, distritais, ou locais do partido, e que efetuaram 1605 perguntas e requerimentos. Identificaram-se, também, 130 deputados que desempenharam pelo menos um destes cargos, que fizeram 2874 perguntas e requerimentos. No Gráfico 12, verifica-se a média dos dois grupos de deputados é bastante similar (23,6 para o grupo de deputados que não exerceu qualquer cargo e 22,1 para o outro grupo). Já o desvio padrão, na Tabela 20, indica que existe dispersão, tanto num grupo (60,7), como no outro (46,5).

**GRÁFICO 12 - Estatísticas descritivas - Cargos políticos agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 20 - Estatísticas descritivas - Cargos políticos agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Nº Perguntas e Requerimentos	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Todos os cargos agregados</b>							
Não exerceu nenhum	68	1605	23,6	4	405	0	60,7
Qualquer cargo	130	2874	22,11	6	397	0	46,5

Os resultados da Tabela 21 demonstram que não existem diferenças estatísticas significativas entre os grupos. Para os 68 deputados que nunca exerceram qualquer cargo de elite o teste revela uma média de ordenação de 100,24, e para o grupo dos deputados que exerceram algum desses cargos, uma média de ordenação de 99,811. A não existência de diferenças estatisticamente significativas, como comprova o nível de significância do teste (0,895), permite-nos afirmar que não existem diferenças entre os dois grupos analisados.

**TABELA 21 - Cargos políticos agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Todos os cargos de governo e de órgãos nacionais, distritais e locais do partido	Não exerceu nenhum	68	0,895
	Qualquer cargo	130	
	Total	198	

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

Para testar os cargos políticos exercidos pelos deputados em Anteriores Governos, nos Órgãos Nacionais do partido, primeiro fizemos um teste com os cargos políticos agregados para cada um dos dois grupos, e depois testámos os mesmos grupos de forma desagregada.

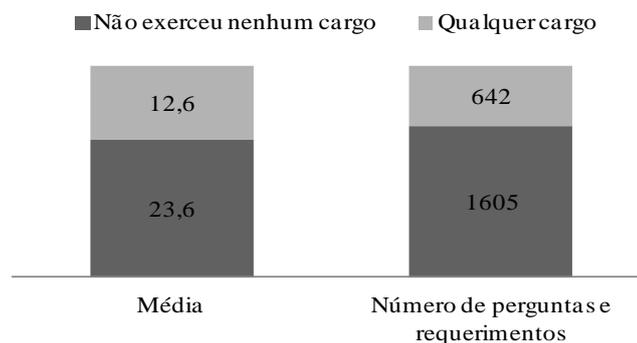
O primeiro grupo a ser estudado foi o dos deputados que exerceram cargos políticos de elite em Governos anteriores. No Gráfico 13, apresenta-se uma análise dos diversos cargos agregados, sendo o grupo dos deputados que exerceu algum cargo o que apresenta a média mais baixa (12,6) de perguntas e requerimentos feitos na Legislatura e o grupo dos deputados que não exerceram nenhum cargo político o que apresenta a média mais alta (23,6). Quando desagregada a variável, o grupo de deputados que não exerceu qualquer

cargo é, também, o que apresenta a média de perguntas e requerimentos mais alta (23,6). Como se verifica no Gráfico 14, os deputados que exerceram funções de Secretário de Estado revelam uma média de 19,1 perguntas, sendo os deputados que foram Ministros aqueles cuja média é a mais baixa (3,3)

Se atendermos à Tabela 22, verificamos que, para os 68 deputados que nunca exerceu cargos políticos de Governo o teste revela um desvio padrão mais elevado (60,7), tanto com a variável agregada, como desagregada. Com a variável agregada, para os 51 deputados que exerceram cargos de Governo o teste apresenta um desvio padrão de 20,1. Com a variável desagregada, o cargo político que revela um desvio padrão mais alto é o de Secretário de Estado (27), e o cargo de Ministro o mais baixo (6,6).

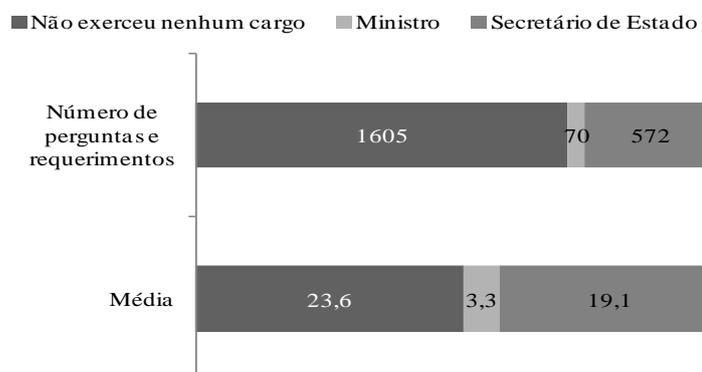
**GRÁFICO 13 - Estatísticas descritivas - Cargos políticos de Governo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

*Variável agregada*



**GRÁFICO 14 - Estatísticas descritivas - Cargos políticos de Governo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

*Variável desagregada*



**TABELA 22 - Cargos políticos de Governo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Nº Perguntas e Requerimentos	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Cargos em anteriores governos (agregados)</b>						
Não exerceu nenhum	68	1605	4	405	0	60,7
Qualquer cargo	51	563	2	89	0	20,1
<b>Cargo em anteriores Governos (desagregados)</b>						
Não exerceu nenhum	68	3837	4	405	0	60,7
Ministro	21	572	0	21	0	6,6
Secretário de Estado	30	70	4,5	89	0	27

Como se demonstra nas Tabela 23 para os deputados que não exerceram nenhum cargo político de elite o teste apresenta uma média de ordenação de 66,3, e de 51,6 para os outros deputados. Como se verifica com o nível de significância do teste (0,021), existem diferenças entre os dois grupos. Contudo, na Tabela 24, o teste com os dados desgregados permite afirmar que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados. Para os deputados que foram Secretários de Estado e os deputados que nunca exerceram qualquer cargo o teste revela uma média de ordenação muito próxima (64,6 para os primeiros e 65,8 para os últimos). A grande diferença no grupo está no conjunto de deputados que foram ministros, cuja média de ordenação (34,6) é a mais baixa.

Atendendo ao nível de significância do teste da Tabela 24, pode dizer-se que os deputados que já exerceram funções de Ministro fazem menos trabalho de círculo do que os que foram Secretários de Estado e dos que nunca exerceram qualquer cargo político no Governo.

**TABELA 23 - Cargos de governo agregados e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Todos os cargos de elite em anteriores governos agregados	Não exerceu nenhum	68	66,3
	Qualquer cargo	51	51,6
Total		119	

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

**TABELA 24 - Cargos em anteriores Governos e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

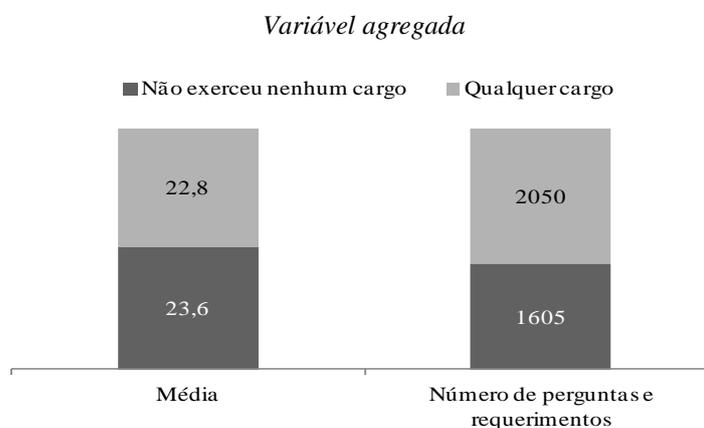
		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Cargo de elite em anteriores Governos	Não exerceu	68	65,8	0,001***
	Ministro	21	34,6	
	Secretário de Estado	30	64,6	
	Total	119		

**Teste Kruskal Wallis:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

O segundo cargo político de elite a ser estudado foi o dos deputados que exerceram cargos políticos nos órgãos nacionais do partido. No Gráfico 15, apresenta-se uma análise dos diversos cargos agregados. Como pode verificar-se, a média dos dois grupos é bastante próxima. Média de 22,8 perguntas e requerimentos para os deputados que nunca exerceram qualquer cargo, e 23,6 para os que desempenharam, pelo menos, um dos cargos aqui analisados. Os primeiros apresentaram 2050 perguntas e requerimentos e um desvio padrão de 60,7, e os segundos 1605 perguntas e requerimentos e um desvio padrão de 50,32 (ver Tabela 25).

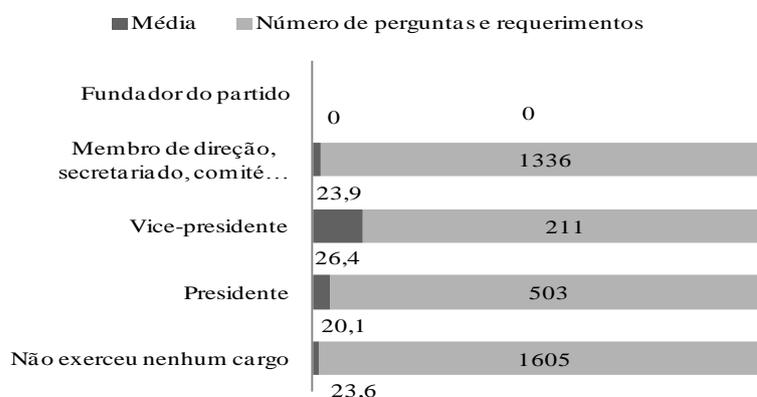
Quando desagregada a variável, como se observa no Gráfico 16, os resultados não são muito diferentes, verificando-se o cargo de Fundador do Partido, que não apresentou qualquer pergunta ou requerimento, como uma exceção. Os restantes grupos de deputados apresentam médias muito próximas, com desvios padrão elevados.

**GRÁFICO 15 - Estatísticas descritivas - Cargos em órgãos nacionais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**GRÁFICO 16 - Estatísticas descritivas - Cargos em órgãos nacionais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

*Variável desagregada*



**TABELA 25 - Estatísticas descritivas - Cargos em órgãos nacionais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Nº Perguntas e Requerimentos	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Cargo em órgãos nacionais (agregados)</b>						
Não exerceu nenhum	68	1605	4	405	0	60,7
Qualquer cargo	90	2050	4,5	397	0	53,2
<b>Cargo em órgãos nacionais (desagregados)</b>						
Não exerceu nenhum	68	1605	4	405	0	60,7
Presidente	25	503	7	151	0	32,8
Vice-presidente	8	211	8,5	153	0	51,8
Membro de direção, secretariado, comitê...	56	1336	4	397	0	61,3
Fundador do partido	1	0	0	0	0	-

Como se pode observar na Tabela 26, com a variável “cargos em órgãos nacionais do partido” agregada, o teste revela uma média de ordenação de 77,8 para os deputados deste grupo, e de 81,7 para os deputados que não exerceram nenhum cargo de elite. Tendo em conta o nível de significância do teste (0,590) pode afirmar-se que não existem diferenças entre estes dois grupos.

**TABELA 26 - Cargos em órgãos nacionais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Todos os cargos de elite em órgãos nacionais do partido agregados	Não exerceu nenhum	68	81,7	0,590
	Qualquer cargo	90	77,8	
Total		158		

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

Como de verifica-se na Tabela 27, testou-se a variável “cargos em órgãos nacionais do partido” desagregada em quatro cargos políticos. O cargo de presidente, que conta com 25 deputados; o de vice-presidente, com 8; o de membro de direção, comitê, secretariado, ou similar, com 56; e o de Fundador do Partido, com 1 deputado. À semelhança do teste anterior, também aqui as médias de ordenação estão muito próximas, entre 75,6 e 83,5 para três grupos de deputados, destacando-se apenas o único deputado “Fundador do Partido”, com uma média de ordenação (17) muito abaixo da média dos outros grupos. Atendendo ao nível de significância do teste, pode afirmar-se que não existem diferenças significativas entre os grupos.

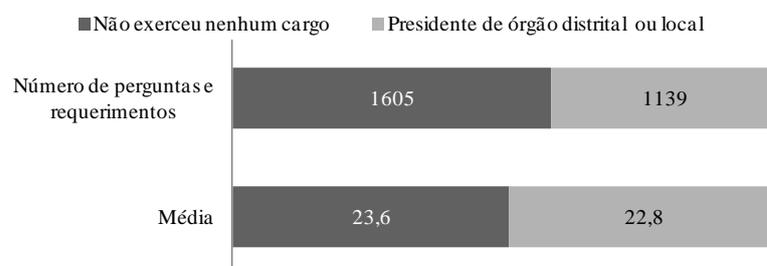
**TABELA 27 - Cargo elite Órgãos Nacionais do Partido**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Cargo de elite em órgãos nacionais do partido	Não exerceu	68	81,7	0,610
	Cargo presidente	25	83,5	
	Cargo vice-presidente	8	82,7	
	Membro direção, comitê, secretariado ou similar	56	75,6	
	Fundador do partido	1	17	
Total		158		

**Teste Kruskal Wallis:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

A seguir apresenta-se a variável “cargo de presidente em órgãos distritais ou locais do partido” de forma agregada. Como se observa no Gráfico 17, as médias entre o grupo de deputados que exerceu o cargo de presidente e o grupo de deputados que não exerceu nenhum cargo político apresenta valores próximos. Os primeiros fizeram 1139 perguntas e requerimentos, com uma média de 22,8, e os segundos apresentaram 1605 perguntas e requerimentos, com uma média de 23,6. Na Tabela 28, verifica-se que os 50 deputados que exerceram o cargo, apresentam 1139 perguntas e requerimentos, com um desvio padrão de 31,8, sensivelmente metade do desvio padrão (60,7) que o teste revela para o outro grupo, que apresentou 1605 perguntas e requerimentos.

**GRÁFICO 17 - Estatísticas descritivas - Presidente de órgãos distritais ou locais do partido (agregada) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 28 - Estatísticas descritivas - Presidente de órgãos distritais ou locais do partido (agregada) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Nº Perguntas e Requerimentos	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Cargos órgãos distritais e locais (agregados)</b>						
Não exerceu nenhum	68	1605	4	405	0	60,7
Presidente de órgão distrital ou local (agregada)	50	1139	7,5	151	0	31,8

Ao analisarmos a Tabela 29, observamos que as médias de ordenação para os dois grupos são muito idênticas. Para os deputados que não ocuparam nenhum cargo o teste apresenta uma média de ordenação de 56,1, e para os deputados que foram presidentes de órgão locais do partido o valor de 64. Verificando-se um nível de significância do teste de 0,210, pode dizer-se que não existem diferenças entre os dois grupos analisados.

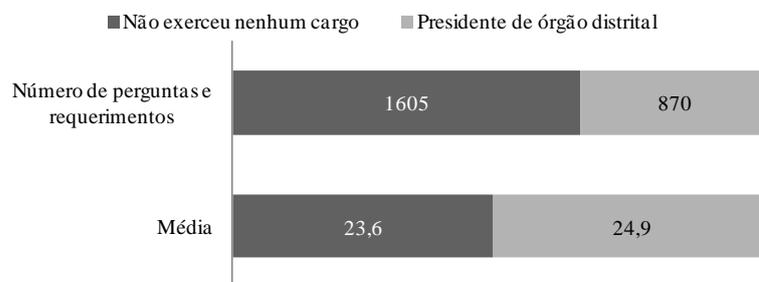
**TABELA 29 - Presidente de órgãos distritais ou locais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Cargo de presidente de órgãos distritais ou locais do partido	Não exerceu nenhum	68	56,1	0,210
	Qualquer cargo	50	64	
	Total	118		

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

Como se comprova no Gráfico 18, os deputados que desempenharam funções de “presidente em órgãos distritais ou locais do partido” fizeram 870 perguntas e requerimentos, a uma média de 24,9. O grupo de deputados que não exerceu nenhum cargo de elite efetuou 1605 perguntas e requerimentos a uma média de 23,6 por deputado. Os resultados da Tabela 30, demonstram um desvio padrão de 35,9 para os 35 deputados que exerceram cargos distritais, e um desvio padrão de 60,7 para os 68 que não exerceram nenhum cargo.

**GRÁFICO 18 - Estatísticas descritivas - Presidente de órgãos distritais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 30 - Estatísticas descritivas - Presidente de órgãos distritais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

Cargos órgãos distritais do partido		N	Nº Perguntas e Requerimentos	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
Não exerceu nenhum	68	1605	4	405	0	60,7	
Presidente órgãos distritais	35	870	8	151	0	35,9	

Realizado o teste com a variável “cargo de presidente de órgãos distritais do partido”, verifica-se, na Tabela 31, que a média de ordenação para os dois grupos é muito similar e que o nível de significância do teste (0,388) nos indica que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dos grupos.

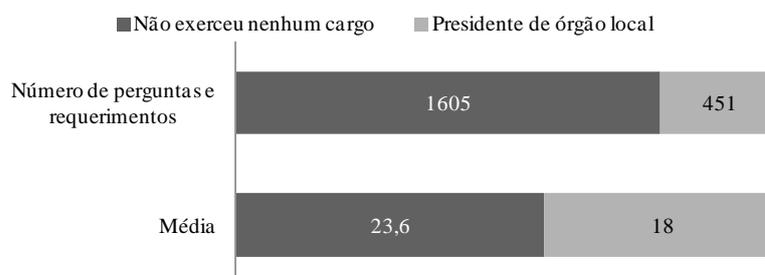
**TABELA 31 - Presidente de órgãos distritais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Cargo de presidente de órgãos distritais do partido	Não	68	50,2	0,388
	Sim	35	55,5	
	Total	103		

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

A variável “cargo de presidente em órgãos locais do partido” é a última deste conjunto de cargos políticos de elite a ser estudada. Como se observa no Gráfico 19, os 18 deputados que exerceram cargos políticos em órgãos locais do partido fizeram 451 perguntas e requerimentos, a uma média de 18 por deputado. Os deputados que não exerceram nenhum cargo apresentaram 1605 a uma média de 23,6. Na Tabela 31(a), verifica-se que o primeiro grupo é o que apresenta um desvio padrão mais baixo (21,9), e que o outro grupo apresenta um desvio padrão de 60,7.

**GRÁFICO 19 - Estatísticas descritivas - Presidente de órgãos locais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 31 (a) - Estatísticas descritivas - Presidente de órgãos locais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Nº Perguntas e Requerimentos	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Cargos órgãos locais do partido</b>						
Não exerceu nenhum	68	1605	4	405	0	60,7
Presidente de órgão local	25	451	7	87	0	21,9

Na Tabela 32, o nível de significância (0,237) demonstra que não existem diferenças estatísticas significativas entre os dois grupos. Para os deputados que não exerceram nenhum cargo o teste revela uma média de ordenação de 45, ligeiramente abaixo da média de ordenação (52,4) para o grupo de deputados que desempenhou funções de presidente de órgãos locais do partido.

**TABELA 32 - Presidente de órgãos locais do partido e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Cargo de presidente de órgãos locais do partido	Não	68	45	0,237
	Sim	25	52,4	
	Total	93		

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*= $<0,001$ ; \*\*= $<0,01$  e \*= $<0,05$

Os testes onde se analisaram os cargos políticos de elite traduzem diferenças estatisticamente significativas para o “cargo de elite em anteriores governos”, podendo concluir-se que esta variável influencia, significativamente, o comportamento mais ou menos vocacionado para o trabalho de círculo dos deputados portugueses. Contudo, importa salientar que não se trata de uma conclusão que possa ser generalizada aos dois cargos analisados. Apenas os deputados que desempenharam funções de Ministro fizeram menos trabalho de círculo do que aqueles que nunca exerceram qualquer cargo político de elite, mesmo do que os deputados que foram Secretários de Estado.

Ainda assim, uma análise atenta aos resultados dos testes permite concluir, na linha do que defende (Russo, 2011: 294-295), que, do ponto de vista do trabalho de círculo

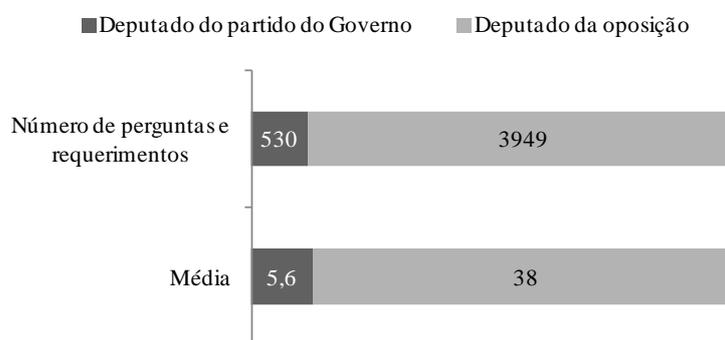
individual e absoluto, são os deputados que ocuparam cargos políticos de menor importância que revelam maior apetência para fazer trabalho de círculo, um facto que se vai desvanecendo consoante vai aumentando a importância do cargo político desempenhado.

**H2:** *Os deputados de partidos que estão no governo fazem menos trabalho de círculo do que os restantes.*

Quando avaliamos se a forma de atuar dos deputados depende da posição do seu partido no parlamento a literatura divide-se. Uns demonstram que aos governantes e aos deputados do seu partido interessará governar, isto é, as suas preocupações serão de âmbito nacional, e que os outros, os deputados da oposição, estarão mais abertos e interessados em resolver os problemas particulares ou coletivos do seu círculo eleitoral (Brouard, 2013). Outros demonstram que os deputados do partido do governo fazem mais trabalho de círculo do que os da oposição (Martin, 2011).

Como se observa no Gráfico 20, os deputados dos partidos da oposição efetuaram 3949 perguntas e requerimentos com tema de círculo, quase oito vezes mais do que os deputados do partido do Governo, que efetuaram 530. Em termos médios os resultados são muito idênticos aos anteriores, com os 94 deputados do partido Governo a revelarem uma média de 5,6 perguntas e requerimentos por deputado, contra os 38 de média dos 104 deputados da oposição. Contudo, como se verifica na Tabela 33, o desvio padrão apresenta um valor elevado para o grupo dos deputados da oposição, que traduz uma grande dispersão das perguntas e requerimentos à volta da média. Trata-se de um resultado que é, em grande medida, influenciado pelos deputados que fizeram 405 perguntas e requerimentos (ver máximos), e pelos deputados que não fizeram nenhuma (ver mínimos). No caso dos deputados do partido do Governo as conclusões são um pouco diferentes, com o desvio padrão a refletir maior homogeneidade dentro do grupo.

**GRÁFICO 20 - Estatísticas descritivas - Partido do Governo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 33 - Estatísticas descritivas - Partido do Governo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
Oposição	104	18	405	0	63,3
Partido do Governo	94	2	43	0	8,9

Na Hipótese 2 sugere-se que o facto de os deputados serem, ou não, dos partidos que estão no governo, dita que o enfoque do seu trabalho possa ser mais ou menos direccionado para o seu círculo eleitoral.

Da mera observação da Tabela 34, verifica-se que a média de ordenação do grupo dos deputados da oposição é de 122,44, um valor bastante superior à do grupo dos deputados do partido do Governo, que apresenta 74,12. Atendendo ao alto nível de significância do teste realizado, pode concluir-se existirem evidências estatísticas, a um nível de significância de 1%, que apontam para diferenças entre os grupos analisados.

Como se disse acima, tanto os deputados do partido do Governo como os deputados da oposição fazem trabalho de círculo, o que varia é o seu grau. Tendo em conta os resultados apurados, pode concluir-se que, de facto, os deputados do partido do governo fizeram menos trabalho de círculo do que os restantes deputados. Logo, a posição do partido no parlamento parece influenciar a direcção nacional-local da atividade dos seus deputados.

**TABELA 34 - Partido do governo e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Partido do Governo	Não	104	0,000***
	Sim	94	
	Total	198	

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*= $<0,001$ ; \*\*= $<0,01$  e \*= $<0,05$

**H3:** *Os deputados que representam partidos ideologicamente de direita no espectro político português fazem mais trabalho de círculo do que os restantes.*

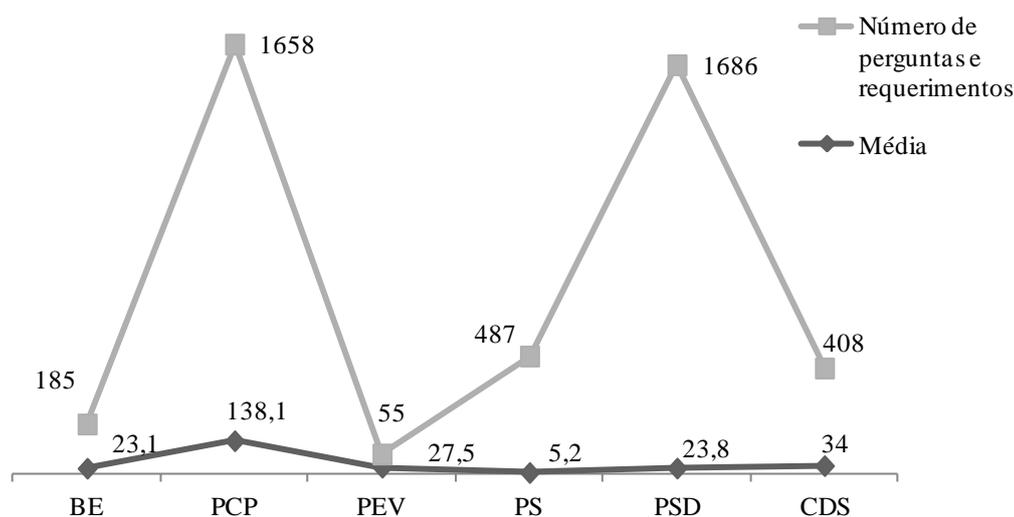
Quando pesquisamos sobre influência do fator ideologia política na orientação nacional-local da atividade dos deputados a literatura aponta dois caminhos. De um lado estão os que defendem que os partidos de esquerda, por serem mais sensíveis às questões sociais, fazem mais trabalho de círculo. Do outro os que alegam que os partidos de direita são mais sensíveis às reclamações dos constituintes.

De acordo com o Gráfico 21, na X legislatura os deputados portugueses que fizeram a maior quantidade de trabalho de círculo foram os do PSD e do PCP, com 1686 e 1658 perguntas e requerimentos apresentados, respetivamente. O PS, que era o partido do governo na época, apresentou 487, o CDS 408, o BE 185 e o PEV 55. Numa primeira leitura dos dados, tendo em conta o número de deputados é muito diferente entre bancadas parlamentares (ver tabela 27), percebe-se que não existe relação direta entre o número de perguntas e requerimentos apresentados e o número de deputados dessa bancada parlamentar. Se o PSD, por exemplo, é o partido que apresenta um maior número de perguntas e requerimentos e é, simultaneamente, o segundo grupo que tem mais deputados em análise (71), o PCP, por seu lado, com apenas 12 deputados fez igual número de

perguntas e requerimentos. Outro exemplo que pode ser apontado é o que compara o PS e o CDS. Os deputados socialistas, que constituem o maior grupo em análise, com 93 deputados, fizeram sensivelmente o mesmo número de perguntas e requerimentos que os 12 deputados do CDS.

Como demonstra o Gráfico 13, tendo em conta a análise da média dos seis partidos, o PCP é o que apresenta a média mais elevada (138,1) de perguntas e requerimentos apresentados, seguido do CDS, a uma larga distância, com 34. Segue-se um grupo de três partidos cujas médias estão muito próximas: os dois deputados do PEV apresentaram, em média, 27,5 perguntas e requerimentos, os do PSD 23,8, e os do BE 23,1. A média mais baixa (5,2) pertence aos 93 deputados do PS. Contudo, na linha dos testes anteriores, também aqui o desvio padrão sinaliza uma dispersão acentuada da quantidade de perguntas em alguns grupos. Como se verifica na Tabela 35, o grupo de deputados do PCP apresenta um desvio padrão de 148, que demonstra que os comunistas são o grupo mais heterogéneo. No sentido inverso, o desvio padrão para os grupos de deputados do PS (8) e do PEV (9,2) indica que os dois são os mais homogéneos de todos, isto é, são aqueles em que a média mais se aproxima da realidade.

**GRÁFICO 21 - Estatísticas descritivas - Posicionamento ideológico dos partidos na escala esquerda/direita e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 35 - Estatísticas descritivas - Posicionamento ideológico dos partidos na escala esquerda/direita e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
BE	8	21	62	3	19,3
PCP	12	60	405	1	148
PEV	2	27,5	34	21	9,2
PS	93	2	41	0	8
PSD	71	9	153	0	33,6
CDS	12	33,5	83	2	25,9

Referiu-se no Capítulo 4 que, com base nos dados do projeto CEAPP 2001-2005 situámos os seis partidos numa escala esquerda/direita, onde 0 significa totalmente à esquerda e 10 totalmente à direita. Assim, como se demonstra na Tabela 36, o BE é o partido mais à esquerda em Portugal, estando situado na posição 1,72. Seguem-se o PCP e o PEV, na posição 2,15, o PS, na posição 4,71, o PSD na posição 6,96 e, o CDS, que é o partido mais à direita, situando-se na posição 7,26. O PCP é o partido cuja média de ordenação apresenta o valor mais elevado (168,8), seguido de perto pelo PEV (154), CDS (143) e BE (135,5). O valor da média de ordenação para o PSD é de 109,5. O PS é o partido cujo valor de ordenação é o mais baixo (73,1).

Na Hipótese 3 sugere-se que os partidos ideologicamente à direita do espectro político português fazem mais trabalho de círculo do que os restantes partidos. Realizado o teste, as evidências estatísticas permitem-nos concluir, a um nível de significância de 1%, que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados. Dito de maneira diferente, e contrariamente ao que se presumia nesta hipótese, é o PCP e o PEV, partidos de esquerda, que fazem mais trabalho de círculo. Consultando a Tabela 38 de forma pormenorizada, percebemos que são os partidos mais pequenos que fazem mais trabalho de círculo, independentemente da sua posição na escala esquerda/direita. O CDS, por exemplo, que é o partido mais à direita e um dos terceiros mais pequenos nesta Legislatura, é o terceiro partido que mais trabalho de círculo faz. O BE, que é o partido mais à esquerda e o segundo mais pequeno dos seis partidos em análise, também é dos que faz mais trabalho de círculo.

Tendo-se verificado que, tanto à esquerda (PCP, PEV e BE) como à direita (CDS) do espectro político português os deputados valorizam o trabalho de círculo, não pode afirmar-se que a ideologia é um fator que influencia a orientação nacional-local dos deputados.

**TABELA 38 - Posicionamento ideológico dos partidos (escala esquerda/direita)**

	Pos. Escala Esq/Dta (*)	N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Posicionamento ideológico dos partidos: escla esquerda/direita	BE	8	135,2	0,000***
	PCP	12	168,8	
	PEV	2	154	
	PS	93	73,1	
	PSD	71	109,5	
	CDS-PP	12	143	
	Total	198		

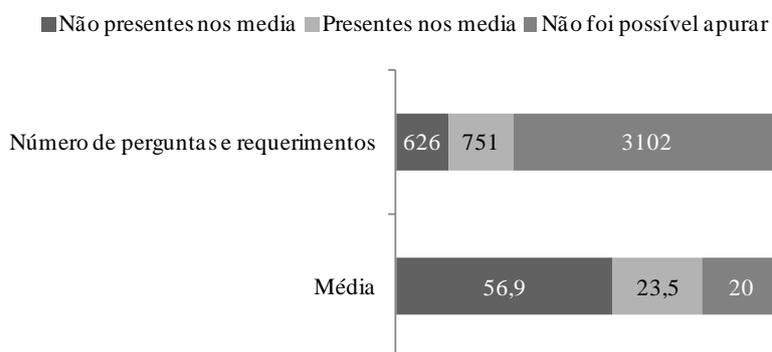
**Teste Kruskal Wallis:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

(\*) Fonte AECPP 2005

**H4:** *Os deputados que apresentam mais requerimentos e perguntas com temas de círculo são aqueles que têm menos ‘tempo de antena’ nos órgãos de informação locais, regionais ou nacionais.*

Como demonstra a Tabela 39, 32 deputados da X Legislatura confirmaram ter presença regular nos media locais, regionais ou nacionais, 11 confirmam não ter ligações aos media e 155 deputados “não foi possível apurar” a sua situação. Os presentes nos media, como se verifica no Gráfico 22, apresentaram 751 perguntas e requerimentos a uma média de 23,5 por deputado. Os que confirmaram a sua ausência fizeram 626 a uma média de 56,9 por deputado. Os restantes fizeram 3102 a uma média de 20. Dos três grupos analisados, o grupo com “presença confirmada nos media” é o que apresenta o desvio padrão mais baixo (33,6). Para os outros dois grupos, o teste revela um desvio padrão de 79,4, para os “não presentes nos media”, e de 51,8, para os “não foi possível apurar”.

**GRÁFICO 22 - Estatísticas descritivas - Presença nos órgãos de informação locais, regionais ou nacionais e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 39 - Estatísticas descritivas - Presença nos órgãos de informação locais, regionais ou nacionais e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
Não presentes nos media	11	38	284	1	79,4
Presentes nos media	32	12,5	151	0	33,6
Não foi possível apurar	155	4	405	0	51,8

A Hipótese 4 sugere que a presença dos deputados nos media influencia a orientação nacional-local da sua atividade. De forma sucinta, em H4 sugere-se que os deputados que não dispõem de ‘tempo de antena’ nos órgãos de informação locais, regionais, ou nacionais, são aqueles que fazem mais trabalho de círculo.

Como se demonstra na Tabela 40, utilizou-se a variável com os três grupos. Para os deputados que confirmaram a sua ausência dos órgãos de informação o teste apresenta a média de ordenação (148) mais elevada. Os deputados com presença confirmada têm uma média de ordenação de 110,9, e os restantes deputados 93,7. Se analisarmos a significância do teste, verificamos existirem evidências estatisticamente significativas que nos permitem concluir, a um nível de significância de 1%, que, no total da X Legislatura existem diferenças entre os grupos analisados, com o grupo dos não presentes nos media a revelar mais trabalho de círculo desenvolvido do que os restantes.

**TABELA 40 - Presença nos media (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Presença nos órgãos de informação locais, Regionais ou nacionais	Não	11	148	0,004***
	Sim	32	110,9	
	Não foi possível apurar	155	93,7	
Total		198		

**Teste Kruskal Wallis:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

Contudo, embora existam diferenças significativas, estes resultados podem estar condicionados por termos incluído o grupo “não foi possível apurar” nos testes. Nesse sentido, tornou-se necessário repetir os testes, desta vez sem esse grupo.

Como se verifica na Tabela 41, podemos concluir existem evidências estatísticas, a um nível de significância de 5%, que existem diferenças entre os dois grupos analisados. Tendo em conta os resultados apresentados, e verificando-se estas diferenças significativas, pode argumentar-se que os deputados que não estão presentes regularmente nos media fazem mais trabalho de círculo dos que os restantes deputados que têm presença assegurada nos órgãos de informação locais, regionais ou nacionais, confirmando-se o pressuposto que sustentou esta hipótese.

**TABELA 41 - Presença nos media (2 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Presença nos órgãos de informação locais, regionais ou nacionais	Não	11	28,9	0,035*
	Sim	32	19,6	
Total		43		

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

**H5:** *Os deputados com fortes ligações ao seu círculo eleitoral fazem mais trabalho de círculo do que aqueles que ali caem de “para-quebras”.*

Os deputados podem não ter todos o mesmo vínculo com o círculo eleitoral que os elegeu. Uns são naturais desse círculo, outros são ali colocados nas listas pelo partido ou pelo seu líder. Deste ponto de vista, as ligações dos deputados ao seu círculo eleitoral podem influenciar a orientação nacional/local da sua atividade.

Para testarmos esta hipótese, considerou-se que a naturalidade dos deputados; o fato deles terem sido eleitos sempre pelo mesmo círculo; e o número de círculos eleitorais pelos quais os deputados já foram eleitos, nos permitem medir o grau de ligação dos deputados ao seu círculo eleitoral. Assim, subdividiu-se H5 em três novas hipóteses e testou-se a associação entre as variáveis que podem refletir as ligações dos deputados ao seu círculo eleitoral e o grau de trabalho de círculo que eles fazem.

**H5a:** *Os deputados da naturalidade do círculo eleitoral por onde foram eleitos fizeram mais trabalho de círculo do que os restantes.*

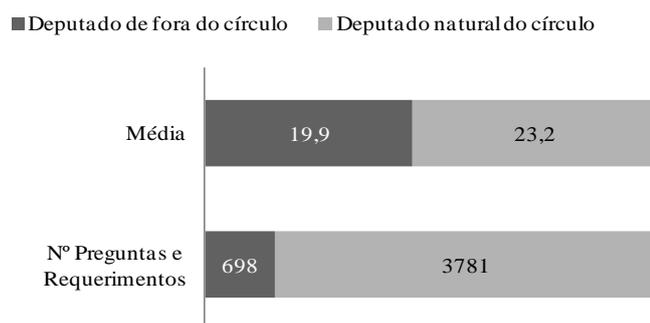
**H5b:** *Os deputados eleitos sempre pelo mesmo círculo eleitoral fizeram mais trabalho de círculo do que os restantes.*

**H5c:** *Os deputados já eleitos por diversos círculos eleitorais fizeram menos trabalho de círculo do que os deputados eleitos regularmente pelo mesmo círculo*

Como se verifica na Tabela 42, dos 198 deputados em análise 163 foram eleitos por círculos eleitorais de onde são naturais e 35 por círculos de onde não são naturais. Observando o Gráfico 23, os deputados naturais do círculo fizeram 3781 perguntas e requerimentos, a uma média de 23,2 por deputado, e os não naturais apresentaram 698 perguntas e requerimentos a uma média de 19,9 por deputado. O desvio padrão para os naturais revela heterogeneidade dentro de cada grupo. O desvio padrão para os deputados naturais do círculo é de 47,4, e para os não naturais do círculo de 69. A mediana para os dois

grupos revela grandes diferenças. Para os 35 deputados não naturais a mediana é de 1, ou seja, metade destes deputados fizeram uma ou menos perguntas e requerimentos. Para os deputados naturais esta média sobe para 7, isto é, metade dos 163 deputados deste grupo fez sete ou menos perguntas e requerimentos na Legislatura.

**GRÁFICO 23 - Estatísticas descritivas - Naturalidade e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 42 - Estatísticas descritivas - Naturalidade e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Naturalidade do deputado</b>					
Deputado de fora do círculo	35	1	397	0	69
Deputado natural do círculo	163	7	404	0	47,4

Como se observa na Tabela 43, o teste resultou em médias de ordenação diferentes para os dois grupos. Para os deputados naturais do círculo a média de ordenação é de 106, e para os não naturais do círculo a média de ordenação é 68,8. Quando testamos o impacto da variável “naturalidade do círculo” no trabalho de círculo dos deputados portugueses, verificamos existirem evidências estatísticas significativas, a um nível de significância de 1%, de que existem diferenças entre os grupos analisados.

Como analisado no Capítulo 3, uma parte da literatura aponta que a naturalidade não influencia a orientação nacional-local dos deputados (Norris, 1997). Contudo, tendo em conta os resultados da Tabela 43, constata-se, na linha do que defende Russo (2011) para o caso italiano, que, em Portugal a naturalidade influencia a atividade dos deputados,

podendo afirmar-se que os deputados da naturalidade do círculo eleitoral por onde foram eleitos fazem mais trabalho de círculo dos que os restantes.

**TABELA 43 - Naturalidade e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Deputado da naturalidade do Círculo eleitoral pelo qual foi eleito	Não	35	68,8	0,000***
	Sim	163	106	
	Total	198		

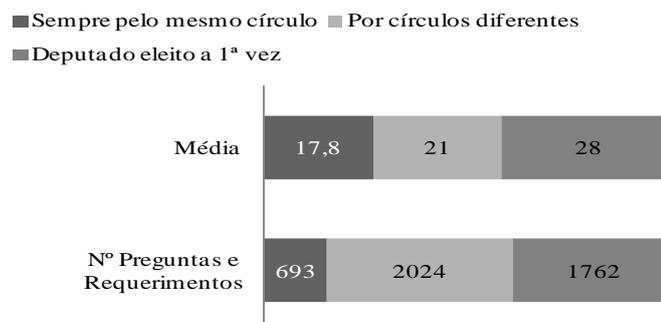
**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*= $<0,001$ ; \*\*= $<0,01$  e \*= $<0,05$

O pressuposto que norteou a hipótese H5b foi o de que os deputados eleitos sempre pelo mesmo círculo são aqueles que têm vínculos fortes com essa circunscrição.

Na Tabela 44, verifica-se que 96 deputados da X Legislatura foram eleitos sempre pelo mesmo círculo eleitoral, 39 deputados por círculos diferentes e 63 deputados foram eleitos pela primeira vez. Como se observa no Gráfico 24, os deputados eleitos sempre pelo mesmo círculo apresentaram 2024 perguntas e requerimentos a uma média de 21 por deputado. Os deputados eleitos por círculos diferentes apresentaram 693 perguntas e requerimentos a uma média de 17,8 por deputado. Os deputados eleitos pela primeira vez apresentaram 1762 perguntas e requerimentos a uma média de 28 por deputado.

Como se demonstra na Tabela 44, o desvio padrão é elevado para os três grupos, contudo os valores da mediana apontam diferenças significativas entre os deputados eleitos por círculos diferentes, onde metade dos deputados apresentou, no máximo, uma pergunta ou requerimento, e os outros dois grupos, onde esse número sobre para sete.

**GRÁFICO 24 - Estatísticas descritivas - Eleito sempre pelo mesmo Círculo Eleitoral (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 44 - Estatísticas descritivas - Eleito sempre pelo mesmo Círculo Eleitoral (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Deputado eleito sempre pelo mesmo Círculo</b>					
Por círculos diferentes	39	1	397	0	64,6
Sempre pelo mesmo círculo	96	7	405	0	46,1
Eleito pela 1ª vez	63	7	284	0	51,2

Como se verifica na Tabela 45, o teste demonstra uma média de ordenação para os deputados eleitos por círculos diferentes de 67,3, a mais baixa dos três grupos, quando comparada com as médias de ordenação dos deputados eleitos sempre pelo mesmo círculo (103,8) e dos deputados eleitos pela primeira vez (112,9). Quando se analisa o nível de significância do teste conclui-se existirem evidências estatísticas que comprovam a existência de diferenças entre os grupos analisados. Contudo, embora existam estas diferenças significativas, estes resultados podem estar condicionados por termos incluído o grupo “eleitos pela 1ª vez” no nosso teste, uma vez que é este grupo que evidencia, de facto, uma maior apetência para desenvolver trabalho de círculo.

Esta conclusão, aliás, reforça o que se defendeu em H1c, onde se demonstrou que, relativamente à antiguidade, são os deputados juniores que “têm uma propensão significativamente mais elevada para desenvolver trabalho de círculo do que os de gerações mais velhas” (Norris, 1997:44). Nesse sentido, tornou-se necessário repetir os testes, desta vez sem esse grupo.

**TABELA 45 - Eleito sempre pelo mesmo círculo (3 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Deputado eleito Sempre pelo mesmo Círculo eleitoral	Não	39	67,3	0,000***
	Sim	96	103,8	
	Eleito a 1ª vez	63	112,9	
Total		198		

**Teste Kruskal Wallis** : Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

Retirado da nossa análise o grupo “eleitos pela primeira vez”, verifica-se, na Tabela 46, que a média de ordenação (75) dos deputados eleitos sempre pelo mesmo círculo é

superior à média de ordenação do grupo de deputados que já foram eleitos em mais do que um círculo eleitoral. Como revela o alto nível de significância do teste, trata-se de uma diferença entre os dois grupos que nos permite concluir que os deputados eleitos sempre pelo mesmo círculo eleitoral fazem mais trabalho de círculo dos que os restantes, confirmando-se a ideia de que os deputados eleitos sempre pelo mesmo círculo são aqueles que têm vínculos fortes com essa circunscrição.

**TABELA 46 - Eleito sempre pelo mesmo círculo (2 grupos) e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Deputado eleito sempre pelo mesmo Círculo eleitoral	Não	39	50,8	0,001***
	Sim	96	75	
	Total	135		

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*= $<0,001$ ; \*\*= $<0,01$  e \*= $<0,05$

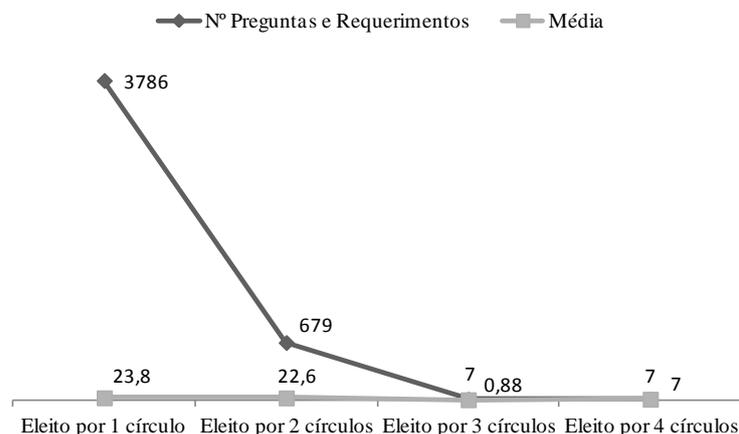
Como se confirma no teste anterior, os deputados eleitos sempre pelo mesmo círculo fazem mais trabalho de círculo do que os que os deputados eleitos por diferentes círculos. Importa, assim, perceber se existe associação entre o número de círculos eleitorais pelos quais os deputados foram eleitos e o número de perguntas e requerimentos que os deputados apresentam.

Como se demonstra na Tabela 47, existem deputados que foram eleitos entre um e cinco círculos eleitorais: 159 deputados foram eleitos por um círculo; 30 foram eleitos por dois círculos; oito foram eleitos por três círculos; e um foi eleito por quatro círculos. Analisando o Gráfico 25, os deputados eleitos por um círculo apresentaram 3786 perguntas e requerimentos, a uma média de 23,8 perguntas e requerimentos por deputado. Os deputados eleitos por dois círculos apresentaram 679 a uma média de 22,6, os deputados eleitos por três círculos apresentaram sete a uma média de 0,88, e o deputado eleito por quatro círculos eleitorais apresentou sete perguntas e requerimentos.

Na Tabela 47, verificam-se elevados desvio padrão para os dois primeiros grupos (48,1 para os deputados eleitos por um círculo e 73,2 para os deputados eleitos por dois círculos), e um desvio padrão inferior a um (0,88) para os deputados eleitos por três círculos. De acordo com a curva do Gráfico 25, parece existir uma tendência de diminuição

do trabalho de círculo à medida que aumentam o número de círculos eleitorais pelos quais o deputado já foi eleito.

**GRÁFICO 25 - Estatísticas descritivas - Número de círculos eleitorais pelos quais o deputado já foi eleito e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 47 - Número de círculos eleitorais pelos quais o deputado já foi eleito e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Número de Círculos p/ quais deputado foi eleito</b>					
1	159	7	405	0	48,1
2	30	0,5	397	0	73,2
3	8	0,5	2	0	0,99
4	1	7	7	7	-

Como se verifica na Tabela 48, a média de ordenação para os quatro grupos vai diminuindo à medida em que aumentam o número de círculos eleitorais pelos quais o deputado já foi eleito. O teste realizado apresenta um nível de significância elevado e permite-nos concluir que os deputados já eleitos por diversos círculos eleitorais fizeram menos trabalho de círculo do que os restantes. Mas mais ainda, de acordo com estas evidências, pode concluir-se que, à medida que aumenta o número de círculos pelos quais o deputado já foi eleito, menos trabalho de círculo estes fazem.

**TABELA 48 - Número de círculos eleitorais pelos quais o deputado já foi eleito e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
	1	159	107,4	
Número de Círculos eleitorais pelos quais o deputado já foi eleito	2	30	72,7	0,000***
	3	8	41,8	
	4	1	109,5	
		198		

**Nota:** Os níveis de Significância são: \*\*\*= $<0,001$ ; \*\*= $<0,01$  e \*= $<0,05$

**H6:** *Os deputados que exerceram cargos autárquicos no passado fizeram mais trabalho de círculo do que os que nunca tiveram essa experiência.*

Como se referiu no Capítulo 3, uma parte significativa dos deputados já passou por experiências autárquicas anteriores. Tendo em conta que estes deputados têm objetivos interesses e valores pessoais, admite-se que estes deputados possam ter adquirido valores da sociedade local que representou, e que, por isso, possam estar mais atentos e sensíveis às questões locais.

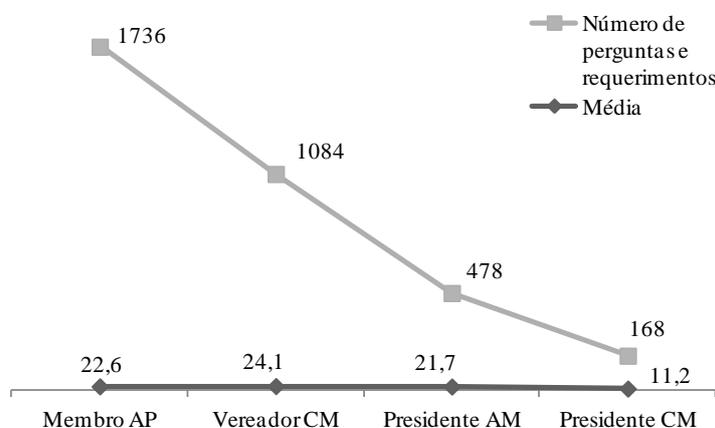
O que se pretende com esta hipótese é perceber se essa experiência autárquica de contacto direto com as questões locais, de alguma maneira, influencia a sua atividade enquanto parlamentares. Por outras palavras, pretende apurar-se se os deputados que já tiveram experiências autárquicas são mais motivados para fazer trabalho de círculo do que os outros.

**H6a:** *Os deputados que já tiveram uma qualquer experiência autárquica anterior fizeram mais trabalho de círculo do que os outros deputados.*

Como se observa na Tabela 49, dos 198 deputados aqui analisados, 118 desempenharam, pelo menos, um cargo autárquico antes de chegarem ao parlamento, e 80 não desempenharam nenhuma função autárquica das quatro aqui analisadas. De acordo

com o Gráfico 26, os deputados que foram membros de Assembleia Municipal apresentaram 1736 perguntas e requerimentos, os deputados que foram vereadores 1084, os deputados que foram presidentes de Assembleia Municipal 478, e os que foram presidentes de Câmara Municipal 168. Se, ao nível da quantidade absoluta das perguntas e requerimentos apresentados se verifica uma diferença substancial entre os grupos, ao nível da média de perguntas e requerimentos por deputado não parece existir a mesma relação. Os grupos dos deputados que foram membros de Assembleia Municipal (22,6), dos que foram vereadores (24,1) e dos que foram presidentes de Assembleia Municipal (21,7), apresentam médias muito parecidas. O grupo dos deputados que foram presidentes de Câmara Municipal revela uma média mais baixa (11,2). Da observação dos cargos agregados da Tabela 49, conclui-se que os desvios padrão são altos para os dois grupos: 48,3 para os deputados que não exerceram qualquer cargo, e 54 para os que desempenharam essas funções.

**GRÁFICO 26 - Estatísticas descritivas - Experiência autárquica e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 49 - Estatísticas descritivas - Experiência autárquica e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Qualquer cargo autárquico</b>					
Não exerceu	80	3,5	284	0	48,3
Exerceu	118	6,5	405	0	54

A teoria demonstra-nos que o desempenho de funções políticas autárquicas (experiência autárquica) é, atualmente, uma das fases mais importantes da carreira política que almejam chegar ao parlamento ou ao governo.

Com o primeiro teste realizado tentou-se perceber se o comportamento parlamentar, mais ou menos orientado localmente, dos deputados, estava relacionado com o facto destes terem exercido um qualquer dos quatro cargos autárquicos aqui estudados. Como se verifica na Tabela 50, apesar dos deputados com uma qualquer experiência autárquica apresentarem uma média de ordenação mais alta (103,8) do que os deputados que nunca exerceram qualquer cargo (93,2), o nível de significância do teste (0,199) não permite dizer que existem diferenças entre estes dois grupos de deputados.

Nesse sentido, como se referiu anteriormente, desmontou-se a variável “qualquer experiência autárquica” em quatro novas variáveis, diretamente relacionadas com os seguintes cargos autárquicos: presidente de Câmara Municipal; presidente da Assembleia Municipal, vereador de Câmara Municipal e Deputado de Assembleia Municipal -, que a seguir se testaram.

**TABELA 50 - Qualquer experiência autárquica e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Deputado possuidor de qualquer experiência autárquica das analisadas	Não	80	93,2	0,199
	Sim	118	103,8	
Total		198		

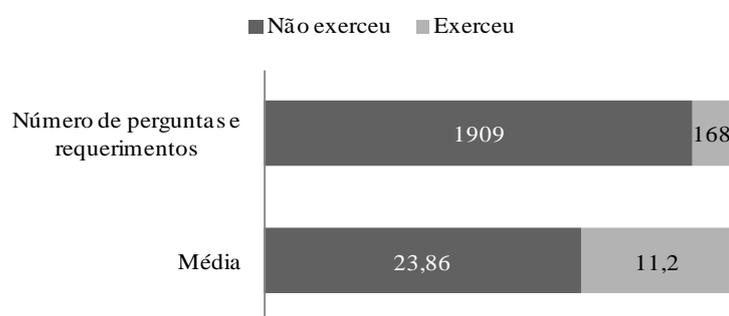
**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

**H6b:** *Os deputados que já tiveram uma experiência anterior como presidente de Câmara Municipal fizeram mais trabalho de círculo do que os outros deputados.*

Como se observa na Tabela 51, 15 deputados desempenharam o cargo de presidente de Câmara Municipal e 80 deputados nunca desempenharam qualquer cargo autárquico.

De acordo com o Gráfico 27, os 15 deputados apresentaram um total de 168 perguntas e requerimentos, a uma média de 11,2 por deputado. Os outros 80 deputados apresentaram um total de 1909 perguntas e requerimentos, a uma média de 23,86 por deputado. Os dois grupos apresentam uma mediana muito próxima e desvios padrão muito diferentes. Para o grupo dos que exerceram o cargo a mediana é 3 e o desvio padrão 17,3. Para o grupo dos deputados que nunca exerceram qualquer cargo a mediana é 3,5 e o desvio padrão 48,3, sendo, por isso, o grupo mais heterogêneo.

**GRÁFICO 27 - Estatísticas descritivas - Experiência como Presidente de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 51 - Estatísticas descritivas - Experiência como Presidente de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Presidente Câ. Mun.</b>					
Não exerceu	80	3,5	284	0	48,3
Exerceu	15	3	65	0	17,3

Como se observa na Tabela 52, o grupo dos deputados que exerceram o cargo de presidente de Câmara Municipal é o que apresenta a média de ordenação mais baixa (47,5). Contudo, este valor é próximo da média de ordenação (48,1) do grupo dos deputados que nunca exerceram qualquer cargo autárquico. Os dois grupos são, deste ponto de parecidos. Aliás, o baixo nível de significância do teste reflete isso mesmo, não sendo possível encontrar diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos. Tendo em conta estes resultados, pode afirmar-se que a experiência autárquica como presidente de Câmara não influencia a quantidade de trabalho de círculo que estes deputados fazem.

**TABELA 52 - Experiência como Presidente de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

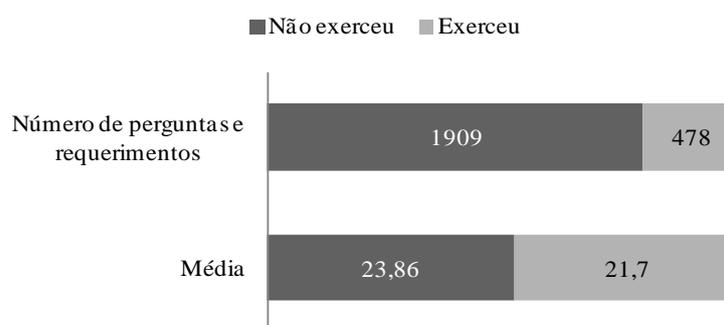
		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Deputado que já foi Presidente de Câmara Municipal	Não	80	48,1	0,934
	Sim	15	47,5	
	Total	95		

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

**H6c:** *Os deputados que já tiveram uma experiência anterior como presidente de Assembleia Municipal fizeram mais trabalho de círculo do que os outros deputados.*

A Tabela 53 mostra que 22 deputados exerceram o cargo de presidente de Assembleia Municipal, e que 80 deputados nunca exerceram qualquer cargo autárquico. Como pode observar-se no Gráfico 28, o grupo dos deputados sem experiência autárquica apresentou 1909 perguntas, a uma média de 23,86 perguntas e requerimentos por deputado. Os deputados com a experiência autárquica aqui analisada apresentaram 478 perguntas e requerimentos a uma média de 21,7 por deputado. Na Tabela 53 pode identificar-se que o grupo mais homogêneo é o dos deputados que foram presidentes de Assembleia Municipal, com um desvio padrão de 23,7 e uma mediana de 12,5. O grupo dos deputados que não exerceram qualquer cargo autárquico revela um desvio padrão relativamente à média de 48,3. Já a mediana de 3,5, indica que metade dos 80 deputados deste grupo apresentou três, ou menos, perguntas e requerimentos durante a X legislatura.

**GRÁFICO 28 - Estatísticas descritivas - Experiência como Presidente de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 53 - Estatísticas descritivas - Experiência como Presidente de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Presidente Ass. Mun.</b>					
Não exerceu	80	3,5	284	0	48,3
Exerceu	22	12,5	65	0	23,7

Como se observa na Tabela 54, o teste apresenta uma média de ordenação de 58 para o grupo dos deputados que foram presidentes de Assembleia Municipal, e uma média de ordenação de 49,7 para o grupo dos deputados que nunca exerceram qualquer cargo autárquico. Assim, analisando-se o nível de significância do teste (0,238), pode concluir-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos.

Deste ponto de vista, pode afirmar-se que a experiência dos deputados no cargo de presidente de Assembleia Municipal não influencia a orientação nacional-local da sua atividade.

**TABELA 54 - Experiência como Presidente de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Deputado que já foi Presidente de Assembleia Municipal	Não	80	49,7	0,238
	Sim	22	58	
	Total	102		

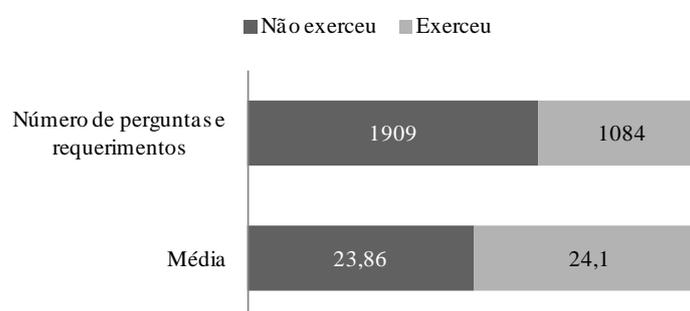
**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*= $<0,001$ ; \*\*= $<0,01$  e \*= $<0,05$

**H6d:** *Os deputados que já tiveram uma experiência anterior como vereador de Câmara Municipal fizeram mais trabalho de círculo do que os outros deputados.*

Como se confirma a Tabela 55, 45 deputados exerceram o cargo de vereação e 80 não exerceram qualquer cargo. De acordo com o Gráfico 29, os primeiros efetuaram 1084

perguntas e requerimentos a uma média de 24,2 por deputado. Os segundos fizeram 1909 a uma média de 23,86 por deputado. Ao contrário das médias, os desvios padrão dos dois grupos são bastante diferentes, embora os dois elevados. Os deputados que exerceram este cargo autárquico são os que apresentam o desvio padrão mais alto (61,8) e são o grupo mais heterogéneo. Os deputados que nunca exerceram qualquer cargo formam, também, um grupo pouco homogéneo, embora o seu desvio padrão (48,3) seja mais baixo do que o do outro grupo.

**GRÁFICO 29 - Estatísticas descritivas - Experiência como Vereador de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 55 - Estatísticas descritivas - Experiência como Vereador de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Vereador de Câmara M.</b>					
Não exerceu	80	3,5	284	0	48,3
Exerceu	45	6	405	0	61,8

Como se observa na Tabela 56, os deputados que exerceram o cargo de vereação numa Câmara Municipal apresentam uma média de ordenação de 66. Para os deputados que nunca exerceram nenhum cargo autárquico a média de ordenação é de 61,3. Tendo em conta o baixo nível de significância do teste (0,482), pode dizer-se que não existem diferenças entre os grupos. Ou seja, a experiência autárquica de desempenho de funções de vereação não parece influenciar o grau de trabalho de círculo que os deputados fazem.

**TABELA 56 - Experiência como Vereador de Câmara Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

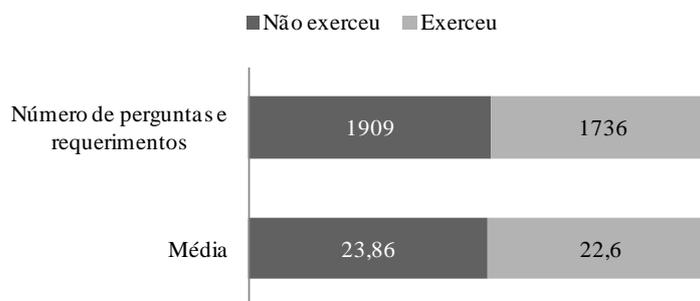
		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Deputado que já foi Vereador de Câmara Municipal	Não	80	61,3	0,482
	Sim	45	66	
	Total	125		

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

**H6e:** *Os deputados que já tiveram uma experiência anterior como membros de Assembleia Municipal fizeram mais trabalho de círculo do que os outros deputados.*

Como se observa na Tabela 57, 77 deputados tiveram experiência autárquica como membros de Assembleia Municipal e 80 não tiveram qualquer experiência autárquica. De acordo com o Gráfico 30, os deputados que tiveram esta experiência apresentaram 1736 perguntas e requerimentos, a uma média de 22,6 por deputado, e os que não tiveram nenhuma experiência apresentaram 1909 perguntas e requerimentos, a uma média de 23,86 por deputado. Tal como as médias, também os desvios padrão dos dois grupos são muito idênticos. As medianas indicam-nos que, no grupo dos deputados que exerceram o cargo, metade apresentou sete ou menos perguntas e requerimentos. Para o outro grupo a mediana indica que metade dos deputados apresentou 3,5 ou menos perguntas e requerimentos.

**GRÁFICO 30 - Estatísticas descritivas - Experiência como Membro de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**



**TABELA 57 - Estatísticas descritivas - Experiência como Membro de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

	N	Mediana	Máximo	Mínimo	Desv. Padrão
<b>Memb. Ass. Municipal</b>					
Não foi membro	80	3,5	284	0	48,3
Foi Membro	77	7	397	0	48,8

De acordo com a Tabela 58, o grupo dos deputados que exerceram o cargo de membros de Assembleia Municipal é o que apresenta a média de ordenação mais alta (85,1). No caso dos deputados que não exerceram nenhum cargo autárquico a média de ordenação é de 73,1. Como se observa um nível de significância superior a 5%, não podemos afirmar que existem diferenças entre os grupos. Logo, a experiência autárquica como membro de Assembleia Municipal não parece influenciar significativamente a orientação nacional-local da atividade dos deputados.

**TABELA 58 - Experiência como Membro de Assembleia Municipal e Número de Perguntas e Requerimentos dos deputados**

		N	Média de ordenação	Estatísticas de teste Sig.
Deputado que já foi Membro de Assembleia Municipal	Não	80	73,1	0,096
	Sim	77	85,1	
	Total	157		

**Teste U de Mann-Whitney:** Os níveis de Significância são: \*\*\*=<0,001; \*\*=<0,01 e \*=<0,05

Até aqui testou-se a associação entre estas variáveis e o grau de trabalho de círculo dos deputados. De uma forma geral, como se demonstrou nos testes de associação, o maior ou menor grau de trabalho de círculo dos deputados portugueses está associado fatores como: a *proximidade do deputado ao líder*; a situação do seu partido no parlamento, isto é, o deputado pertencer, ou não, ao *partido do Governo*; o *tipo de partido* e *tipo de organização do partido* a que pertencem os deputados; a sua *presença regular nos órgãos de informação* locais, regionais ou nacionais; e o *grau de ligação ao círculo eleitoral* por parte dos deputados.

Na análise de regressão que se apresenta a seguir testam-se as variáveis para apurar quais afetam significativamente o grau de trabalho de círculo dos deputados.

## 5.2 Análise de regressão

Como se referiu na secção anterior, os testes isolados permitiram-nos encontrar as variáveis que estão associadas ao grau de trabalho de círculo que estes fazem. Contudo, tornou-se necessário perceber qual, ou quais destas variáveis contribuem mais para explicação da variação da quantidade de trabalho de círculo. Nesse sentido, recorreu-se a uma análise de regressão cujo o modelo apresentado inclui as sete variáveis independentes.

O resumo do modelo apresentado na Tabela 59 revela um  $R^2$  ajustado, ou seja, um grau de variância explicada por estas variáveis, de 0,203. Dito de outra maneira, este modelo explica cerca de 20% das variações do trabalho dos deputados em prol do círculo eleitoral que o elegeu, com estas variáveis. Contudo, em Ciência Política o enfoque de uma análise de regressão coloca-se nas variáveis independentes que são significativas quando as controlamos por outras variáveis.

Assim, olhando para a Tabela 59, verificamos que as variáveis *deputado do partido do governo* e *posicionamento na escala esquerda/direita* apresentam um valor estatisticamente significativo (sig 0,000), e que a variável *importância do lugar na lista* se revela também, embora a um nível de significância inferior a 5% (sig 0,029), estatisticamente significativa. As restantes seis variáveis estão fora do intervalo de significância (entre 0 e 5%) aceitável.

Tendo em conta os resultados apurados, pode concluir-se que as variáveis *deputado do partido do governo*, e *posicionamento na escala esquerda/direita*, são as que mais explicam o grau de trabalho de círculo feito pelos deputados portugueses, mas não são as únicas. Embora menos, a variável *importância do lugar na lista* também ajuda a explicar esse grau de trabalho de círculo.

**TABELA 59 – Modelo da análise de regressão**

Variáveis independentes	Variável dependente = Total de requerimentos e perguntas apresentados na X Legislatura
	Modelo
Constante	-
Importância do lugar na lista em que foi eleito	-,152*
Número de legislaturas cumpridas até 2009	ns
Cargos de elite em anteriores Governos	ns
Deputado do partido do Governo	-,420***
Posicionamento na escala esquerda/direita	-,306***
Presença nos media locais, regionais ou nacionais	ns
Eleito sempre pelo mesmo círculo eleitoral	ns
R <sup>2</sup>	0,232
R <sup>2</sup> ajustado	0,203

### 5.3 Análise ao longo do tempo

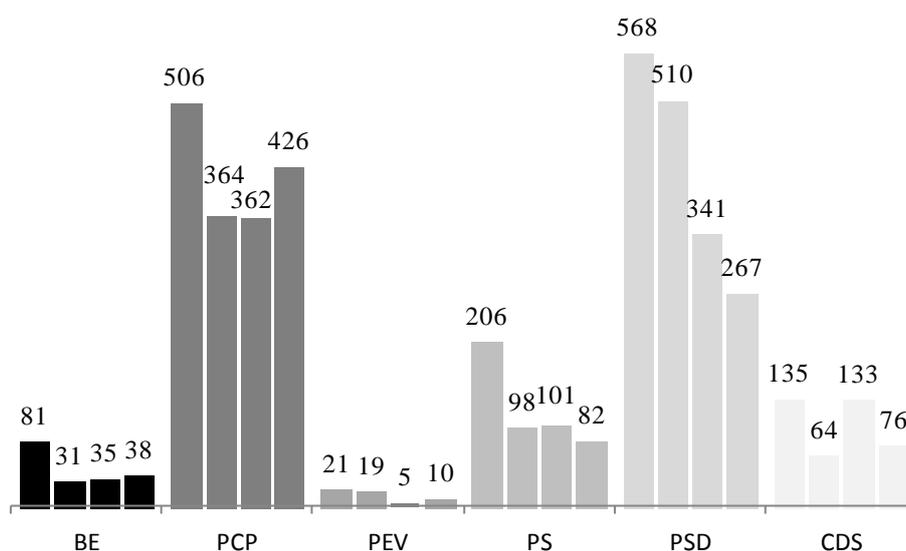
No Gráfico 31, apresenta-se o total de perguntas e requerimentos por partido e por sessão, ao longo das quatro sessões da Legislatura. O BE apresentou 81 perguntas e requerimentos na primeira sessão, 31 na segunda, 35 na terceira e 38 na quarta sessão. O PCP apresentou 506 perguntas e requerimentos na primeira sessão, nas duas sessões seguintes apresentou 364 e 362, e na última sessão apresentou 426. O PEV apresentou 21 perguntas e requerimentos na primeira sessão, 19 na segunda, cinco na terceira e 10 na quarta sessão. O PS apresentou 206 perguntas e requerimentos na primeira sessão, 98 na segunda, 101 na terceira e 82 na quarta sessão. O PSD apresentou 568 perguntas e requerimentos na primeira sessão, 510 na segunda, 341 na terceira e 267 na quarta sessão. O CDS apresentou 135 perguntas e requerimentos na primeira sessão, 64 na segunda, 133 na terceira e 76 na quarta sessão.

Como pode verificar-se, os dois maiores partidos portugueses revelam a mesma tendência ao longo do tempo. Tanto o PS como o PSD, partidos que têm alternado a governação entre si, apresentam mais perguntas e requerimentos na primeira sessão do que em qualquer uma das outras sessões. Aliás, a tendência dos dois partidos é fazer menos

perguntas e requerimentos à medida que a Legislatura vai para o fim. O Bloco de Esquerda reduziu, para menos de metade, o número de perguntas e requerimentos da primeira para a segunda sessão, e até ao fim da Legislatura não variou significativamente. Da primeira até à terceira sessão o PEV foi reduzindo o número de perguntas e requerimentos apresentados, e na última sessão voltou a aumentar esse número. O CDS tem um comportamento ondulado, ou seja, da primeira para a segunda sessão diminuiu o número de perguntas e requerimentos apresentados para metade. Da segunda para a terceira aumentou o número para o dobro, e na quarta voltou a reduzir significativamente. O PCP é um caso ímpar. Da primeira para a segunda sessão o PCP reduziu o número de perguntas e requerimentos apresentados, manteve igual número na terceira sessão, e na quarta voltou a aumentar esse número.

De forma sucinta, com o aproximar do novo ato eleitoral os deputados dos maiores partidos parecem desvalorizar este tipo de contacto com o seu eleitorado. Ao contrário, com o aproximar das eleições o PCP é o único partido que intensifica o grau de trabalho de círculo. Deste ponto de vista, não é possível descortinar qualquer tendência em nenhum dos restantes partidos.

**GRÁFICO 31 - Análise ao longo do tempo - Perguntas e requerimentos por partido ao longo das quatro sessões**



## 5.4 Notas finais

Neste capítulo efetuaram-se 25 testes de associação entre variáveis e uma análise de regressão. Dos indicadores de proximidade do deputado ao líder que foram testados, destaca-se a associação com o grau de trabalho de círculo, das variáveis: desempenho de cargos políticos de elite na bancada parlamentar, e no governo; importância do lugar na lista em que o deputado concorreu; e a sua antiguidade. A situação do partido no parlamento também revelou associação com o número de perguntas e requerimentos apresentados, assim como a presença dos deputados nos órgãos de informação local, regional ou nacional. O grau de ligação com o seu círculo eleitoral também é um fator que está associado ao grau de trabalho de círculo dos deputados.

O teste com o posicionamento dos partidos na escala esquerda/direita revelou associação com o trabalho de círculo dos deputados. Contudo, não pode justificar-se este resultado com a ideologia política, uma vez que tanto à esquerda como à direita os deputados fazem trabalho de círculo. Antes, pode argumentar-se que este resultado pode ser o reflexo do tipo de partidos e de organização dos partidos a que pertencem os deputados.

A análise de regressão permitiu-nos apurar que o grau de trabalho de círculo dos deputados portugueses é explicado pelas variáveis *deputado do partido do governo*, *posicionamento do partido na escala esquerda/direita*, e pela variável *importância do lugar do deputado na lista*.

Os partidos apresentam padrões de comportamento distintos. Os deputados do PS e do PSD aproximam-se em termos de padrão ao nível da quantidade de perguntas e requerimentos apresentados ao longo de toda a legislatura. Os deputados do PCP distinguem-se pelo comportamento em forma de U, isto é, fazem mais perguntas e requerimentos na primeira e última sessões, e menos nas segunda e terceira sessões.

## CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES

O argumento que conduziu a concretização desta investigação assenta num dilema. Por um lado, saber que, em Portugal, a forma como os deputados são seleccionados pelos partidos, a organização dos próprios partidos, e os efeitos do sistema eleitoral não fornecem, em larga medida, incentivos ao trabalho de círculo. Por outro, verificar que, para além da pouca relevância que tem sido dada ao trabalho individual dos deputados portugueses, que não é uma questão de somenos e que se procura, com esta investigação, contrariar, a literatura considera que “um número significativo de deputados encara o seu papel de representante dos interesses locais” (Leston-Bandeira, 2002: 216) e não apenas o papel constitucional que lhe está reservado. Tendo este dilema e a relação de delegação democrática de poder como pano de fundo, o que se pretendeu aqui investigar foi até que ponto os deputados portugueses fazem e valorizam o trabalho de círculo e, caso se confirmasse a este resultado, que fatores mais contribuem para ele.

Do ponto de vista absoluto, a análise sistematizada dos requerimentos e perguntas apresentados durante a X Legislatura evidencia que, dos 10742 documentos investigados e validados por este estudo, 4479 enquadram-se numa atividade parlamentar de orientação local. Ou seja, de todo o trabalho parlamentar analisado, 58,3% reflete preocupações de orientação nacional, e 41,7% reflete trabalho desenvolvido pelos deputados em prol do círculo eleitoral que os elegeram. Esta é, pois, uma evidência que sugere que os deputados portugueses valorizam o trabalho de círculo, indo de encontro à análise de Leston-Bandeira (2002). Contudo, foi necessário desmontar este resultado para perceber se esta conclusão era fruto de uma realidade transversal a todos os deputados, ou se, ao invés, a valorização do trabalho de círculo evidenciada é um padrão apenas de alguns parlamentares.

De uma forma geral, a proximidade dos deputados ao líder está associada ao grau de trabalho de círculo que estes desenvolvem. Os deputados que exerceram cargos políticos de elite na bancada parlamentar, bem como os deputados ex-ministros, fazem menos trabalho de círculo do que os outros deputados. A antiguidade do deputado no parlamento está, igualmente, associada ao grau de trabalho de círculo, ou seja, quanto mais antigo for o deputado menos trabalho de círculo ele faz. No caso dos parlamentares que foram cabeças de lista as conclusões são diferentes. Mesmo mais próximos do líder, os

cabeças de lista fazem mais trabalho de círculo do que os restantes. Contudo, são os cabeças de lista do PCP os principais *carregadores do piano*.

Ser, ou não ser do partido que está no Governo, e estar, ou não estar, presente nos media, também se associam ao grau de trabalho de círculo que os deputados fazem. Os deputados dos partidos que não estão do Governo valorizam mais o trabalho de círculo do que os deputados do partido do Governo. Os deputados que não aparecem nos media fazem mais trabalho de círculo do que os que gozam dessa visibilidade. O fator ideologia política revelou associação com o grau de trabalho de círculo dos deputados. Contudo, o facto dos dois partidos (PCP e CDS) que revelaram maior grau de trabalho de círculo se posicionarem em lugares opostos na escala esquerda/direita do espectro político português, coloca de lado essa conclusão. A associação revelada parece assim refletir a importância do tipo de partido e de organização do partido dos deputados. O grau de ligação que os deputados estabelecem com o seu círculo eleitoral está associado ao grau de trabalho de círculo que eles fazem. Deputados da naturalidade do círculo e eleitos sempre pelo mesmo círculo eleitoral fazem mais trabalho de círculo do que os outros. Por outro lado, ao aumento do número de círculos eleitorais pelos quais o deputado foi eleito corresponde a diminuição do grau de trabalho de círculo desse deputado.

Mais especificamente, o facto de os deputados não pertencerem ao partido do Governo, serem deputados eleitos como cabeças de lista, ou serem deputados de partidos mais pequenos e centralizados, explica o maior grau de trabalho de círculo que estes deputados fazem.

Na análise do grau de trabalho de círculo por partidos, ao longo das quatro sessões da Legislatura, os partidos distinguem-se. O PS e o PSD, porque revelam um grau de trabalho de círculo descendente à medida que se aproxima o próximo ato eleitoral. O PCP, porque, à saída e à entrada dos combates eleitorais é o que, no parlamento, maior grau de trabalho de círculo desenvolve. Para o CDS, o BE e o PEV não foi possível descortinar nenhum padrão.

As conclusões desta investigação contribuem, assim, para o aprofundamento do conhecimento científico existente sobre a atividade parlamentar dos deputados portugueses, ao nível do trabalho de círculo. Por um lado, porque o método aqui utilizado, de análise de perguntas e requerimentos, que é distinto do tradicional método de análise de conteúdo de entrevistas, inquéritos e questionários, adotado por grande parte da literatura,

apresenta a virtude de nos fornecer um indicador quantitativo do trabalho parlamentar dos deputados. Por outro lado, porque as conclusões aqui apresentadas, não só, confirmam que os deputados portugueses fazem trabalho de círculo, como chamam à sua atenção para futuras avaliações do trabalho dos deputados.

Tendo em conta as principais linhas que nortearam este trabalho, ele suscita, ainda, algumas questões para investigação futura. Desde logo porque, do ponto de vista comparativo se torna fundamental analisar o trabalho de círculo em Legislaturas cujas características difiram da Legislatura aqui estudada, particularmente ao nível do partido do Governo, do tipo de Governo e da própria composição das bancadas parlamentares. Depois, porque uma análise longitudinal de mais Legislaturas permitirá aferir até que ponto o papel dos deputados e dos partidos no parlamento português, muda ao longo do tempo.

## BIBLIOGRAFIA

**Altheide**, David (2000). Tracking discourse and qualitative document analysis. *Poetics*, Vol. 27, pp. 287-299

**André**, Audrey, **Bradbury**, Jonathan e **Depauw**, Sam (2014). Constituency Service in Multi-level Democracies. *Regional & Federal Studies*, Vol. 24, Nº 2, pp. 129-150

**Barreto**, António (1992). *Os Silêncios do Regime*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 161

**Belchior**, Ana, **Freire**, André (2009). Representação política em Portugal. Congruência entre deputados e eleitores em termos de preferências políticas, in Freire, André e Leite Viegas, José Manuel (2009). *Representação política: O caso português em perspetiva comparada*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 255-286

**Bradbury**, Jonathan (2007). Conclusion. *Regional and Federal Studies*, Vol. 17, Nº 1, pp. 147-158

**Bradbury**, Jonathan e **Mitchell**, James (2007). The Constituency Work of Members of the Scottish Parliament and National Assembly for Wales: Approaches, Relationships and Rules. *Regional and Federal Studies*, Vol. 17, Nº 1, pp. 117-145

**Braga da Cruz**, Manuel (1988). Sobre o Parlamento Português: partidarização parlamentar ou parlamentarização partidária. *Análise Social*, Vol. XXIV, Nº1, pp.97-125

**Brians**, Craig Leonard, **Willnat**, Lars, **Manheim**, Jarol, & **Rich**, Richard (2010). *Empirical Political Analysis, 8th Edition*. Prentice Hall, pp. 75-87

**Brouard**, Sylvain , **Costa**, Olivier, **Kerrouche**, Eric & **Schnatterer**, Tinette (2013). Why do French MPs Focus More on Constituency Work than on Parliamentary Work?. *Journal of Legislative Studies*, Vol. 19, Nº 2, pp. 141-159

**Burke**, Edmund (1770). Thoughts on the Cause of the Present Discontents, in Canavan, Francis, eds. (1999). *Select Works of Edmund Burke*, Liberty Fund, Indianápolis, Vol. 1

**Burke**, Edmund (1774). Speech to the Electors of Bristol, in Canavan, Francis, eds. (1999). *Select Works of Edmund Burke*, Liberty Fund, Indianápolis, Vol. 4

**Cain**, Bruce, **Ferejohn**, John e **Fiorina**, Morris (1984). The Constituency Service Basis of the Personal Vote for U.S. Representatives and British Members of Parliament. *American Political Science Review*, Vol. 78, Nº 1, pp 110-25

**Costa, Olivier, Lefébure, Pierre, Rozenberg, Olivier, Schnatterer, Tinette, and, Kerrouche, Eric** (2012). Far Away, So Close: Parliament and Citizens in France, *Journal of Legislative Studies*, Vol. 18, Nº 3-4, pp. 294-313

**Curtice, John e Shively, Phillips** (2003). Quem nos representa melhor? Um deputado ou vários? *Análise Social*, Vol. 38, pp. 361-386

**Eulau, Heinz e Karps, Paul** (1977). The Puzzle of Representation: Specifying Components of Responsiveness. *Legislative Studies Quarterly*, Vol. 2, Nº 3, pp. 233-254

**Fenno, Richard** (1977). U.S. House Members in Their Constituencies: An Exploration. *American Political Science Review*, Vol. 71, Nº 3, pp. 883-917

**Fernandes, Domingos** (1991). Notas sobre os paradigmas de investigação em educação. *Noesis*, Nº 18, pp. 64-66

**Franklin, Mark** (2008). Quantitative analysis, in Porta and Keating eds. (2008), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*, Cambridge University Press, Cap. 13, pp. 240-262

**Freire, André** (2002). A profissionalização política dos deputados portugueses. *Sociologia: Revista FLUP*, Série I, Vol.12, pp. 27-56

**Freire, André** (2003). Recrutamento Parlamentar e Reforma das Instituições, in Pinto, António Costa e Freire, André (2003). *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Cap. 6, pp. 181-216

**Freire, André, Araújo, António de, Leston-Bandeira, Cristina, Lobo, Marina Costa e Magalhães, Pedro** (2002). *O Parlamento Português: Uma reforma necessária*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

**Freire, André, Meirinho, Manuel e Moreira, Diogo** (2010). Perfil e funcionamento do sistema eleitoral português em perspetiva comparada, in *Para uma melhoria da representação política: A reforma do sistema eleitoral*, Sextante Editora, Cap.1, pp. 17-54

**Jalali, Carlos** (2003). A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspetivas futuras. *Análise Social*, Vol. 38, pp. 545-572.

**Jalali, Carlos** (2007). *Partidos e democracia em Portugal 1974-2005: da Revolução ao bipartidarismo*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa

**Lancaster**, T.D. (2002). *Parliamentary Representation and Constituency Service*. Paper presented at the ECPR Joint Sessions of Workshops, Turin, pp. 22-27

**Leston-Bandeira**, Cristina (2002). *Da Legislação à Legitimação: O Papel do Parlamento Português*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa

**Leston-Bandeira**, Cristina (2003). O parlamento e a opinião pública em Portugal: argumentos para a reforma, *Análise Social*, Vol. 38, pp. 467-482

**Lijphart**, Arendt (1999). *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-six Countries*. Yale University Press

**Lopes**, Felisbela (2005). *Os donos dos plateaus da informação semanal da TV generalista*. Comunicação apresentada ao 4º SOPCOM, Livro de Actas do Congresso, pp. 225-233

**Magalhães**, Pedro (2009). *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspectiva dos Cidadãos*. Relatório inicial de um estudo promovido pela SEDES, com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e da Intercampus

**Manin**, Bernard, **Przeworski**, Adam, e **Stokes**, Susan (2006). Eleições e representação, *Lua Nova*, São Paulo, Nº 67, pp. 105-138

**Marangoni**, Francesco e **Tronconi**, Filippo (2011). When Territory Matters: Parliamentary and Legislative Behavior in Italy (1987-2008). *Journal of Legislative Studies*, Vol. 17, Nº 4, pp. 415-434

**Martin**, Shane (2011). Using Parliamentary Questions to Measure Constituency Focus: An Application to the Irish Case. *Political Studies*, Vol. 59, pp. 472-488

**Milne**, Markus, **Adler**, Ralph (1999). Exploring the reliability of social and environmental disclosures content analysis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 12, Nº 2, pp. 237-256

**Minayo**, Maria e **Sanches**, Odécio (1993) Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, Vol. 9, Nº 3, pp. 239-262

**Norris**, Pipa (1997). The Puzzle of Constituency Service. *Journal of Legislative Studies*, Vol. 3, Nº 2, pp. 29-49

**Mozzato**, Anelise, **Grzybovski**, Denize (2011). Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *RAC*, Vol. 15, Nº 4, pp. 731-747

**Neuendorf**, Kimberly (2002). Defining Content Analysis. *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Cap. 1, pp. 1-25

**Norris**, Pippa (2003). *Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior*. Cambridge University Press.

**Norris**, Pippa (2013). Recrutamento Político. *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 21, Nº 46, pp. 11-32

**Norton**, Philip (1997). Roles and behavior of British MPs. *Journal of Legislative Studies*, Vol. 3, Nº 1, pp. 17-31

**Norton**, Philip (2012). Parliament and Citizens in The United Kingdom. *Journal of Legislative Studies*, Vol. 18, Nº 3-4, pp. 403-418

**Pasquino**, Gianfranco (2010). *Curso de Ciência Política*. Princípios, Cascais, 2ª edição

**Patzelt**, Werner (2007). The Constituency Roles of MPs at the Federal and Länder Levels in Germany. *Regional & Federal Studies*. Vol. 17, Nº 1, pp. 47-70

**Pitkin**, Hanna (1967). *The Concept of Representation*. Berkeley, Los Angeles, Londres. University of Califórnia Press.

**Pitkin**, Hanna (2006). Representação: Palavras, Instituições e Ideias, *Lua Nova*, São Paulo, Nº 67, pp.15-47

**Ramirez**, Manuel (1979). Teoria y practica del grupo parlamentário, *Revista de Estudios Políticos*, pp.5-36

**Russo**, Federico (2011). The Constituency as a Focus of Representation: Studying the Italian Case through the Analysis of Parliamentary Questions. *Journal of Legislative Studies*, Vol. 17, Nº 3, pp. 290-301

**Sá Faria**, Susana (2006): *Modelos de Mistura: Aplicações em Análise de Regressão*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**Young, G., Heitshusen, V. and Wood, D. M. (2005).** *Home Style from the Demand Side: A Comparative Look at the Westminster Systems*. Paper presented at the APSA Annual Meeting, Washington, DC, 1-4 September.

## **LEGISLAÇÃO**

**Constituição da República Portuguesa (2006).** Edições Almedina

**Regimento da Assembleia da República (2007).** Disponível online em: [http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao\\_Anotada/RegimentoAR\\_Simples.pdf](http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/RegimentoAR_Simples.pdf) (consultado em 15 de abril de 2014)

**Estatuto dos Deputados (1993).** Em, *Lei n.º 7/93*, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 24/95, de 18 de Agosto, Lei n.º 55/98, de 18 de Agosto, Lei n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, Lei n.º 45/99, de 16 de Junho, Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro (rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 9/2001, de 13 de Março), Lei n.º 24/2003, de 4 de Julho